

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO E CURSO**

**ALINE PINHEIRO SCHULTZ
CAMILA LOPES TAQUETTI
MARILUCIA DOS SANTOS MATTOS**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AS CONEXÕES
POSSÍVEIS DE UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONTRIBUIÇÕES**

**VITÓRIA
2006**

ALINE PINHEIRO SCHULTZ
CAMILA LOPES TAQUETTI
MARILUCIA DOS SANTOS MATTOS

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AS CONEXÕES
POSSÍVEIS DE UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONTRIBUIÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito para obtenção do
Grau de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Targina
Rodrigues Ferraz

**VITÓRIA
2006**

SCHULTZ, Aline Pinheiro.

Movimento Estudantil e Formação Profissional: conexões possíveis de uma trajetória de lutas e contribuições/ Aline Pinheiro Schultz; Camila Lopes Taquetti; Marilucia dos Santos Mattos. Vitória: UFES/CCJE/DSSO, 2006.

114f.; (Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Serviço Social) Orientadora Profª Drª Ana Targina Rodrigues Ferraz
Referência.

1-Movimento Estudantil. 2- Formação Profissional do Assistente Social. I - TAQUETTI, Camila Lopes. II – MATTOS, Marilucia dos Santos. III – Título.

CDU
321
S 291m

ALINE PINHEIRO SCHULTZ
CAMILA LOPES TAQUETTI
MARILUCIA DOS SANTOS MATTOS

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AS CONEXÕES
POSSÍVEIS DE UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONTRIBUIÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 14 de julho de 2006.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Targina Rodrigues Ferraz
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Vanda de Aguiar Valadão
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Espírito Santo

Gabriela Gilles Ferreira
Assistente Social
Ex- Representante Discente em ABEPSS – Região Leste

“Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso serão aliados daqueles que exploram o povo”

Florestan Fernandes

PARA OS QUE VIRÃO

Thiago de Mello

Como sei pouco, e sou pouco,
 Faço o pouco que me cabe
 Me dando inteiro
 Sabendo que não vou ver
 O homem que quero ser.

Já sofri o suficiente
 Para não enganar ninguém:
 Principalmente aos que sofrem
 Na própria vida, a garra
 Da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido
 No meu bolso de palavras.
 Sou simplesmente um homem
 Para quem já a primeira
 e desolada pessoa
 do singular – foi deixando,
 Devagar, sofredamente
 De ser, para transformar-se
 - muito mais sofredamente -

na primeira e profunda pessoa do
 plural.

Não importa que doa: é tempo
 De avançar de mão dada
 Com quem vai no mesmo rumo,
 Mesmo que longe ainda esteja
 De aprender a conjugar
 o verbo amar.

É tempo sobretudo
 De deixar de ser apenas
 A solitária vanguarda
 De nós mesmos.
 Se trata de ir ao encontro.
 (dura no peito, arde a límpida
 Verdade dos nossos erros.)
 Se trata de abrir um rumo.

Os que virão, serão povo,
 E saber serão, lutando.

AGRADECIMENTO COLETIVO

Agradecemos a todos os militantes que aceitaram fazer parte deste trabalho, sem esta contribuição não seria possível chegar até aqui.

À nossa orientadora Ana Targina, pela dedicação e atenção dispensada no decorrer desse trabalho, pelo incentivo nos muitos momentos de desânimo!

À professora Vânia Manfroi ao ceder tantas bibliografias essenciais para a construção deste trabalho.

À banca examinadora por aceitar o convite e pela compreensão do curto tempo.

Aos amigos que apoiaram nossa idéia e que por muitas tentaram nos desconcentrar com convites, às vezes muito mais atrativos que ficar a frente do computador.

Aos nossos “paitrocinadores”!

Ao Subtil que nos deu uma força nesta reta final, à Fabiana Malheiros por compreender a nossa falta de atenção e à Kátia por ceder os documentos que tanto tem ciúmes.

Aos companheiros Joel e Ailton por disponibilizarem suas obras que tanto contribuíram neste trabalho. Também à Sâmya, que apesar de não conhecermos, também nos trouxe contribuições com a sua dissertação.

Ao CALSS, MESS e VER-SUS e a todos aqueles que “pularam a roleta” e viveram a luta!

Aline, Camila e Marilucia

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito à minha família, pelo respeito, carinho e amor transmitido, mesmo à distância. Pai, Jaque e Wallace, reconheço toda nossa luta, e estamos sempre unidos. Vó, Vô (onde você estiver), tias, tios e primos obrigado pela atenção, comida quentinha, caronas, risadas e tantos momentos bons. Amo todos vocês!

Toda gratidão às minhas “irmãs adotivas” de república, Katiuscia, Kênia e Paula. Dividimos muito mais que um apartamento e contas, dividimos momentos de angústias, de alegrias, de dificuldades, de comédias e com isso unimos nossas vidas.

Muito obrigado ao NEJUP, espaço de reflexão que fez a diferença na minha graduação. Levarei comigo além do conhecimento, as boas amizades que conquistei.

Agradeço ao MESS, por contribuir nessa trajetória com minha formação política e crítica. Obrigado por promover espaços como o VER-SUS, onde exercitei a reflexão da profissão junto com estudantes de outros cursos da saúde. Companheir@s continuaremos a luta agora em outros espaços!

Agradeço aos campos de estágio, no HUCAM, no Departamento da Juventude, no Agente Jovem, no Consórcio Social da Juventude. Cada usuário e cada funcionário desses locais contribuíram de forma decisiva no meu projeto profissional.

Agradeço a Vânia Manfroi e Cenira Andrade pelo apoio e reconhecimento.

E a Camila e Mari, amigas que expressaram para mim o sentido literal do companheirismo, da amizade. Amigas nosso filho nasceu, e deixou uma amizade fortalecida.

E a Deus pela proteção nessa trajetória, expressada diariamente.

Aline Pinheiro Schultz

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo incentivo e pela aposta de que conseguiria finalmente terminar algo em minha vida...

À Aline e Mari pela dedicação, compreensão e amizade durante a realização do TCC e principalmente por aturarem muitas vezes o meu mau humor, sei que é difícil.

Ao papai e mamãe por subsidiar tantas viagens para encontros e fóruns que me proporcionaram grandes vivências e maior interesse pela participação política que resultou na vontade de realizar este trabalho.

Ao meu irmão por me ajudar a analisar a conjuntura sempre (radicalmente)!

Ao CALSS e ao MESS e todos os companheiros e companheiras que passaram pela minha vida durante esses quatro anos, vocês são inesquecíveis ...

Aos queridos amigos de dentro e fora da Universidade! Seria impossível citar todos os nomes, mas saibam que estão todos contemplados neste agradecimento.

Ao namorado por entender a minha ausência apesar de tudo!

Ao Núcleo de Estudos sobre a Juventude e Protagonismo, à Prof^a Vania Manfroi e demais colegas por contribuírem imensamente para a discussão sobre a Juventude, a qual tenho tanto prazer em trabalhar.

Aos colegas de trabalho da Gerência de Juventude proporcionar-me um cotidiano tão prazeroso de trabalho e aos chefes por compreenderem a minha ausência quando precisei.

À minha enxaqueca, dedico toda a minha repulsa... por me atrapalhar sempre!

Camila Lopes Taquetti

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Marino e Lucia, pelo apoio incondicional e pelo incentivo constante e aos demais familiares, especialmente, à minha prima Mônica que me possibilitou viajar pelo Brasil afora nos diversos fóruns do MESS.

Aos amigos que fiz no decorrer da trajetória militante, nos tempos do Grêmio da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, na militância na UFES, e àqueles que encontrei pelo Brasil graças ao MESS. Compartilhar com vocês a luta pela construção de uma nova ordem societária, mantém aceso o sonho por dias melhores... Também àqueles amigos que fiz fora do círculo de militância, que por inúmeras vezes escutaram as minhas mais diversas lamentações e pelos momentos que vivenciamos, às vezes muito simples e singelos, mas sempre traduzidos num transbordar de afeto e felicidade.

Ao Programa de Educação Tutorial do curso de Serviço Social, programa do qual fui bolsista durante três anos. A todas as tutoras e colegas, com quem tive a oportunidade de compartilhar o aprendizado, que aceitaram de braços abertos minhas contribuições e compreenderam também as minhas limitações.

Às minhas companheiras de TCC, Schultz e Casquetti por encamparem essa minha idéia, ouvirem (e nem sempre gostarem) as minhas idéias e confabulações e terem aturado o meu canto desafinado durante esse percurso.

Marilucia dos Santos Mattos

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar a contribuição da militância no Movimento Estudantil em Serviço Social para a formação e prática profissional dos Assistentes Sociais formados pela Universidade Federal do Espírito Santo. Para isso realizamos um resgate histórico do Movimento Estudantil no Brasil, posteriormente traçamos a trajetória do Movimento Estudantil em Serviço Social na sua organização nacional e local. Abordamos também um pouco do histórico da profissão e do projeto de formação profissional. Com isso verificamos que a militância foi fundamental para a definição do perfil profissional dos Assistentes Sociais que tiveram inserção neste movimento. Observamos que as contribuições são tanto de caráter técnico-operativo, teórico-investigativo e significativo para a formação políticas desses sujeitos.

Palavras Chaves: Movimento Estudantil, Formação Profissional, Serviço Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Adesivo “Diga Não À ALCA”	82
Figura 2 – Adesivo “ENADE Serviço Social Não Faz	84

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ADUFES – Associação dos Docentes da UFES
AE – Articulação de Esquerda
AI-5 – Ato Institucional 5
ALAETS – Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANDES – Associação Nacional Dos Docentes do Ensino Superior
AP – Ação Popular
APS – Ação Popular Socialista
CA – Centro Acadêmico
CALSS – Centro Acadêmico Livre de Serviço Social
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBM – Centro Biomédico
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CEB – Conselho de Entidades de Base
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Públicas e Serviço Social.
CEFD – Centro de Educação Física e Desportos
CEFETES – Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
CEG – Centro de Estudos Gerais
CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CONUNE – Congresso da União Nacional dos Estudantes
COTAR – Conselho Tarifário da Grande Vitória
CPCs – Centro Popular de Cultura
CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CT – Centro Tecnológico
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DS – Democracia Socialista
ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EQM – Eu Quero é Mais
ERESS – Encontro Regional de Estudantes e Serviço Social
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JUC – Juventude Universitária Católica
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LIBELU – Liberdade e Luta
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MEP – Movimento pela Emancipação Proletária
MESS – Movimento Estudantil em Serviço Social
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPD – Núcleo de Processamento de Dados
NEAD – Núcleo de Ensino à Distância
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PcdoB – Partido Comunista do Brasil
PDP – Projeto Democrático e Popular
PJ – Pastoral da Juventude
PJMP – Pastoral da Juventude no Meio Popular
PM – Polícia Militar
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica

RU – Restaurante Universitário

SESAC – Semana de Estudos Comunitários

SESSUNE – SubSecretaria de Estudantes e Serviço Social na UNE

SNFPMESS – Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social

SPE – A Saída é Pela Esquerda

SRFPMESS – Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UDN – União Democrática Nacional

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEE – União Estadual dos Estudantes

UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFAL – Universidade federal de Alagoas

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UJS – União da Juventude Socialista

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – *United States Agency for International Development*

VER-SUS – Vivencia Estágio na Realidade do Sistema Único de Saúde

VNL – Viver na Luta

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	18
Procedimentos Metodológicos	22
1 A trajetória do Movimento Estudantil no Brasil	25
1.1 O Movimento Estudantil anterior à criação da UNE	25
1.2 Da criação da UNE à resistência à ditadura	28
1.3 1968 e o Movimento Estudantil	33
1.4 O processo de abertura democrática e a reorganização das executivas	37
1.5 A crise dos anos 90 e a burocratização da UNE	40
2 O Movimento Estudantil em Serviço Social e a Construção Histórica da Formação Profissional da categoria no Brasil.....	43
2.1 Os confrontos dos projetos de profissão e a “intenção de ruptura”.....	43
2.2 O movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil.....	48
2.3 A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	52
2.3 A organização do Movimento Estudantil em Serviço Social.....	61
3. O Movimento Estudantil em Serviço Social na UFES: reconstruindo uma trajetória ?.....	86
3.1 O Movimento Estudantil na UFES.....	86
3.1.1 Na resistência à Ditadura Militar	86
3.1.2 A reorganização do DCE	88
3.1.3 O contexto a partir dos anos 90.....	93

3.2	A trajetória do MESS na UFES	98
4	A contribuição da militância no Movimento Estudantil em Serviço Social para a formação e prática profissional dos Assistentes Sociais no Espírito Santo	102
4.1	Antecedentes à militância	103
4.2	As forças políticas e movimento estudantil	110
4.3	O debate de formação profissional do MESS na UFES.....	114
4.4	O ME e o projeto profissional do Serviço Social.....	118
4.5	A contribuição da militância no MESS para a formação e prática profissional dos Assistentes Sociais.....	121
4.6	Onde estão esses militantes? Permaneceram na militância?	129
5.	Considerações Finais.....	133
6.	Referências Bibliográficas	136
7.	Apêndice.....	142

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho, antes de tudo, representa um pouco da paixão pela militância política adquirida em nossa trajetória de vida, através da participação no movimento estudantil e em outros movimentos sociais.

Acreditamos que nossa atuação no movimento estudantil na universidade e também como secundaristas foi fundamental para o desenvolvimento de um olhar mais crítico sobre os problemas e temas que atravessam a sociedade, além de ter sido um momento de descoberta da política e da luta pela justiça social. Foi através da participação nesse movimento que desenvolvemos uma visão mais ampliada do Serviço Social, visão esta que não se aprende somente na sala de aula.

Neste sentido, é que delimitamos como nosso objeto de pesquisa a contribuição da militância no Movimento Estudantil para a formação e prática profissional dos Assistentes Sociais graduados pela Universidade Federal do Espírito Santo. Inicialmente, trabalharíamos apenas com os profissionais formados no período de 1985 a 2002.

Pensamos adotar tal recorte de tempo por apostarmos na riqueza conjuntural que tal período possui tanto para a sociedade brasileira quanto para a profissão de Serviço Social e por isso enfocamos a reformulação e implementação do novo currículo do curso no início dos anos 80, que buscou romper com traços conservadores da profissão e contribuir para mudanças no perfil dos estudantes deste curso de modo a capacitar os futuros profissionais a realizarem uma leitura mais crítica da realidade, ressaltando a relevância do engajamento político dos estudantes e da categoria nas lutas sociais.

Porém, ao desenvolver o trabalho, não descartamos tal recorte, mas agregamos a ele a contribuição de militantes de períodos anteriores, por entendermos que essa ação política anterior é importantíssima para a definição do projeto de formação profissional recebido pelos estudantes do currículo de 1985.

É um período importante por tratar-se do momento da redemocratização do país e do período em que o projeto ético-político da profissão tanto orientou a formação profissional quanto foi discutido e reavaliado pelas entidades da categoria e pelo MESS. Sendo assim, resgatar essa página do ME se faz necessário para tecer reflexões acerca de sua prática, suas perspectivas, suas influências, sua parceria na reformulação curricular e na construção do projeto ético político, sobretudo, pretendemos ressaltar como a atuação no ME contribuiu para formação e prática profissional dos Assistentes Sociais graduados neste espaço de tempo.

Nesta conjuntura, início dos anos 80, o movimento de renovação profissional, numa perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional se intensifica, envolve muitas universidades e conta com uma grande adesão dos movimentos ligados a categoria dos Assistentes Sociais, entre eles o ME, que junto à ABESS propõe uma reforma curricular que enfatizasse o exercício profissional no interior das relações de classe da sociedade brasileira presentes naquele período, destacando a direção social da profissão em defesa de sua clientela, constituída em sua maioria pela classe trabalhadora.

Neste sentido, partimos do pressuposto que a atuação no ME muito tem a contribuir para a formação profissional e principalmente política dos Assistentes Sociais, tendo em vista a articulação desse movimento junto à categoria em importantes períodos de construção do projeto ético-político da profissão.

Partindo desse entendimento, este trabalho constatou que a formação política adquirida no interior do ME imprimiu aos militantes competências que podem se transportar para a prática profissional como, por exemplo, a habilidade para uma leitura mais crítica da realidade, a capacidade de articulação política junto a outros atores sociais coletivos e às entidades da categoria.

Desde meados dos anos 1950, percebemos grande atuação desses profissionais na elaboração, gestão e execução de políticas públicas e, considerando que o envolvimento com o ME tende a ampliar a percepção e compreensão desses profissionais da correlação de forças e interesses políticos postos na sociedade, esta experiência tem sido uma importante contribuição para a prática profissional.

Este trabalho realiza um resgate históricos da trajetória do Movimento Estudantil em Serviço Social, ressaltando como se deu a sua organização na UFES e de que maneira a participação nesse movimento esteve relacionada com o debate da formação profissional, identificando qual a contribuição dessa militância para esses sujeitos enquanto profissionais.

No primeiro capítulo falamos sobre a trajetória do Movimento Estudantil no Brasil. Iniciamos com a organização estudantil anterior à criação da UNE. Posteriormente abordamos a trajetória da entidade, sua estruturação, suas principais lutas e a resistência à ditadura, especialmente no ano de 1968, quando a entidade é extinta pela ditadura. Partimos para o processo de abertura democrática, enfraquecimento do regime militar e a reorganização do Movimento Estudantil através da refundação da UNE em 1979 e seu processo de organização nos anos 80. Finalizamos abordando a crise da entidade a partir dos anos 90, sua fragilização e perda de legitimidade.

O segundo capítulo faz um breve resgate sobre o Serviço Social no Brasil, focando o confronto de projetos profissionais no período da ditadura, a construção do Projeto Ético-Político da profissão e a construção de uma formação profissional crítica. Realizamos também um resgate da trajetória do Movimento Estudantil em Serviço Social em nível nacional, evidenciando o papel atuante e propositivo que o MESS exerceu no repensar da profissão.

No terceiro capítulo, procuramos tecer uma breve trajetória do Movimento Estudantil Geral na UFES e também um resgate sobre a organização dos estudantes de Serviço Social.

O quarto capítulo, peça chave deste trabalho traz uma análise da contribuição da militância no Movimento Estudantil para a formação e prática profissional dos Assistentes Sociais, perpassando por aspectos relevantes para a militância e formação profissional como os antecedentes da militância, a correlação de forças políticas no interior do movimento estudantil, a discussão de formação profissional e o projeto de profissão a que se vinculava o movimento, e por fim a permanência na militância por parte desses entrevistados.

Dessa forma, pretendemos ao estudar a relação entre o movimento estudantil e a formação profissional em Serviço Social, contribuir para as discussões acerca dessa temática no interior do MESS em encontros, registros históricos, debates e outras construções coletivas.

Almejamos também contribuir para a produção de conhecimento acerca dessa temática, servindo como documentação de uma trajetória importante para a construção do movimento estudantil e de análise os aspectos que perpassam o processo de militância na sua relação com a formação profissional. Destacamos o fato de este trabalho ser o primeiro a abordar a temática movimento estudantil no curso de Serviço Social da UFES.

Além disso, buscamos reafirmar a importância que vemos nessa relação, por ter se constituído historicamente numa ação política conjunta de construção de um projeto de profissão pautado por um projeto de transformação societária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho constitui-se primeiramente como uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que pretende compreender e explorar os acontecimentos e as formas de inserção no movimento estudantil em Serviço Social, segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes do processo de construção do objeto em estudo, onde, segundo Minayo (2002), percorrerá o caminho que o pesquisador virá a construir para se aproximar do seu tema, perpassando as linhas teóricas e as abordagens da realidade.

Caracteriza-se ainda como uma pesquisa exploratória, pois procura aprofundar o conhecimento acerca desta temática, tal como coloca Gil, quando define sua finalidade em

desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 1999 p. 43).

O processo de levantamento de dados se deu através de pesquisa bibliográfica, bem como com a realização de entrevistas semi-estruturadas, pois, para Cortes (1998), o entrevistado pode discorrer livremente sobre o tema proposto ou pergunta formulada.

O principal instrumento metodológico desse trabalho foram as entrevistas realizadas com os sujeitos militantes, uma vez que são os únicos que podem dizer que contribuição a militância proporcionou para a sua formação profissional e prática profissional.

Para tanto, foram elaborados dois roteiros de entrevistas para atender o objetivo deste trabalho. O primeiro roteiro voltado para os militantes do ME geral da UFES com objetivo de contribuir para a construção da trajetória histórica e o segundo para os militantes do MESS da UFES que atenderão tanto para esse primeiro objetivo quanto para demonstrar a contribuição para a formação e prática profissional.

Dada a dificuldade de acesso aos sujeitos do movimento geral e a indisponibilidade do tempo para a realização de pesquisa mais aprofundada, apenas um militante foi entrevistado. Logo, os dados colhidos em sua maioria provêm dos relatos dos Assistentes Sociais entrevistados.

Dessa forma, foram entrevistados catorze militantes do Movimento Estudantil em Serviço Social, dos quais, uma formada pela Escola de Serviço Social de Vitória e os demais formados pela UFES, de diversos períodos, que vão desde a década de 1960 até 2002.

Os entrevistados foram escolhidos a partir de indicações de militantes conhecidos e já entrevistados que participaram do Movimento Estudantil em Serviço Social na UFES, compondo ou não a coordenação do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social.

Com o intuito de buscar respostas ao objetivo proposto, utilizamos a entrevista semi-estruturada que, para Cortes (1998), baseia-se em um roteiro com questões e respostas abertas sobre as quais os entrevistados podem falar com liberdade sobre o tema sugerido, podendo apresentar indagações por parte dos entrevistadores. O roteiro de entrevista (APÊNDICE) buscou contemplar a proposta do estudo, abrangendo o histórico de militância dos entrevistados, a organização das entidades estudantis e a contribuição da militância para sua formação e prática profissional

As entrevistas foram gravadas em MP3 via gravação digital e em fita K-7, e transcritas para a realização da análise de dados. Dada a impossibilidade geográfica de chegar até alguns entrevistados e a indisponibilidade de tempo de outros, algumas entrevistas foram realizadas via e-mail. Neste caso, o roteiro foi enviado ao entrevistado, que o retornou devidamente respondido.

Nesse sentido as falas dos entrevistados aparecerão no texto como Entrevistado 1 a 14, numerados de acordo com o período histórico que participou do MESS, para tanto destacamos as falas com recuo, entres aspas e em itálico. Tal destaque se dá, por entendermos que esses depoimentos são parte fundamental para a construção teórica, histórica e analítica deste trabalho. Pois, segundo Minayo (2002), a

metodologia consiste no percurso a ser traçado, respeitando a criatividade dos autores e não se constituindo numa camisa de força de normativos técnicos.

É importante ainda, falar sobre as dificuldades encontradas para o desenvolvimento desse trabalho. A primeira diz respeito à precariedade dos registros encontrados no CALSS sobre a trajetória da entidade, as gestões, as atividades desenvolvidas, entre outros e o fato de os registros que existem encontrarem-se bastante desorganizados. A segunda questão reside no fato de nem todos os entrevistados se recordarem com exatidão de questões específicas de seu período de militância, das ações desenvolvidas, entre outros. Uma outra questão é o fato de este trabalho se apresentar como o primeiro estudo sobre o Movimento Estudantil em Serviço Social na UFES, não podendo contar com sistematizações e contribuições anteriores.

O acesso às informações sobre a organização do MESS em nível nacional foi restrito, uma vez que os arquivos do movimento encontram-se na Escola Sede da ENESSO, hoje localizada na região II na UFPE. Dessa forma tomamos como principal orientação os trabalhos de conclusão de curso de Joel Américo Barros de Oliveira, intitulado “Uma Análise do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) e sua Relação com o Debate de Formação Profissional no Período 1978 – 2003” e de Ailton Marques de Vascelos intitulado “A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978 – 2002”. E a sua relação com o projeto de Formação Profissional. Contamos também com a dissertação de mestrado de Sâmya Rodrigues Ramos, de nome “A ação política do MOVIMENTO Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos”.

CAPÍTULO I

1 – A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Fazer uma análise do Movimento Estudantil em Serviço Social requer, antes de tudo retornar ao contexto em que esse movimento se insere. Por isso, realizamos nesse capítulo, um resgate sobre o Movimento Estudantil no Brasil, como forma de embasar o surgimento e as ações do MESS.

1.1 - O Movimento estudantil anterior à criação da UNE

Segundo Moretti (1984), a primeira manifestação estudantil de que se tem notícia registrada na história do Brasil aconteceu em 1710, durante o período colonial, quando se teve registro de luta armada entre estudantes de colégios religiosos e uma tropa de invasores franceses ocorrida no Rio de Janeiro, quando não havia ainda ensino universitário no Brasil. Os estudantes colegiados recebiam influências de ideais liberais e revolucionários trazidos pelos universitários, filhos da aristocracia colonial, que estudavam em universidades de Portugal e da França.

Segundo a descrição de Bilac apud Poerner (1995), tal embate, cuja vitória foi dos estudantes cariocas, aconteceu assim

[...] viram (os franceses), defendendo o caminho, uma multidão de moços que o esperava a pé firme. Não havia uma farda nas suas fileiras. Todas as fardas estavam ainda no campo do Rosário cercado o governador (Francisco de Castro Moraes), que hesitava e vacilava, sem se resolver a cortar o passo dos invasores. Os que guardavam a Rua Direita eram todos moços. Quantos? Quatrocentos ou quinhentos, se tanto. Desiguais, nas armas, como nos vestuário, tinham-se reunido à pressa, ao acaso. Cada um apanhava a primeira arma que encontrava à mão. Eram quase todos estudantes... E antes que Duclerc¹ desse o sinal de ataque, já eles o atacavam, de surpresa, arrojando-se irrefletidamente. Possuíam apenas uma ou outra espingarda, por isso mesmo apressaram o ataque, que se fez à arma branca, com uma bravura a que os impelia o desespero. Os franceses mal puderam resistir ao primeiro choque” (BILAC apud POERNER, 1995, p. 52)

¹ Jean François Durlec: comandante da expedição francesa que invadiu a cidade do Rio de Janeiro em 1710 liderando uma tropa com mais de mil soldados. (POERNER, 1995)

Além desse fato, Poerner (1995) ressalta ainda que a participação dos estudantes na política brasileira precede a independência política formal do país, quando muitos foram os momentos de luta, embate e contestação. Como exemplo, pode-se citar o papel impulsionador que os estudantes desempenharam com agitação e politização em prol da Inconfidência Mineira e o ingresso dos estudantes nas Campanhas pela Abolição da Escravatura e pela Proclamação da República, que darão início a uma tentativa de sistematização do movimento estudantil no Brasil, em momentos posteriores.

O mesmo autor destaca que as organizações estudantis anteriores à criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) pecavam pela transitoriedade, pautando problemas específicos e determinados, ligadas à regionalidade, favorecendo o isolamento entre os estados, e dificultando a organicidade do movimento (POERNER, 1995).

As décadas de 1920 e 1930 constituem um cenário de mudanças para o país. O contexto internacional de ascensão do socialismo e as guerras mundiais causaram impacto em todo o mundo, inclusive no Brasil, que passou por um processo de expansão industrial e, conseqüentemente, de ascensão do movimento sindical influenciado nesse período pelo anarco-sindicalismo europeu (MARTINS FILHO, 1987).

Segundo Wanderley (1987), anteriormente a esse período, o sistema universitário implantado no país foi fragmentado em escolas de ensino superior protagonizadas por Pernambuco e São Paulo. A primeira universidade criada como tal foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no início da década de 1920. A partir de então, segundo Moretti (1984), outras universidades foram criadas e o número de estudantes universitários no país cresceu muito, favorecendo a ampliação do ensino superior e a organização dos estudantes conseqüentemente.

Em 1910 foi realizado o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes. No entanto, somente com a criação da UNE, em 1937, concretizou-se a antiga proposta de organização de uma entidade nacional de representação estudantil (CASTILHO apud SANFELICE, 1986).

O 1º Congresso, segundo Poerner (1995),

[...] afora os intermináveis debates filosóficos, não resultou em algo concreto, ao inverso do que aconteceria na primeira assembléia do Conselho Nacional de Estudantes, uma espécie de prefácio ou introdução à UNE” (POERNER, 1995, p. 130).

Para Poerner (1995), foi com a centralização política na UNE que as lutas estudantis passaram a adquirir progressivamente “o caráter organizado e de emancipação nacional, concomitante à desmistificação que delineiam do significado da independência política formal conquistada pelo Brasil em 1822”. (POERNER, 1995, p. 51)

Em 1938 ocorreu o segundo Congresso Nacional dos Estudantes, fruto da ampla organização do movimento estudantil em defesa “da união e da organização dos estudantes brasileiros numa entidade nacional para a eficiente defesa dos seus direitos” (CASTILHO apud SANFELICE, 1986, p. 12).

Segundo o autor, esse Congresso, realizado com poucos recursos financeiros e materiais, foi muito importante para a história do Movimento Estudantil (ME) pela escolha da primeira diretoria da UNE, encarregada de coordenar e encaminhar as mais de sessenta teses apresentadas, “todas de grande interesse para os estudantes, pois estes pretendiam fazer, da sua união, um incisivo instrumento de intervenção na realidade brasileira” (CASTILHO apud SANFELICE, 1986, p.12).

As sessenta teses apresentadas perpassavam as seguintes temáticas:

1) *Situação Cultural*: a) Função da Universidade; b) Orientação Universitária; c) Formação e orientação profissional e técnica; d) Bolsas de estudo e viagens de intercâmbio universitário; e) Cooperação Intelectual dos estudantes – nacional e internacional – e influência do intercâmbio cultural e artístico na unidade do pensamento universitário; f) Bibliotecas; g) Formação de um teatro de estudantes; h) Difusão da cultura – problema do livro e publicações; i) Ensino rural; j) Problema do ensino livre; 2) *Situação Econômica*: a) Problema das taxas de Matrícula; b) Subvenção do Estado; c) Problemas de habitação – Cidades Universitárias; d) Casa de Estudantes e casas de interno; e) Problemas da alimentação; f) Birô de empregos; g) Estágio remunerado; h) Racionalização do trabalho intelectual; i) Assistência médica, dentária e judiciária; 3) *Saúde*: a) Higiene escolar; b) Educação Física; c) Colônia de férias; 4) *Mulher Estudante*: a) A mulher estudante frente ao problema do trabalho e em face das organizações profissionais; b) A mulher estudante frente ao problema do lar; c) As associações femininas como membro de estudo e defesa de interesses peculiares à mulher; 5)

Esporte Universitário: a) Propaganda; b) Esporte como meio de intercâmbio universitário; c) Definição do atleta universitário; d) Jogos universitários brasileiros; e, finalmente, 6) *União Nacional dos Estudantes* (POERNER, 1995, p. 130-131).

Dentre essas temáticas, a “União Nacional dos Estudantes Brasileiros”, foi a tese apresentada por Antônio Franca, grande batalhador pela criação da UNE, que posteriormente seria o secretário-geral e principal expoente dos três primeiros anos da entidade (POERNER, 1995).

1.2 – Da criação da UNE à resistência à ditadura

Segundo Martins Filho (1987), não se pode falar sobre a participação efetiva dos estudantes antes da criação da UNE, pois não havia movimento unificado em torno de objetivos coletivos. O Movimento Estudantil organizado a partir da criação da União Nacional dos Estudantes, adquiriu uma feição mais próxima das lutas sociais, como a luta anti-fascista na década de 1940, e passou a admitir as lutas específicas travadas pelos estudantes brasileiros, como agente impulsionador da discussão de Reforma Universitária que traduzia o envolvimento do ME na vontade de repensar a Universidade como um todo.

Para Poerner (1995) as primeiras diretorias da UNE abraçaram os encaminhamentos do 2º Congresso, principalmente a questão da reforma educacional, mais especificamente a Reforma Universitária. Tinham a missão de coordenar as atividades das organizações estudantis de todo o país, “procurando dar a esse movimento e a essas atividades um cunho de unidade e um sentido nacional” (POERNER, 1995, p. 139), buscando a consolidação e reconhecimento oficial da entidade que só seria concretizado posteriormente no 4º Congresso da UNE.

Poerner (1995) ressalta que UNE em 1946 atravessava

[...] um período assistencialista, gerado pela restauração democrática, quando o movimento estudantil, que se havia estruturado na luta contra o Eixo e contra o Estado Novo, sofreu uma perda de conteúdo político, em razão de terem sido eliminados aqueles objetivos imediatos da luta. Os estudantes levaram, em decorrência, algum tempo para compreender que as novas etapas à sua frente se colocariam não mais no plano jurídico-

institucional, mas no da realidade socioeconômica do país [...] (POERNER, 1995, p. 167-168).

O período entre 1947 e 1950, foi de hegemonia do pensamento socialista da UNE. Neste período, intensificou-se a repressão policial contra os estudantes, especialmente após o lançamento da campanha “O Petróleo é Nosso” que pode ser considerado “o maior movimento de opinião pública já registrado na história do Brasil [...]” (POERNER, 1995, p. 168).

Já no período de 1950 a 1956, a UNE viveu sua fase direitista comandada por um grupo ligado à União Democrática Nacional (UDN), o que abriu espaço para a infiltração norte-americana no ME brasileiro (UNE, 2006).

No final dos anos 50 o Brasil foi palco de um processo de intensa movimentação política e cultural. O movimento operário crescia e intensificava suas lutas, contradizendo o peleguismo que ainda sobrara do Estado Novo. Também no meio rural ocorreu um processo de organização dos trabalhadores através das Ligas Camponesas e a emergência do debate acerca da Reforma Agrária. A classe média urbana também participou desse processo, embora dividida pelo temor da instabilidade econômica e social.

A partir de 1955, um bloco de setores nacionalistas, comunistas, socialistas, cristãos e trabalhistas retoma uma das entidades regionais mais importantes do ME do país, a União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME). Esse bloco compôs a direção da UNE e derrotou os liberais que ocupavam a entidade. Com isso, torna-se perceptível os primeiros sinais de uma progressiva radicalização do ME. Esse período foi chamado de “recuperação democrática” da UNE, apoiado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), por estudantes católicos e por outras tendências (MARTINS FILHO, 1987)

No decorrer da década de 1950, cresceu a participação dos universitários católicos, mais especificamente da *Juventude Universitária Católica* (JUC) que, no geral, não perdiam de vista as lutas estudantis em torno das reformas da universidade e da ordem social brasileira (MARTINS FILHO, 1987)

Nos anos 1958-1959, a inserção da JUC na política universitária era orientada, a princípio, para “recristianizar a sociedade brasileira”, para, desse modo, iniciar um novo sistema social. Posteriormente “a JUC tomava em conjunto uma consciência mais clara de sua força e de suas reais possibilidades de influência” (MORETTI, 1984, p. 74).

Define-se então uma orientação bastante polemizada nos últimos anos de que se os estudantes católicos devem intervir na realidade sócio-política, e esta, por conseguinte, não pode ser a partir do instrumento político confessional católico. Eis aí o princípio daquilo que vem concretizar-se no início de 1962, em Belo Horizonte, com a fundação da Ação Popular (AP), por jovens profissionais, estudantes, intelectuais e políticos, assim como dirigentes da UNE, em sua maioria católicos (MORETTI, 1984, p. 75).

Nesse cenário, a UNE “em plena legalidade, com trânsito livre e franco acesso às instâncias legítimas do poder, discutia calorosamente as questões nacionais e as perspectivas de transformação que mobilizavam o país” (HOLLANDA; GONÇALVES, 1985, p.9).

Como resultado desse momento de organização política e movimentação artístico-cultural, foi criado em 1961 o Centro Popular de Cultura, que propunha a construção de uma cultura nacional, popular e democrática. Os CPCs aglutinavam jovens intelectuais que lentamente se organizavam em todo o Brasil, desenvolvendo atividades voltadas à conscientização das camadas populares. Foram produzidas várias peças teatrais, filmes, cursos de teatro, filosofia, cinema, artes visuais e também foi realizada uma excursão que teve duração de três meses pelo Brasil – a UNE Volante – que visitou todas as capitais buscando um contato mais estreito com as bases universitárias, operárias e camponesas (HOLLANDA; GONÇALVES, 1985).

Segundo Dirceu apud Ridente (1999), a UNE no período entre 1961-1964, esteve bastante ativa, afirmando-se enquanto entidade de caráter nacional e como uma das mais atuantes e ardentes defensoras das reformas de base junto aos estudantes e intelectuais, intensificando também nesse período, as atividades de militância política e cultural.

As reformas de base consistiam num conjunto de políticas propostas pelo governo de João Goulart que objetivavam mudanças na estrutura econômica e social do país. Tais reformas concentravam-se basicamente na área educacional (Reforma universitária), agrária, administrativa, tributária e urbana. Essas políticas eram fortemente apoiadas pelas forças de esquerda que almejavam transformações que atendessem aos anseios dos trabalhadores (SILVA, 1999).

O processo de mobilização e a organização das camadas populares anterior a 1964 criaram no Brasil uma polarização entre essa vertente progressista e as elites conservadoras que se viam ameaçadas. Esse embate de forças culminou no Golpe Militar que instalou no Brasil um regime ditatorial a partir de 1964.

Com o golpe de 64 instalou-se no Brasil uma política repressiva e antidemocrática, fruto de um projeto das classes dominantes para conter o processo de aguçamento das lutas populares e instalar uma política de desenvolvimento favorável ao grande capital. Nesse período, o Brasil passou a viver um momento de efervescência sócio-político marcado por um duplo protagonismo, estando de um lado a autocracia burguesa e de outro, os movimentos sociais contrários à ditadura (MARTINS FILHO, 1987).

O regime militar foi, então, uma resposta das elites conservadoras ao processo de organização popular, apoiado acima de tudo pelas esquerdas, observado nos anos anteriores.

A repressão imposta à sociedade pela ditadura não foi suficiente para conter a organização popular. Especialmente entre 1964 e 1968, os movimentos sociais tiveram um papel fundamental na luta e resistência nesse cenário. Surgiram nesse contexto, dois grandes movimentos político-culturais: os nacionalistas, que travavam uma “luta pela afirmação de uma identidade nacional-popular que seria no limite, socialista” e os vanguardistas, liderados por Caetano Veloso e Gilberto Gil. Esses, por sua vez, faziam a crítica ao nacional-popular no âmbito das manifestações culturais, buscando assim uma interlocução com as vanguardas européias e norte-americanas, particularmente a chamada contracultura (RIDENTI, 1999 p. 58).

Dentre esses movimentos, o ME assume um importante papel de contestação da ordem vigente. Influenciados pelos ideais socialistas de Marx, Guevara, Lênin, Trotsky e Mao, os estudantes se organizaram articulando-se com os demais movimentos sociais na luta pelo fim da ditadura militar e pela construção de uma nova ordem societária (MARTINS FILHO, 1987).

Para Reis Filho (1988), os estudantes foram personagens centrais na resistência e na luta contra a ditadura, acima de tudo nas lutas de 1968. Cabe ressaltar ainda, que, esses não estiveram sozinhos no embate contra o regime militar. Junto dos estudantes,

[...] formando uma comunidade de interesses, estiveram profissionais liberais, jornalistas, escritores, artistas e religiosos. Participaram da denúncia do regime e das lutas sociais movidos pelo mesmo desencanto diante dos rumos que tomava o novo regime. Desde 1964 insurgiram-se contra a censura, denunciaram os excessos da repressão, o desmantelamento da Universidade de Brasília e a ofensiva contra as manifestações culturais e artísticas. Artigos e colunas nos jornais, filmes e peças de teatro, “manifestos à nação”, testemunham um movimento crescente de crítica, uma atitude de desafio frente ao poder (REIS FILHO, 1988, p. 19).

A repressão das organizações estudantis após o golpe foi bastante violenta por parte da Polícia Militar, do Exército e dos CCC (Comandos de Caça aos Comunistas). A sede da UNE, situada na praia do Flamengo no Rio de Janeiro foi incendiada e invadida por esse Comando. Nesse episódio muitos líderes foram presos (DIRCEU apud RIDENTE, 1999).

Vários foram os mecanismos de contenção do movimento estudantil pelo regime militar. Os mesmos foram, segundo Silva (1989), implementados sob a forma de leis, decretos e atos institucionais oriundos do Executivo ou do Legislativo.

Do ponto de vista legal, a primeira arma da ditadura contra os estudantes foi a Lei Suplicy Lacerda nº. 4.464, de 9 de novembro de 1964, de autoria do primeiro ministro da Educação do regime militar, Flávio Suplicy de Lacerda que decretou a extinção das entidades estudantis universitárias e secundaristas, substituindo-as pelo Diretório Nacional dos Estudantes. “Pretendia desta forma, restringir –

praticamente proibir – a atuação estudantil, limitando-a rigorosamente ao âmbito universitário” (DIRCEU apud RIDENTE, 1999, p. 85).

Mesmo com a UNE na clandestinidade e sob nova diretoria, o ano de 1967 se caracterizou como um período de refluxo do ME, porém não de derrota, porque neste ano a entidade conseguiu organizar um Congresso em São Paulo. “O movimento estendia-se em escala nacional, articulava-se melhor, tateava caminhos. 1968 amadurecia” (REIS FILHO, 1988, p. 13).

Os estudantes já compreendiam que a política educacional do governo era o avesso de suas reivindicações. À universidade gratuita o governa antepunha a universidade paga. Em vez de soluções originais para os problemas brasileiros, o governo preferia os assessores e os acordos com os norte americanos² [...] No lugar de uma política de assistência, a revogação dos subsídios, o fechamento dos restaurantes (REIS FILHO, 1988, p. 13).

Nesse contexto, o governo militar viu a necessidade de fechar e controlar as entidades estudantis, pois as propostas de democratização da universidade e da educação estavam em completo desacordo com os objetivos dos militares (REIS FILHO, 1988).

O ano de 1968 foi peculiar para o ME, tendo se configurado como um período, ou mesmo como um marco da resistência estudantil ao golpe, ocorrendo inúmeras manifestações importantes. Desse modo, consideramos que o referido período merece destaque neste trabalho.

1.3 - 1968 e o Movimento Estudantil

1968 é um redemoinho de imagens - atravessando a neblina do tempo. Um mundo em movimento, conflitos, projetos e sonhos de mudanças, gestos de revolta, lutas apaixonadas: revolução nos costumes, na música, nas artes plásticas, no comportamento e nas relações pessoais, no estilo de vida, e nas tentativas novas não apenas de *derrubar* o poder vigente, mas de propor uma relação diferente entre política e sociedade (REIS FILHO, 1988, p. 11).

² Cabe destacar aqui os acordos o MEC e a USAID (organização americana de cunho imperialista que prestava consultoria na política educacional dos países da América Latina) que consistiam em convênios que absorviam as recomendações norte americanas para a educação no Brasil. Uma das recomendações consistia na eliminação da participação estudantil na administração das instituições, tanto de forma colegiada quanto gremial (SILVA, 1989).

Em 1968 os estudantes brasileiros, além de lutar contra a ditadura, lutavam também para reformar o ensino e as instituições, o que se tornou mais evidente após o mês de maio, quando expressava-se no Brasil as manifestações que ocorriam na França onde “os estudantes franceses estavam erguendo barricadas nas ruas de Paris” contra a repressão, ocorrendo posteriormente uma sucessiva eclosão de movimentos sociais, não somente na França, mas em várias partes do globo (PONTES, CARNEIRO, 1968, p. 20).

No Brasil, este ano foi palco de muitas lutas, cujo personagem central foi a rebelião estudantil. O ME organizado nesse período não se limitava à denúncias gerais. Apresentava reivindicações e propunha diálogos com os setores do governo e com as autoridades universitárias (REIS FILHO, 1988).

Os dirigentes³ das organizações estudantis regionais não se limitavam a porta-vozes de um sentimento de revolta, mas também se afirmavam enquanto lideranças de aspirações envolvidas no cotidiano de estudantes e professores (REIS FILHO, 1988).

As lutas estudantis radicalizaram-se em vários locais, fomentando greves, ocupações em faculdades, manifestações, assembléias. A organização dos estudantes era reprimida pelas autoridades e a polícia militar de forma muito violenta, tendo ocorrido represálias em vários estados do Brasil (REIS FILHO, 1988).

Um exemplo disso foi a repressão ocorrida em uma assembléia no campus UFRJ, quando estudantes, armados de paus e pedras, atacaram os policiais e sofreram graves agressões. No dia seguinte, os estudantes protestaram contra esses acontecimentos e a PM reagiu de forma ainda mais violenta. Nesse episódio muitos foram assassinados e mais de mil pessoas foram presas. Este dia ficou conhecido como “Sexta-feira sangrenta” (REIS FILHO, 1988).

³ O movimento estudantil ia revelando à opinião pública as vozes que determinavam suas ações: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luiz Travassos, Edson Arantes, Benedito Trindade, José Arantes e Antônio Ribas (PONTES, CARNEIRO, 1968, p. 34).

O ano de 1968 foi sem dúvida o período de maior repressão da Ditadura Militar no Brasil. No movimento Estudantil isso se expressou, principalmente, no assassinato em 28 de março, do estudante secundarista Edson Luís, no Restaurante Universitário conhecido como Calabouço, situado na UFRJ. O assassinato se deu no embate entre Polícia Militar (PM) e estudantes durante uma manifestação da *Frente Unida dos Estudantes do Calabouço* que lutavam contra o aumento do preço da refeição e pela melhoria e conclusão das obras do restaurante (VALLE, 1999).

O assassinato de Edson Luís simbolizou um marco da repressão da ditadura aos estudantes, resultando num grande sentimento de revolta e de grandes mobilizações em todo o país contra a repressão. Milhares de pessoas foram às ruas nas principais capitais brasileiras, em manifestações pacíficas, entre as quais se destaca a “Passeata dos Cem Mil” no Rio de Janeiro. “A Passeata dos Cem Mil” criou no país uma falsa impressão de que se aproximava uma nova fase de abertura democrática. Isso ficou evidenciado nas manifestações artísticas, em artigos jornalísticos e outras literaturas (POERNER, 1995).

Além das manifestações estudantis, o ano de 1968 também foi palco dos movimentos operários que reivindicavam, principalmente, reajustes salariais. Destacando-se as greves na cidade de Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, em São Paulo.

Nesse contexto, Poerner (1995) destaca que

É preciso notar, quanto a este aspecto, que o movimento da liberalização liderado pelos estudantes conseguiu em 1968, reanimar, também, o movimento operário, desde abril de 1964 desbaratado e amortecido pelas autoridades militares. Foi entre a morte de Edson Luís em março, e a edição do AI-5, em dezembro, que ocorreram duas das mais importantes greves operárias enfrentadas pelo regime militar, nos estados de Minas Gerais e São Paulo (POERNER, 1995, p. 293).

Em resposta à resistência do movimento estudantil e operário, o governo militar instituiu o AI-5⁴, intensificando a repressão aos setores da sociedade que lutavam por liberdades democráticas.

⁴ Os poderes atribuídos ao executivo pelo Ato Institucional nº. 5 foram, entre outros:

O AI-5 dá seqüência a uma série de outros atos institucionais decretados pelos governos militares visando o expurgo completo de todas as pessoas ou grupos que demonstrassem sinais de resistência ao modelo político instituído (SILVA, 1989, p. 152)

Aqui consideramos importante destacar a avaliação de José Dirceu⁵ acerca das ações da UNE e UEE.

Segundo Dirceu apud Reis Filho (1988), havia duas tendências predominantes no ME nesse período: a AP (Ação Popular) e as Dissidências (Grupos de universitários do PCB, que romperam com o partido após o golpe de 64, por avaliarem negativamente a estratégia de luta armada contra a ditadura).

Para este autor,

[...] a AP tinha uma tática de criar um movimento contra a ditadura, de solidariedade internacional ao povo do Vietnã e de denúncia do imperialismo. Na verdade, tratava-se de um programa de partido político para o povo brasileiro, uma estratégia de derrubada da ditadura e tomada de poder. O problema é que, como a AP não tinha base social fora do ME, ela tentava “aparelhar”, instrumentalizar o movimento e acabou introduzindo na UNE e na UEE de São Paulo esta política (DIRCEU apud REIS FILHO: 1988, p. 134).

Dirceu e seu grupo político não eram contrários a lutar contra a ditadura e nem a prestar solidariedade ao povo vietnamita, mas tinham o entendimento de que era necessário fortalecer os centros acadêmicos, priorizando o papel de formação política e ideológica dos estudantes, prezando pelo ensino público, pelo não pagamento de anuidades, pela troca de professores negligentes, pela mudança de currículo, pela mudança na estrutura da universidade etc. (DIRCEU apud REIS FILHO, 1988).

1 - Fechar o Congresso Nacional, assembléias estaduais e municipais; 2 - Direito de legislar sobre qualquer matéria; 3- Decretar a intervenção nos estados e municípios; 4 – Suspender direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; 5 - Suspender as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6 – Demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade funcionários federais, estaduais e municipais; 7 – Decretar estado de sítio; 8 - Suspender a garantia de *Habbeas Corpus* nos crimes políticos contra a segurança nacional; 9 – Excluir da apreciação todos os atos praticados em desacordo com o AI-5 e seus atos complementares (SILVA, 1989, p. 153-154).

⁵ José Dirceu foi presidente da UEE-SP no ano de 1968, representando uma das principais lideranças políticas desse período.

Nesta perspectiva, se opuseram à UEE dirigida pela AP e passaram a constituir uma alternativa a essa direção. Segundo o mesmo autor, ao aparelhar as entidades, a AP afastou grande parte dos estudantes desta organização.

O XXX Congresso da UNE, organizado pela então direção da UEE-SP, aconteceu no final de 1968, clandestinamente, em Ibiúna (cidade no interior de São Paulo). Todavia, o fluxo de estudantes chamou atenção nesta pequena cidade e logo foram descobertos pela Polícia Militar (PM), que invadiu o evento e conseguiu prender quase mil estudantes, entre eles as principais lideranças do ME do período.

Pode-se destacar a reação dos estudantes em São Paulo e no Rio de Janeiro em protesto à prisão dos estudantes, porém por algum tempo o ME permaneceu recuado, tendo em vista que a represália policial era cada vez mais violenta.

1.4 - O processo de abertura democrática e a reorganização das executivas

Segundo Vasconcelos (2003), a partir de 1977 observa-se um retorno das manifestações mais fortes em prol da redemocratização da sociedade brasileira. Numa tentativa de reconstruir a UNE, aconteceu clandestinamente o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), na PUC/São Paulo, sendo que o mesmo foi reprimido pela polícia.

O período da efervescência política refletiu-se não só no movimento estudantil e no movimento sindical, mas também na organização de novos movimentos religiosos, ligados à ala mais progressista da Igreja Católica. Esse movimento expressou-se principalmente através da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Comunidades Eclesiais de Base ou, abreviadamente, CEB's (sic) são pequenas células que eclodiram no interior da Igreja Católica e de outras igrejas cristãs, a partir dos anos 60, dando feição inteiramente nova às igrejas que se deixaram tocar pelo fermento revolucionário que caracteriza essa nova forma de ser Igreja. As CEB's são comunidades eclesiais, ou seja, comunidades que se sentem e se definem como Igreja. São comunidades de base, isto é, comunidades que nascem na base da Igreja, no meio do povo, na periferia das cidades, nas zonas rurais, distantes dos centros de poder e das cúpulas (HERKENHOFF, 1996, p.107).

As CEBs embasavam-se na Teologia da Libertação e eram grupos que propunham, através dos trabalhos ligados à Igreja, estarem mais próximos da realidade e das necessidades sociais brasileiras, trabalhando numa perspectiva de transformação social

[...] que foram se desdobrando as práticas efetivas em favor das transformações sociais. A “tomada da palavra” pelos pobres nas CEB’s acontece como vontade crescente de participação das mesmas não só na vida da Igreja, mas também nos movimentos que buscam redefinir fisionomia da sociedade: associações de bairro, sindicatos, partidos e demais movimentos. E foi justamente o comprometimento crescente das bases populares com as causas libertadoras que ocasionou as relações violentas dos setores conservadores da sociedade. Na medida em que as comunidades aprofundavam o nível de sua participação na luta pela sobrevivência e pela transformação social, tornaram-se elementos conflitivos no sistema (TEIXEIRA et all, 1993, p.17).

Com a revogação do AI-5 em 1978, dez anos depois de sua instituição, os estudantes organizam em 1979 o 31º Congresso da UNE em Salvador, conhecido como o Congresso de Reconstrução da UNE⁶. Neste congresso foi redefinida a estrutura da entidade, com a aprovação de instâncias deliberativas e organizativas, além de construírem propostas de algumas bandeiras de lutas, tais como:

- 1 – Contra o Ensino Pago;
- 2 – Por mais verbas para a Educação;
- 3 – Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita;
- 4 – Contra a devastação da Amazônia;
- 5 – Por uma Assembléia Nacional Constituinte;
- 6 – Campanha de Filiação de Entidades à UNE (PEQUENO, apud OLIVEIRA, 2003)

Foi em meio ao processo de reorganização da sociedade civil, surgimento e articulação dos novos movimentos sociais, do novo sindicalismo e partidos políticos que se situou a reorganização do movimento estudantil. O regime militar mostrou-se já enfraquecido e a sociedade brasileira mobilizava-se em torno da campanha por eleições diretas, movimento conhecido como “Diretas Já”.

A partir da década de 1980 a UNE voltou a ser reconhecida como a entidade representativa dos estudantes universitários no Brasil. Nesse período, o debate

⁶ Cabe citar que a Une foi a primeira entidade organizativa de caráter nacional a se reorganizar no processo de redemocratização da sociedade brasileira (RAMOS, 1996).

sobre o movimento estudantil foi caracterizado pela reorientação das formas de atuação e formulação de novas estratégias (VASCONCELOS, 2003).

Em 1985 foi permitida a reorganização dos grêmios estudantis. Foi também nesse ano que assinado o decreto presidencial que trouxe a UNE de volta à legalidade.

Sobre o processo de reorganização do ME geral, Ramos (1996) afirma que

Em meados dos anos 80, as forças políticas presentes no ME imprimem maior pluralidade de opiniões e mudanças de orientação à sua prática. As discussões ressaltam a necessidade de formulação de novas estratégias e de um novo papel social para o movimento. A reforma partidária de 1982 ao romper com o bipartidarismo e permitir a diversidade partidária, contribui para reforçar a idéia de pluralidade no campo político (RAMOS, 1996, p. 148).

Para Oliveira (2003), as diversas tendências políticas que passaram a disputar a UNE a partir da década de 1980, evidenciaram uma discussão meramente conjuntural de pautas bastante genéricas, o que acabou afastando os estudantes dos debates, uma vez que os mesmos não reconheciam o cotidiano das suas relações e reivindicações no discurso do ME geral.

Ramos (1996) identifica que a partir da análise de teses apresentadas aos Congressos da UNE dessa época, haviam “três vertentes principais em relação às estratégias do ME na sociedade” no final da década de 80 e início dos anos 90.

A primeira, que dirigiu a entidade de 1979 a 1987 é a corrente Viração, ligada ao PC do B, que

[...] sustentava como prioridade as lutas relacionadas à conjuntura [...] fundamentadas em uma análise conjuntural sem, entretanto, associa-las à discussão do papel social e das estratégias de ação política desse movimento específico (RAMOS, 1996, p.67).

A mesma autora verifica, na segunda tendência, a proposição de uma nova intervenção para o ME, a partir da análise da universidade, bem como de seu papel e trajetória na sociedade que “articule a estratégia de luta pela transformação social conjuntamente com outros seguimentos e canais de participação” (RAMOS, 1996, p.149). Essa tendência assumiu em 1987 a direção da UNE com a chapa “Pra Sair

dessa Maré”. Oliveira (2003) relaciona essa tendência ao Partido dos Trabalhadores, acrescentando que a mesma esteve na direção da entidade de 1987 a 1990.

A terceira vertente foi formada por um bloco minoritário de tendências de esquerda que criticava a renegação em segundo plano da luta anticapitalista em detrimento da luta por reformas. De acordo com essa tendência, “o compromisso do ME era com o socialismo [...] no vislumbre de unificar as lutas para a construção do poder político das classes subalternas” (RAMOS, 1996, p.69).

1.5 – A crise dos anos 90 e a burocratização da UNE

Em relação ao processo de despolitização vivido nos anos 90, Martins (2005) fala do esvaziamento da participação política pautada em projetos comuns, coletivos. Esse autor expõe um ambiente de articulação de interesses particulares, individuais. Acrescenta que os sindicatos e Movimentos Sociais passavam por um período de refluxo, os primeiros em crise de militância e esvaziamento de filiações e os segundos em refluxo de vitalidade e representatividade. Destaca ainda o papel político que os partidos assumiram nesse contexto, quando deixaram de estar vinculados a grandes projetos coletivos para tornarem-se “aparelhos de usurpação de um poder público com vistas ao proveito de interesse privado para garantia da autoperpetuação político-eleitoral”. Os partidos que ora tiveram um corpo de militantes participantes e organizados, abrigam hoje apenas suas cúpulas dirigentes e bancadas parlamentares. O autor vincula tal processo de despolitização ao regime neoliberal em vigor que promoveu no seio da população elevadas taxas de absenteísmo político e ideológico. Complementa ainda falando sobre as inovações a respeito da participação política, pautadas na delegação da responsabilidade de vida política à terceiros, de maneira até mesmo institucionalizada.

O fato mais marcante referente à organização política dos jovens no Brasil no decorrer dos anos 90 foram as manifestações em favor do impedimento do então presidente Fernando Collor de Melo. Tal movimento, no ano de 1992, ficou conhecido como o movimento dos “Caras-pintadas” e também como “Fora-Collor”.

Sobre esse fato, Ramos (1996) destaca duas questões. A primeira referente à heterogeneidade do movimento, composto majoritariamente por jovens de classe média, que se diferenciava da homogeneidade dos estudantes de classe média alta dos anos 60. A segunda, diz respeito a não absorção dos valores de organização crítica para o cotidiano dos jovens que participaram daquele movimento, ou seja, aqueles jovens que participaram do movimento dos “Caras pintadas”, em geral, não deram prosseguimento a algum tipo de militância ou organização política.

Apesar de toda a mobilização vivida pelo movimento dos “Caras-pintadas” e a participação expressiva da UNE nesse movimento, no decorrer da década de 90, ocorreu um enfraquecimento cada vez maior da entidade. Cabe ressaltar que no início desta década, a entidade voltou a ser dirigida por uma tendência ligada ao PC do B, a UJS – União da Juventude Socialista.

A partir daí, já começa a se verificar certo enfraquecimento da entidade. Em meio à conjuntura adversa aos movimentos sociais dos anos 90, pode-se verificar críticas mais severas não só à diretoria da entidade, mas à sua organização como um todo, o que demandou o surgimento de novas estratégias de aglutinação da luta dos estudantes.

Em 1992 foi criado o Fórum Nacional de Executivas e Federações de Curso da UNE, que se constituiu em “um espaço aberto e democrático de discussões das executivas com base em suas deliberações específicas [...] visando a realização de ações conjuntas e aglutinação de esforços e organicidade do movimento estudantil” (ENESSO apud OLIVEIRA, 2003, p. 55-56.).

Nesse contexto, o Movimento Estudantil de área pode ser entendido como uma alternativa para a organização dos estudantes diante do processo de fragilização da UNE. Entre as lutas encampadas por esse coletivo, podemos citar o Plebiscito do Provão em 2002 e o Boicote ao Provão, campanha realizada pelas executivas contra o modelo de avaliação imposto pelo MEC.

Em meio a essa conjuntura, a UNE vem sofrendo com uma crise de identidade, legitimidade e imobilismo, onde o movimento de área tem se tornando uma

alternativa para a organização dos estudantes. Serão nos encontros de área (de cada curso) que os estudantes terão maior possibilidade de debaterem a respeito da formação profissional, da conjuntura, da política e da própria organização estudantil (VASCONCELOS, 2003).

Muitas são as críticas em torno da UNE e de sua direção majoritária nos últimos 15 anos. A exemplo disso destacamos a análise de um grupo de oposição à direção majoritária, em tese apresentada no 47º CONUNE, que diz:

Neste congresso se manifestará mais uma vez a necessidade de uma nova direção para o movimento estudantil brasileiro. A União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao PC do B, está levando a UNE para um beco sem saída. Refém de uma política de conciliação de classes, distante das entidades de base, engessada por uma estrutura antidemocrática e transformada num balcão de carteirinhas, a UNE vem perdendo representatividade (Tese Rompendo Amarras pra Virar a UNE do Avesso, 2001).

Os Congressos da UNE⁷, têm representado a situação de paralisia da entidade, através de disputas partidárias que almejam um aparelhamento branco da entidade, fraudes na tiragem de delegados e até mesmo o uso da violência física em meio às disputas políticas.

Percebemos que o ME geral encontra-se bastante fragilizado, uma vez que sua entidade central, a UNE, enfrenta um processo de crise que se arrasta há vários anos. Dessa forma, discutir o ME em uma área específica, requer situá-lo na trajetória histórica do ME geral, bem como compreendê-lo como inserido em uma totalidade caracterizada como bastante fragilizada, representada pelo refluxo do ME geral. A partir das considerações tecidas neste capítulo, podemos avançar na discussão e realizar uma exposição específica sobre o Movimento Estudantil em Serviço Social – MESS.

⁷ Os Congressos da UNE acontecem bianualmente. Na ocasião é eleita a nova diretoria da entidade, bem como são votadas suas bandeiras de luta. As votações são realizadas através de delegados eleitos em suas unidades de ensino. A direção da entidade é composta de maneira proporcional, ou seja, as forças políticas dividem os cargos de acordo com o número de votos alcançados no congresso.

CAPÍTULO II

2 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA CATEGORIA NO BRASIL

2.1 - Os confrontos dos projetos de profissão e a “intenção de ruptura”

A história do Serviço Social no Brasil revela diferentes orientações tomadas pela profissão durante a sua existência. Cada orientação foi sustentada pelo corpo profissional, seja de forma hegemônica, ou em processo de disputa. Justamente a história e as divergências de orientação quanto ao exercício profissional, revelam os projetos de profissão construídos e defendidos pela categoria, bem como demonstram meios para compreender as respostas que os assistentes sociais traziam para as determinações da “questão social” (IAMAMOTO, 2002).

Concordamos com Netto (1999) quando afirma que projetos profissionais

[...] são construídos por um sujeito coletivo – a respectiva categoria profissional, que inclui não apenas os profissionais de campo, mas deve ser pensada como o conjunto dos intervenientes que dão efetividade a profissão [...] os profissionais em atividade, as instituições que os formam, os pesquisadores docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos e sindicais etc. (NETTO, 1999, p. 95).

Dessa forma, o Serviço Social brasileiro revela um histórico conjugado às determinações da conjuntura de cada momento, que contribuiu para a definição, direção e orientação da categoria, bem como da formação profissional. O significado social, histórico e político da profissão em cada período foram particulares e revelou fatos que hoje são marcos da profissão.

O Serviço Social surgiu no Brasil por iniciativa da Igreja Católica para qualificar seus quadros profissionais e, assim, posicionar-se mais ativamente diante do Estado brasileiro e das demandas que a sociedade apresentava durante a década de 1930. As primeiras iniciativas que resultaram no reconhecimento do cargo de Assistente Social na divisão sócio-técnica do trabalho, foram diretamente ligadas à organizações católicas.

Neste momento, Getúlio Vargas assumia o governo federal, com uma gestão de caráter paternalista, corporativista e interventivo. O país se encontrava num momento de formação e ampliação de grandes centros industriais, os quais estimularam a intensa migração de interessados nos postos de trabalho, vindos de diferentes estados da nação, principalmente da região nordeste para a região sudeste, acelerando um processo de intensa urbanização.

O governo Vargas, resultado de um golpe de Estado, apoiado pela Carta Constitucional vigente, sustentou uma política econômica de favorecimento da burguesia industrial. De forma paralela, desenvolveu uma estratégia de enquadramento dos trabalhadores através da violência e da criação de uma Legislação Social e Trabalhista que objetivava desarticular os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e aumentar a exploração capitalista. Netto (2002) ressalta essa estratégia como um fetiche de direitos, pois a legislação buscava integração e legitimação política do governo e uma falsificação burocrática das reivindicações.

A estratégia do governo varguista ainda criou uma legislação sindical⁸, a qual atrelou o movimento operário ao Estado. Com isso, o caráter histórico de mobilização e luta do movimento foi perdido, transformando os sindicatos em agências de colaboração do poder público, baseado em rotinas burocratizadas. Isto causou o esvaziamento das entidades, e a construção de uma campanha de sindicalização, pois não era interessante para o governo perder o controle desses trabalhadores (NETTO, 2002).

As funções do Serviço Social nesse momento foram definidas pelo governo através do decreto-lei número 525, de 01/07/1938. O Estado se articulava junto à Igreja para que sua demanda por profissionais para implementação de seu projeto pudesse ser atendida.

Nesse período, a questão social debatida pela Igreja era concebida principalmente, como uma questão moral e religiosa, sendo a sociedade um todo orgânico

⁸ A legislação sindical previa a cobrança do imposto sindical, o qual revertia uma quantia do salário do trabalhador filiado ou não para o financiamento da assistência aos trabalhadores, sustento dos

interligado e necessitado de recristianização. De acordo com Brites; Sales (2000), o Assistente Social não desenvolvia uma visão crítica devido aos aportes teóricos positivistas e neotomistas⁹, os quais legitimavam a atuação e o não questionamento da função social da profissão, onde a resignação dos profissionais e as desigualdades sociais eram concebidas como inevitáveis. Esse conservadorismo da categoria profissional revelava uma análise a-histórica da realidade social.

Com isso, ser Assistente Social foi uma alternativa em destaque para as mulheres do movimento filantrópico católico se profissionalizarem. Através de uma prática remodelada de caridade, os “problemas sociais” eram tratados individualmente com o objetivo de readaptar este indivíduo. O diálogo com o positivismo – principal orientação das ciências sociais naquele momento histórico – colaborava para os princípios conservadores sustentados pela categoria, como a desconsideração das relações de classe, o empiricismo e o imediatismo (IAMAMOTO, 2002).

Nesse período, o Serviço Social se institucionaliza, sendo reconhecido na divisão sócio-técnica do trabalho. Igreja e Estado dialogavam quanto à inserção dos Assistentes Sociais na execução de políticas sociais. O Estado admitiu Assistentes Sociais, visando manter o controle dos trabalhadores, bem como desarticular possíveis manifestações (IAMAMOTO, 2002; NETTO, 2002).

Além do Estado, as empresas também se abriam como campo de atuação profissional para os Assistentes Sociais, buscando, como o Estado, controlar os trabalhadores. O fato inegável era que as cidades não estavam preparadas para receber tamanho quantitativo de migrantes e, assim, tanto moradia quanto serviços básicos como saneamento, escolas, postos de saúde e calçamento, se encontravam em situação de extrema precariedade. Unido a isso, as empresas também não ofereciam as mínimas condições de trabalho, com ambientes insalubres e sofriam constantemente com perdas de produtividade ao ter problemas com funcionários (IAMAMOTO, 2002; NETTO, 2002).

sindicatos. Além disso, a proposta previa a manutenção de um programa governamental de auxílio-alimentação e a tabela do salário-mínimo.

⁹ O neotomismo era a base filosófica da doutrina social da Igreja Católica, no século XIX, desenvolvida por São Tomás de Aquino, articulada com o conservadorismo, humanismo. Já o

O contexto instalado no Brasil, de envolvimento na Segunda Guerra Mundial e intensa industrialização, resultou na implantação de instituições assistenciais, como a LBA (Legião Brasileira de Assistência) em 1942, para assistir às famílias cujos membros foram mobilizados para a guerra; além disso, contribuiu para a população legitimar a participação brasileira na disputa. Tal instituição demandou um número maior de assistentes sociais, e levou a categoria a adequar o exercício profissional diante das necessidades apresentadas.

A organização da profissão enquanto vertente do pensamento católico passou a não mais dar conta de atender às demandas colocadas pela realidade brasileira nesse período. Os Assistentes Sociais passaram a ser cada vez mais requisitados pelo Estado, uma vez que

O adensamento do aparato burocrático institucional do Estado, especialmente do segundo pós-guerra, demandava a presença de um número crescente de profissionais, para operacionalizar suas propostas políticas. As instituições, verdadeiros aparelhos ideológicos de enquadramento da classe trabalhadora, precisavam de agentes qualificados para colocar em marcha suas ações programáticas. Os movimentos católicos leigos, vivendo uma fase de adaptação às determinações da Constituição do Estado Novo, já não tinham mais como responder a essa procura (MARTINELLI, 1997, p. 133-134).

A partir de então foi observada uma expansão das escolas de Serviço Social no Brasil, como forma de suprir a necessidade de profissionais colocada pelo processo de desenvolvimento industrial e pela conjuntura política. Cabe ressaltar que a institucionalização e expansão do Serviço Social se deu num processo não atrelado ao pensamento religioso católico, chamado de laicização da profissão, que consiste na

[...] *diferenciação* desta profissão da categoria profissional em todos os seus níveis e a conseqüente disputa de hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc.) (NETTO, 2002, p.128).

Netto (2002) afirma que o aumento no número de universidades ampliou e consolidou a inserção do Serviço Social no espaço acadêmico. A interação com outras disciplinas das ciências sociais e da psicologia causou impactos para a

positivismo consiste na teoria social desenvolvida por Augusto Comte, que propõe a síntese do

formação profissional do assistente social. Neste momento, o Serviço Social reconheceu a ausência de tradição intelectual e de investigação e buscou modernizar-se.

Assim, a orientação seguida pela profissão até meados da década de 1960 foi chamada por Netto (2002) de Serviço Social Tradicional. O Estado legitimava a prática empirista, paliativa e burocratizada dos profissionais, através de parâmetros da ética liberal-burguesa, cuja teleologia consistia na correção, com ponto de vista claramente funcionalista e mecanicista, da dinâmica social, sempre pressuposta da ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável. Isto contribuiu para a manutenção de uma prática profissional originária dos anos 30 (NETTO, 2002).

Ainda conforme Netto, o movimento estudantil contribuiu para a erosão do Serviço Social Tradicional, já que sua proposta já não atendia às demandas levadas aos assistentes sociais e assim buscavam atualização. Isso revelou que dentro da própria Igreja surgia um movimento de recusa às práticas executadas pela categoria, bem como difundidas na formação profissional.

Quer em função da dimensão das escolas, quer – muito especialmente, - da sua unidade: salvo situações muito pontuais, o movimento estudantil nas escolas de Serviço Social, durante toda a década de sessenta, foi inteiramente dominado pela esquerda católica (primeiro, a Juventude Universitária Católica / JUC; em seguida, a Ação Popular Católica / AP). Cabe observar que muitos dirigentes estudantis da época, com ativa militância nos processos políticos do tempo, integrariam posteriormente os quadros docentes do Serviço Social (NETTO, 2002. p.140)

Entretanto, ainda de acordo com Netto (2005) a crise do regime ditatorial em meados da década de 1970, levou a uma reorganização do Estado e à mudanças profundas na sociedade. Este cenário de mudanças na conjuntura do país propiciou uma revisão do Serviço Social enquanto profissão no que tange a intervenção e a formação profissional. O autor também ressalta que o protagonismo do movimento estudantil foi decisivo na crítica ao tradicionalismo (NETTO, 2005).

De acordo com Yazbek et al (2005) acontecia, em âmbito internacional, diferentes manifestações que questionavam a ordem burguesa e o desenvolvimento do

capitalismo. Na América Latina a Revolução Cubana estimulou a crença na possibilidade de uma nova ordem societária. Este movimento macro, que recebeu influência do movimento do Maio de 68, influenciou o serviço social a se posicionar diante da realidade em que estava inserido. O movimento da categoria foi chamado de Reconceituação e segundo Faleiros (2005) se caracterizou

Como um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante, expresso de distintas formas, como: “serviço social reconceituado”, “serviço social crítico”, “serviço social dialético” ou “serviço social marxista” (FALEIROS, 2005, p. 22).

O marco inicial do movimento de Reconceituação foi o “I Seminário regional Latino-Americano de Serviço Social”, realizado em maio de 1965 em Porto Alegre, com a presença de assistentes sociais do Brasil, Argentina e Uruguai. Nesse momento organizava-se, segundo Netto (2005)

[...] uma frente profissional que reunia um largo e heterogêneo leque de assistentes sociais [...] cortada por diferentes concepções históricas, de sociedade e, naturalmente, das mudanças sociais em curso na época (NETTO, 2005. p. 10)

Já que tal frente de renovação apresentava-se heterogênea, identificava-se nesse momento, três perspectivas no Serviço Social brasileiro. Netto (2002) denominou as mesmas como “modernização conservadora”, “reatualização do conservadorismo” e “intenção de ruptura”. Cada uma defendia um projeto de profissão e sociedade particular. Esse momento de renovação possui traços marcantes quanto à aproximação com o marxismo e uma nova relação entre os profissionais da América Latina.

2.2 - O movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil

Desse modo, a Reconceituação no Brasil apresentou peculiaridades. O movimento é datado entre 1965 e 1975. A conjuntura social, política e econômica do país, nesse período foi constituída pelos marcos do Golpe de Abril de 1964, que implantou o regime ditatorial, mas que realizou uma “modernização conservadora”. O Estado investiu no fomento das instituições de ensino e pesquisa em torno de seus

interesses em manter o controle da população e das instituições, além de capacitar profissionais que implementassem suas estratégias de manutenção do poder, entre esses, os assistentes sociais. Cabe ressaltar que o processo de expansão das universidades também se deu como forma de atender ao projeto de modernização e expansão industrial, implementado nesse momento pelo Estado (NETTO, 2005, p.16).

A perspectiva da modernização conservadora foi uma das expressões do processo de renovação do Serviço Social no país, buscando o avanço técnico da profissão pensando o agir profissional dentro de um cenário de desmantelamento das condições de vida da população e de forte mobilização social (NETTO, 2002).

Assim, a modernização conservadora redefiniu a base de legitimidade profissional, de acordo com as novas exigências do mercado de trabalho e o quadro de formação para ele. Essa orientação foi amplamente divulgada no país e nos demais países da América Latina, pois através dos documentos sistematizados nos seminários ocorridos em Araxá (1967) e Teresópolis (1970) a categoria profissional executava suas ações conforme os princípios ali contidos (NETTO, 2002, p. 127).

O modelo econômico desse momento histórico é o desenvolvimentista, baseado na expansão da industrialização com a abertura garantida para capitais estrangeiros. Militares e tecnocratas asseguraram a modernização no plano administrativo, exigida pelo capital estrangeiro, através da repressão social. Além disso, acontecia o arroxo salarial e exclusão da classe trabalhadora, tanto no plano político quanto econômico (NETTO, 2002).

Tal posicionamento do Estado exigiu um perfil “moderno” dos assistentes sociais, dotado de procedimentos racionais e não mais morais. As instituições de ensino foram obrigadas a romper com o confessionalismo e paroquialismo historicamente difundido na formação profissional desse curso (NETTO, 2002).

Durante o cumprimento das exigências, o Serviço Social adquiriu importantes contribuições do meio acadêmico, no qual foi inserido, pois interagiu com as ciências sociais e a psicologia, o que implicou numa redefinição da legitimidade profissional.

A laicização, caracterizada como a expressão da disputa pela hegemonia do processo de formação profissional, apresentou-se como um dos elementos do cenário de renovação (NETTO, 2002).

De acordo com Netto (2002), em meio a uma conjuntura de extrema repressão ditatorial, dentro das universidades surgiram idéias de rompimento com as práticas e ideologias do Serviço Social tradicional, conservador e moderno, nomeado pelo autor como 'intenção de ruptura'. O referido movimento, ainda restrito ao âmbito da discussão acadêmica, requeria um cenário mais democratizado para que os assistentes sociais tomassem conhecimento em seus campos de exercício profissional. A expressão principal desse início do debate de ruptura foi o Método BH, pois foi a primeira proposta alternativa ao tradicionalismo.¹⁰

Para tanto, o mesmo autor afirma que a renovação é um conjunto de novos elementos que no âmbito

[...] das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência de pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2002, p.131).

A modernização conservadora foi a vertente inicial do movimento de renovação no Brasil perante a repressão ditatorial. A partir do enfraquecimento do regime militar, as demais vertentes conseguiram se fortalecer.

Isso ocorreu em meados da década de 1970 e ofereceu condições para o desenvolvimento dessas outras vertentes do processo de renovação que o Serviço Social brasileiro construía. Essas vertentes, chamadas de reatualização do

¹⁰ O Método BH expressou uma nova posição da categoria em favor das classes e camadas subalternas e exploradas, com suporte técnico, metodológico e interventivo, construindo um contraponto as práticas tradicionais vigentes, sendo a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte local de construção. Em sua vertente ideopolítica critica o discurso de neutralidade da profissão. Quanto a questão teórico-metodológica buscava historicizar o objeto e objetivos. A interlocução direta do Método com espaço acadêmico, contribuiu para o aprimoramento da formação profissional, oferecendo elementos que direcionaram a construção de estratégias, e instrumentos de intervenção da profissional, munidos da perspectiva marxista, além de impulsionar a futura consolidação do projeto de ruptura (NETTO, 2002).

conservadorismo e intenção de ruptura, divergiam em suas idéias e direcionamentos.

A chamada reatualização do conservadorismo apresenta influências do pensamento católico resistentes a maiores mudanças.

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclamava nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2002, p. 157).

Tal perspectiva procurou renovar o Serviço Social evocando a fenomenologia como base para a prática profissional. A reatualização do conservadorismo adquiriu influência no meio profissional ao destacar a dimensão da subjetividade, e desenvolver uma orientação psicologizante. Dessa forma, em busca da “compreensão”, negavam qualquer análise mais concreta, objetiva e macrossocietária da realidade. E com essa psicologização das relações sociais o julgamento moral do “cliente” era disfarçado de cientificidade (NETTO, 2002; IAMAMOTO, 2002).

Outra perspectiva, que segundo Netto (2002) e Iamamoto (2002) surge dentro da categoria profissional, como citamos, é a intenção de ruptura. Essa revelou, como diferencial das demais perspectivas, um suporte teórico, metodológico e ideológico contrário à prática modernizadora. Este grupo demonstrou posicionamento em defesa da classe trabalhadora, com o objetivo de buscar respostas profissionais à realidade brasileira, orientados pela reflexão marxista. Tal intenção, também é resultado de uma conjuntura externa à profissão, que solicita posicionamento dos assistentes sociais enquanto categoria profissional.

Iamamoto (2002) caracteriza essa vertente ao afirmar que a ruptura

[...] expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2002. p. 37).

De acordo com Netto (2005), tais tendências revelaram um novo posicionamento dos profissionais, de acordo com a conjuntura histórica social e política que apresentava novas demandas para o Serviço Social brasileiro. Essas manifestações e organizações da categoria profissional expressavam um movimento que ocorria em vários países da América Latina entre as décadas de 1960 e 1970.

A Reconceituação se tornou um marco histórico para a profissão que deixou, conquistas e apresentou limites (NETTO, 2005). Entre as conquistas que podemos apontar, esteve a articulação e intercâmbio latino-americano de instituições e profissionais na construção de respostas para a realidade continental. Outra conquista desse movimento foi o destaque à dimensão política que constituiu a intervenção social.

Além disso, o movimento construiu uma nova interlocução do Serviço Social com as ciências sociais e também inaugurou o pluralismo profissional, o qual respeitou as diferentes visões e práticas, rompendo a homogeneidade da categoria, pregado pelo tradicionalismo. Assim, a principal conquista esteve na recusa da subalternidade da categoria, essa, que defendeu o assistente social como um profissional com competências de execução, planejamento e pesquisa.

Entretanto, esse movimento tão representativo para a categoria apresentou limites, dos quais destacamos “um ativismo político que obscureceu as fronteiras entre a profissão e o militância”, a recusa às “teorias importadas” e o ecletismo teórico que misturou diversas contribuições paradoxais (NETTO, 2005, p.13).

A existência deste “Serviço Social crítico” – que hoje implementa o chamado *projeto ético-político* – é a prova conclusiva da permanente atualidade da reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo: é a prova de que, quarenta anos depois a reconceituação continua viva (NETTO, 2005, p.18).

2.3 – A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social

Desde o fim dos anos 70 e início dos anos 80, o Serviço Social brasileiro vem num processo de construção de um projeto que pretende orientar o exercício profissional

compreendendo-o como inserido na contradição das relações de classe da sociedade brasileira, destacando a direção social da profissão para defesa de sua clientela, constituída em sua maioria pela classe trabalhadora (CARVALHO, 1985).

O contexto de divulgação das idéias do Movimento de Reconceituação em toda a América Latina, junto com o processo de redemocratização do país, constituiu um cenário propício para a renovação do Serviço Social, induzido pelo processo de ruptura teórica e política com o tradicionalismo presente na profissão.

Reis (2003) considera que o marco político desse processo foi o III CBAS, ocorrido em 1979 na cidade de São Paulo, onde um grupo de profissionais do Serviço Social se organizou num ato de desmonte de uma mesa composta por nomes de oficiais da ditadura, substituindo-os por outras pessoas envolvidas com o movimento de trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o Congresso da Virada.

Um dos entrevistados deste estudo esteve no Congresso da Virada e pôde ilustrar esse momento em sua fala:

“[...] quando nós chegamos em São Paulo, nós fizemos um movimento que tirou tudo que tinha de oficial, governo, prefeito da mesa. Buscou Lula, José Ibraim, todas as lideranças sindicais do ABC, mudamos a mesa de abertura do congresso nacional e teve um momento histórico que era o seguinte, tinha umas visitas oficiais à prefeitura de São Paulo, os ônibus esperando. E as mulheres pelegas, não sei se era Secretária de Ação Social, organizadoras, e nós lá naquele impasse de mudar mesa, pauta, critérios do congresso, aí ela foi lá na frente e falou – Gente, vamos logo, porque os ônibus estão esperando, o prefeito está esperando a gente não sei onde. Aí Z., que é uma assistente social capixaba, formou depois de mim, [...] foi lá, estudante, pegou o microfone e falou – Que prefeito, que ônibus que nada, o que que é mais importante, o prefeito esperando a gente, ou milhares e milhares de trabalhadores desse país esperando um posicionamento dos Assistentes Sociais, do Serviço Social? O auditório veio abaixo! A mulher ficou desmoralizada, a Z. virou a heroína daquele congresso nacional de 1979, uma capixaba, estudante, não era das de mais destaque, mas a lucidez, entrou e botou pra quebrar” (ENTREVISTADO 2).

Nesse contexto podemos localizar a origem do atual projeto ético-político da profissão que avançou durante a década de 1980 e se consolidou na década de 1990. Esse projeto, no entanto, continua em construção, apesar de encontrar fortes obstáculos com o avanço do projeto neoliberal que repercute no interior da categoria “sob forma de um neoconservadorismo profissional” (REIS, 2003, p. 411).

Tal projeto de profissão e de sociedade no âmbito da profissão está expresso na construção dos Códigos de Ética de 1986 e 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) construída por profissionais, estudantes e pela ABEPSS.

O Código de ética de 1986 representou uma virada histórica da profissão, quando o Serviço Social avançou no sentido da recusa da ética da neutralidade, reconheceu a dimensão política da prática profissional e inovou com a noção de historicidade, além de vincular seus compromissos com a classe trabalhadora. Esse código é uma expressão do movimento de Reconceituação do Serviço Social de uma conjuntura de redemocratização do país (BRITES; SALES, 2000) (REIS, 2003).

No entanto, este código mostrou-se ainda frágil na orientação operacional dos princípios legitimados, além de ter soado como uma carta de princípios ideológicos e políticos para os Assistentes Sociais (BRITES; SALES, 2000) (REIS, 2003).

O Código de ética de 1986 possuía duas características principais: centradas na recusa à ética da neutralidade e no reconhecimento da dimensão política da prática profissional. Um traço inovador foi à noção de historicidade e da determinação material como uma das mediações formadoras do ser social.

As idéias, a moral e as práticas de uma sociedade se modificam no decorrer do processo histórico. De acordo com a forma em que esta se organiza para produzir, cria seu governo, suas instituições e sua moral (CÓDIGO DE ÉTICA DE 1986; p.07).

Outro traço inovador foi o reconhecimento do homem como ser portador de projetos, dotado de autonomia e sujeito da práxis.

Uma nova concepção de homem é por ele inaugurada, alargando-se horizontes éticos do Serviço social, na medida em que afirma o caráter desse homem enquanto se histórico, social, prático e criador; com isso deixa de ser percebido como sendo determinado pela vontade e autoridades divinas (SALES, 1996. p.115 apud Brites; Sales, 2001).

O Código de 1986 empreendeu um posicionamento da categoria em favor da classe trabalhadora.

A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e conseqüentemente de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada dos interesses desta classe (CÓDIGO DE 1986. p.7).

Esse código se consolidou como uma expressão da consolidação da Reconceituação, que apresentou avanços para a categoria profissional que representa um acúmulo da massa crítica no âmbito da formação profissional e da organização política da categoria. Porém ainda se apresentou frágil em sua capacidade de embasar a operacionalização jurídica e política dos pressupostos valorativos ali contidos.

Foi com o Código de Ética de 1993 que o projeto profissional começou então a ser tratado nacionalmente como “projeto ético-político”.

Esse documento avançou a discussão no sentido da orientação para as dimensões do exercício profissional que dariam materialidade ao projeto, sendo elas: a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; a dimensão político-organizativa da categoria e a dimensão jurídico-política da profissão (REIS, 2003).

Essas dimensões articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético-político profissional que [...] deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade (REIS, 2003, p. 414).

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional também estão presentes na proposta de mudança das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação do Serviço Social. Nos anos 80 e 90, reafirmou-se a orientação ético-política para a fundamentação teórica e para a prática profissional.

A partir de 1980 a questão da formação profissional do assistente social emergiu como foco de discussão e análise para professores, estudantes e supervisores, na academia e também entre a categoria. Nesse momento, se pensou uma reorientação para a profissão frente aos desafios colocados pela realidade brasileira, tendo o processo de redemocratização do país, uma conjuntura repleta de

contradições que expressaram um momento de efervescência da vida política e de fortalecimento dos movimentos sociais, como pano de fundo desse movimento (CARVALHO, 1985).

Carvalho (1985) destaca que havia uma necessidade de evidenciar os princípios que norteavam a discussão da formação profissional em “eixos básicos, na estrutura curricular, no conteúdo das disciplinas, no processo pedagógico” (CARVALHO, 1985, p.16).

Dessa forma, no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, o coletivo de profissionais, professores e entidades que representavam os estudantes viram a necessidade de repensar a formação profissional dos assistentes sociais, atribuindo à ABESS o papel de dar a direção política desse movimento para a categoria e para a orientação das diretrizes curriculares das escolas de Serviço Social. Para isso, essa entidade partiu da análise de algumas premissas, enquanto teses básicas que delimitaram o entendimento dessa formação.

Uma dessas premissas orientava para que a formação não se limitasse a uma simples preparação para o exercício de um emprego, mas também para a preparação de quadros profissionais que atuassem numa perspectiva de um “PROJETO EDUCACIONAL que articule ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO orientado por diretrizes básicas” (CARVALHO, 1985, p. 5).

Outra questão a respeito desse projeto educacional que permeia a concepção dessas diretrizes é a determinação social da formação profissional; onde se compreende que a formação se insere no contexto de desenvolvimento do capitalismo e dos determinantes conjunturais que perpassam a dinâmica política de uma dada formação social, no contexto contraditório das relações sociais (CARVALHO, 1986).

Sob essa análise, coloca-se para a então ABESS, a “exigência de seu próprio repensar, de sua redefinição enquanto entidade” para responder essas questões básicas referentes à formação profissional do assistente social brasileiro nesse período (CARVALHO, 1985, p. 4) e inclusive propor uma nova orientação curricular,

discutida a partir do fim dos anos 70 e configurada para as escolas de Serviço Social em 1982.

O agravamento da crise econômica, notadamente no final da década de 70, o empobrecimento crescente a população somados a outros aspectos, criaram as condições objetivas para um amplo processo de rearticulação da sociedade civil, de recomposição das forças sociais no cenário político do país. As categorias profissionais, em geral, e os assistentes sociais, em particular, passaram a questionar a função social da profissão e o significado político de sua prática. No âmbito da Universidade este movimento se expressou, dentre outras formas, através do questionamento da formação profissional do assistente social, dos currículos vigentes e de iniciativas nacionais, regionais e locais no sentido de adequá-los ao momento histórico (DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, 1985, p. 3).

Assim, o corpo docente e discente do curso de Serviço Social da UFES se organizou coletivamente para discutir e reformular o currículo. Participando e organizando eventos como o “Seminário de Avaliação de Currículo”, entre outros programas realizados pelo departamento anualmente, e em nível nacional através da participação nos eventos da ABESS, como “convenção nacional, encontros e seminários nacionais e regionais” (DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, 1985, p. 4)

O Currículo Mínimo do curso de Serviço Social aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1982 foi o resultado de um amplo debate fomentado principalmente a partir do Congresso da Virada em 1979, que resultou num momento de grande acúmulo por parte dos intelectuais e profissionais que ali estiveram. A ABESS acumulou reflexões e processos investigativos quanto à formação profissional, e com isso buscou implementar uma base teórica no currículo que contribuísse para um novo perfil dos assistentes sociais brasileiros (BRITES; SALES, 2001).

O novo perfil dos assistentes sociais está inteiramente ligado à proposta de formação profissional que orientou a reformulação curricular, sendo assim, o Serviço Social da UFES também partiu dessa premissa e se comprometeu com a discussão para a formulação do seu Currículo Pleno.

O conteúdo incorporado ao currículo do curso pautou a discussão de superação das práticas consideradas conservadoras, colocando o exercício profissional para uma atuação “no âmbito das relações do Estado e instituições com os setores populares,

através da implementação de políticas públicas e de serviços sociais” (DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, 1985, p. 11).

Dessa forma, a proposta de reformulação do currículo de Serviço Social surgiu no sentido de inovar, de superar “uma perspectiva mecanicista, de mera reiteração das demandas reais apresentadas pelo mercado de trabalho e, muito menos uma perspectiva voluntarista” sem embasamento teórico para atuar nos campos de trabalho (DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, 1985, p. 12).

Uma proposta curricular deve levar em conta as posições extremadas presentes no interior da profissão, buscando a sua superação. De um lado a de formar profissionais com concepções teóricas que os levam a dissolver a especificidade e a retirar a autonomia da profissão em relação ao contexto sócio econômico e político. E, de outro lado, de possibilitar a mera apropriação de técnicas e procedimentos sistemáticos e reiterativos que seriam capazes de, por si só, garantir a eficácia e a eficiência da prática profissional. A formação profissional tem como objetivo básico buscar o ponto de inserção do individual e do social, do teórico e do prático, do particular e do geral, da reflexão e da ação e possibilitar aos alunos elementos que lhes permitam transitar do plano teórico [...] ao plano prático [...] (DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, 1985, p. 12-13).

Concordamos com Carvalho (1985), quando diz que essa perspectiva está expressa em avanços qualitativos, que a autora problematizará ressaltando, entre outros, a redefinição dos currículos das diferentes escolas e cursos; a participação do Serviço Social no contexto da universidade; o aumento da produção teórica; a participação das entidades que representam a categoria nesse processo de redefinição profissional e, sobretudo, o avanço do ME como uma força de expressão no projeto educacional da formação profissional.

Para Carvalho (1995), o movimento estudantil de Serviço Social, inserido e descontente com o contexto contraditório da Universidade passou a assumir lutas no processo de redefinição da formação profissional do assistente social, junto aos docentes e aos próprios profissionais.

Dessa forma, Carvalho (1985) destaca ainda a importância da contribuição do MESS, no que diz respeito ao papel que os ENESSs vêm desenvolvendo, efetivamente repensando o projeto educacional do Serviço Social, onde os estudantes participaram da elaboração do Currículo Mínimo e também do esforço

coletivo junto à ABESS em repensar uma política de formação profissional que desse resposta às demandas e desafios colocados em “xeque” na sociedade brasileira.

No decorrer dos anos 1990, a categoria resistiu no enfrentamento ao projeto neoliberal, incorporando o método crítico-dialético na apreensão da realidade social, perceptível no Código de ética de 1993, onde se reafirmou um projeto de profissão que avance em sua dimensão ético-política através do

[...] reconhecimento da liberdade como valor ético central, com o reconhecimento da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; o aprofundamento e a consolidação da cidadania e da democracia; a defesa da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento radical a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a sua gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo e ou compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (ABEPSS, 2004, p. 73-74).

Nos anos 1990, evidenciam-se as “profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social” (APEPSS, 1996, p.5). Devido a tantas transformações, o trabalho do assistente social também foi afetado, desencadeando uma grande mudança nas demandas profissionais, expressas pela alteração das relações entre o público e o privado, e pelo fato dessa profissão estar inserida na esfera da divisão sócio-técnica do trabalho (APEPSS, 1996).

Sob essa perspectiva, o coletivo de profissionais presentes na XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, ocorrida em 1993 na cidade de Londrina - PR, deliberou encaminhamentos sobre a revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº. 412, de 04.08.1982 e Resolução nº. 06 de 23/09/82) (ABEPSS, 1996).

Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade, a ABESS promoveu e coordenou com o *CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL - CEDEPSS*, órgão acadêmico que articula a Pós-Graduação em

Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no país. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da Entidade Nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do *CFESS* - Conselho Federal de Serviço Social, bem como, dos estudantes, através da *ENESSO* - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 3).

As diretrizes curriculares do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social se constituíram na expressão da concepção de Formação Profissional no âmbito do ensino e da aprendizagem inserido na dinâmica da vida social, que indicam as possibilidades para a inserção profissional na realidade social e institucional (ABEPSS, 1996). Essa ainda se apóia na “reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social” (ABEPSS, 1996, p. 371).

Tais diretrizes orientam, sobretudo, para a apreensão das novas dimensões que perpassam o significado social da profissão, do seu processo histórico, além de capacitar teórica e metodologicamente o profissional, para que esse tenha condição de realizar uma rigorosa leitura crítica e intelectual da atuação profissional e da realidade, no enfrentamento da questão social, considerado como o foco central da formação profissional, nas suas determinações sócio-históricas e ideo-políticas (ABESS/CEDEPSS, 1995).

Nas oficinas realizadas pela ABESS no ano de 1995,

A polêmica em torno do eixo currículo teve três direcionamentos: a política social, os padrões de proteção social e a história/teoria/método. O avanço das discussões possibilitou a compreensão do significado do que vem a ser um eixo do currículo: algo que expresse a profissão e a realidade social. Isso implica no resgate dos elementos que lhe darão concretude, ou seja, sua base de fundamentação histórico-social na realidade (ABESS, 1995).

A partir desse longo e rico processo de construção e materialização do projeto ético-político do Serviço Social restam os desafios para a legitimação ampla desse projeto pela categoria, no que diz respeito a sua defesa e aplicação no exercício profissional cotidiano.

Reis (2006) destaca que, para dinamizar a aplicabilidade do projeto ético-político, faz-se necessário que as entidades representativas do Serviço Social como o conjunto *CFESS/CRESS* (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço

Social), a ABEPSS, as entidades que representam o movimento estudantil, como os CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos) e ENESSO, estejam articuladas para fazerem tal discussão e atingir a dimensão político-organizativa da prática profissional .

2.4 – A organização do Movimento Estudantil em Serviço Social

Ramos e Santos (1997) ressaltam que o Movimento Estudantil de Serviço Social assumiu no decorrer de sua trajetória, um papel importante na articulação e discussão da formação dos assistentes sociais no Brasil. Os autores colocam que essa articulação se dá num âmbito estratégico da atuação, pois contribui no plano da disputa ideológica e cultural para a defesa de um novo projeto de universidade e de sociedade. Assim, dentro do MESS, o debate da formação profissional transparecerá na articulação das entidades da categoria, na participação estudantil junto a então ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - e nas discussões pela reformulação do currículo mínimo.

Segundo Silva apud Oliveira (2004) e Vasconcelos (2003), verificou-se na década de 1960 uma articulação do Movimento Estudantil dentro do Serviço Social, através da realização dos ENESS's (Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social) em 1961 e com a criação da ENESS (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social) em 1963, num encontro nacional realizado em Porto Alegre.

Vasconcelos (2003) apresenta em seu trabalho, algumas passagens do trabalho de Oliveira (1993) que subsidiam as informações acerca da organização dos estudantes de Serviço Social na década de 1960. Apresenta indícios de reuniões, encontros regionais e Congressos da ENESS, agrupamento dos estados em regiões, com coordenadores regionais.

Ao que tudo indica, essa organização da década de 1960 era parecida com a organização atual da ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), em sua divisão dos estados por regiões e coordenações regionais, caracterização essa que falaremos mais a frente.

“Tinha uma entidade nacional chamada ENESS [...] a gente tinha essa estrutura, a UNE tinha essa Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. [...] A ENESS era dentro da UNE. E a gente tinha essa estrutura regional, e a deliberação mais ampla do ME era da UNE e do DCE. Mas a executiva fazia essa articulação por campo temático” (ENTREVISTADO 1).

A ENESS se manteve em atividade até o ano de 1968, quando foi desestruturada pela ditadura militar. Tais informações provêm, sobretudo, do depoimento dos sujeitos que participaram da articulação desse momento, uma vez que os registros dos movimentos sociais, em sua maioria, foram queimados, extraviados e/ou destruídos pela ditadura militar. Cabe acrescentar ainda, “que devido à censura alguns pontos de pautas de reuniões não eram registrados em Atas das entidades estudantis” (OLIVEIRA apud VASCONCELOS, 2003, p. 57).

Com o enfraquecimento da ditadura, o Movimento Estudantil passou por um período de reconstrução de suas entidades no final da década de 1970. Os encontros de área são rearticulados, sendo pioneiros os de Engenharia e Medicina, o que já apontava para uma maior atenção da organização estudantil em relação aos interesses de área (RAMOS; SANTOS, 1997).

Foi nesse contexto que o MESS (Movimento Estudantil em Serviço Social) começou a se rearticular. Ainda sem uma entidade oficial, ocorreu em outubro de 1978, o I ENESS¹¹ – Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social – organizado pelo Centro Acadêmico da Universidade Estadual de Londrina. O ENESS de Londrina reuniu 24 escolas e seu tema “O Serviço Social e a realidade Brasileira” traduzia a preocupação em debater a conjuntura e seus rebatimentos na formação, na ação profissional e na organização estudantil. Nesse primeiro ENESS também se evidenciam em nível nacional as discussões acerca da reformulação do currículo mínimo para o curso de Serviço Social (DOCUMENTO PRO DIA NASCER FELIZ¹², 1994).

¹¹ Apesar da realização de encontros nacionais de estudantes de Serviço Social na década de 1960, como mostram os trabalhos consultados e os sujeitos entrevistados, o ENESS de 1978 é chamado de I ENESS, provavelmente pela carência de informações a respeito da organização estudantil anterior e pelo fato de o movimento passar, neste momento, por um processo de reorganização/rearticulação, posterior ao desmonte das entidades e organização estudantil pela ditadura militar.

¹² O Documento foi elaborado pela gestão *Pro Dia Nascer Feliz* da SESSUNE que realiza um resgate da trajetória do MESS, onde faz uma reflexão sobre os paradigmas políticos que orientam as ações do MESS, sendo publicizado na gestão seguinte da entidade. Este documento foi elaborado em 2003 e publicado em 1994, porém não possui paginação.

Para as discussões do currículo e para os encaminhamentos do II ENESS foi formada uma comissão que mais tarde se dividiu em Comissão de Currículo e Comissão de ENESS, em reunião realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em maio de 1979. Ficou estabelecido também que o Brasil, no âmbito do MESS, seria dividido em sete regiões¹³ que agrupariam estados próximos e que cada região deveria realizar um ERESS – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social. Foi acordado que depois do ERESS a Comissão do ENESS se reuniria para definir as linhas do próximo encontro (PEQUENO apud DOCUMENTO PRO DIA NASCER FELIZ, 1994).

A informação acerca da divisão das regiões e realização dos encontros regionais se confronta aqui com as informações de que essa divisão já existia na organização da ENESS da década de 1960. Acreditamos, no entanto, que tais informações não são contraditórias entre si, como a ENESS foi desmantelada, tal divisão e organização pode ter sido feita nos moldes do que havia existido na antiga executiva.

Em sua análise do relatório do I ENESS, Oliveira (2004) destaca a avaliação tecida pelo coletivo dos estudantes em relação à conjuntura política e o papel da profissão

[...] os estudantes afirmam que o momento político vivido *“visa a manutenção do “status quo” e que nesse contexto o Assistente Social: “atua como manipulador” ou “ajustador”; “tem servido de instrumento de dominação” ao “camuflar as contradições do sistema”; “apenas executa o que foi planejado por outros profissionais”; “cumprem papéis meramente burocráticos e administrativos”.*

O debate aponta a necessidade de o Assistente Social assumir um *“compromisso com as classes oprimidas” [...]* (OLIVEIRA, 2004, p. 61).

O documento final do I ENESS trazia ainda uma crítica aos órgãos representativos da categoria, que estariam comprometidos com a classe dominante. Esses apontam para a necessidade da categoria tecer uma reflexão sobre sua própria atuação, bem como *“o fortalecimento da classe através de um sindicato realmente representativo”* (ENESS apud OLIVEIRA, 2004, p. 63).

¹³ A divisão feita foi: **Região I** – Pará, Maranhão, Piauí, Amazonas e Acre; **Região II** – Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte; **Região III** – Alagoas, Sergipe e Bahia; **Região IV** –

Cabe um destaque neste trabalho, as discussões referentes ao debate sobre formação profissional desse I ENESS, sendo as essas a:

Reformulação do currículo mínimo a nível nacional; Campos de Estágio; Questionamento quanto a abordagem do indivíduo enquanto caso, grupo e comunidade; fortalecimento do centro de estudos de cada realidade; Horizontalidade da relação professor-aluno; dicotomia entre teoria e prática; formação não depende do currículo, mas de estrutura na qual se embasa o ensino (ENESS apud Oliveira, 2003, p. 63).

No II ENESS, em 1979, na Universidade Católica do Salvador (BA), avançaram as discussões acerca do currículo mínimo e criou-se oficialmente a Secretaria Executiva Nacional, que era formada pela escola sede do ENESS e por uma escola de cada região. Também nesse encontro ficou acertado que a reunião que deliberaria acerca da pauta do ENESS, seria o CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994). A pauta desse encontro continha três temas centrais, sendo eles: a Democratização da Universidade, o Currículo e a Organização Estudantil (ENESS, apud OLIVEIRA, 2004, p. 65).

Já nesse encontro, se faz referência à criação de uma possível Sub-Secretaria de Serviço Social¹⁴ na Secretaria de Humanas na UNE:

Através da criação da Sub-Secretaria de Serviço Social os estudantes de todo o Brasil, estarão representados na UNE (União Nacional dos Estudantes) nos encaminhamentos e lutas, fortalecendo e recebendo apoio da nossa entidade máxima, consolidando assim a nossa união na defesa dos interesses estudantis na busca de uma sociedade melhor (ENESS apud OLIVEIRA, 2004, p.65).

No III ENESS, que aconteceu na Universidade Católica de Minas Gerais, se chegou a uma proposta de currículo mínimo que deveria ser discutida com a diretoria da ABESS, iniciou-se também a luta por espaço para representação discente na entidade. O tema desse encontro foi “Serviço Social: formação profissional e intervenção na realidade” (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994).

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal; **Região V** – Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; **Região VI** – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e **Região VII** – São Paulo.

¹⁴ A Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE, será criada de fato apenas em 1988.

Em 1981, ganhou força à discussão acerca da criação da Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SESSUNE), que teria o papel de unificar as lutas específicas do curso de Serviço Social e intensificar o contato com a UNE. Também ficou acordada na reunião da Executiva a participação estudantil na ALAETS (Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social) (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994).

“A inserção do ponto de vista de integrar/compor a entidade teve início com a participação na Assembléia da ALAETS (Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social), realizada na cidade de São Paulo, em 1980. Naquela ocasião fui indicada, pelos estudantes brasileiros presentes na referida Assembléia, para compor uma das chapas concorrentes, para renovação da Junta Diretiva. A chapa eleita, tinha como Presidente Eddy Jiménez, boliviana, e como vice-presidente da região-Brasil, a professora Maria Luiza de Souza” (ENTREVISTADO 4).

“Entretanto, como não havíamos feito essa discussão no âmbito das instâncias dos estudantes brasileiros, assumimos, coletivamente, o compromisso diante da Assembléia de que a permanência na representação condicionava-se à aprovação dos estudantes brasileiros em sua instância máxima de deliberação, que era o ENESS. Assim, no III ENESS, realizado em outubro de 1980, na cidade de Belo Horizonte, foi aberto espaço para discussão sobre a representação e aprovado por aclamação a manutenção da participação na referida Junta Diretiva. Nesse ENESS o tema central era “Formação Profissional e Intervenção na Realidade” e contou com a participação da então Professora Luiza Erundina (São Paulo), que também, integrava a diretoria da ALETS, representando os profissionais de campo” (ENTREVISTADO 4).

“Esse processo deflagrou a discussão sobre a importância da participação dos estudantes brasileiros numa entidade de âmbito internacional” (ENTREVISTADO 4).

Nesse ano, o IV ENESS aconteceu na UFPE com o tema “Reconceituação do Serviço Social na Realidade Brasileira”. O encontro contou com as contribuições de profissionais em suas discussões e também com o posicionamento de diversos partidos políticos, de volta à cena política nacional. No que diz respeito à formação profissional a discussão se dava em torno do rompimento com o “modelo tradicional norte-americano e com a dicotomia teoria e prática”. Cabe ressaltar ainda que nesse ano os estudantes conquistaram espaço na ABESS, que teve sua estrutura modificada na Convenção de 1981, em Vitória, abrindo espaço para um vice-presidente (professor) e a representação de um estudante por região (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994).

O IV ENESS apresentou em suas deliberações, importantes pautas em relação à formação profissional, cabendo aqui um destaque especial para as deliberações em torno da discussão de estágio:

“Melhores condições de estágio no sentido de qualificação e supervisão (...); não deve haver em nenhuma instituição estagiário sem a presença de um profissional de Serviço Social, devendo ser garantido para cada três estagiários a orientação de um profissional (...); que seja elaborado um documento por cada representante regional, com um alerta ao CFAS CRAS para que assumam seu papel de supervisão das instituições, na averiguação das irregularidades ocorridas no campo de estágio (...); a criação pelas escolas de campos de estágio alternativos (...) a remuneração de no mínimo um salário (...) aos estagiários correspondendo a uma carga horária de 20 horas semanais (...)” (ENESS apud OLIVEIRA, 2004, p.69).

Em 1982, a UFES foi a escola sede do V ENESS, com o tema “Política Social e Intervenção do Serviço Social – Correlação Teoria X Prática”. Nesse encontro se intensificam as lutas pela reforma do currículo, bem como a discussão sobre Estado, Política Social e atuação do Serviço Social (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994).

Segundo Oliveira (2004), os encaminhamentos tirados na discussão de estágio não foram cumpridos, o que ficou evidenciado no relatório final do encontro, que trazia praticamente as mesmas deliberações nessa temática. Acrescenta ainda, o debate a respeito da ampliação da participação estudantil na pesquisa sobre a Formação Profissional do Assistente Social no Brasil (ENESS apud OLIVEIRA, 2004).

O que mais chamou atenção nesse encontro foi, segundo esse autor, as avaliações tecidas ao final, onde fica evidenciada uma crítica à Secretaria Executiva Nacional, que não estaria dando conta de cumprir com seu papel organizativo e de estimuladora das discussões; crítica ao panorama geral de desmobilização do ME e também a crítica à partidarização dos debates que teria fugido ao objetivo do encontro (ENESS apud OLIVEIRA, 2004).

Em 1983 ocorreu em Belo Horizonte, o VI ENESS, com o tema “Movimento Político Atual e Formação Profissional”. Pequeno apud Oliveira (2004) afirma que “esse encontro foi muito centrado na conjuntura”, ainda que contasse com um debate sobre o “Serviço Social e suas perspectivas”, apontando elementos para uma formação crítica.

O VII ENESS aconteceu em Porto Alegre, em 1984, tendo como tema central “Relação de Poder e Serviço Social na sociedade Capitalista”. O encontro trouxe a discussão a respeito da democratização do país, dada à conjuntura política nacional da época, quando a sociedade se mobilizava em torno da campanha por eleições diretas. Foi aberto espaço para discussões relativas à cultura, valores e sexualidade (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994).

Em 1985 aconteceu em Brasília, o VIII ENESS, com o tema “Organização e Formação dos Estudantes e as Alternativas de Prática do Serviço Social na Nova Conjuntura Brasileira”. Nesse encontro, um representante dos estudantes foi convidado para compor a Comissão Organizadora do V CBAS, o que impulsionou o debate a respeito da criação de uma entidade representativa dos estudantes de Serviço Social (OLIVEIRA, 2004).

O IX ENESS foi sediado pela UFRJ, em 1986, e teve algumas alterações em sua organização, pois o mesmo passou a ser realizado em cinco dias (antes acontecia em três dias) e durante o mês de julho, com o objetivo de ampliar os momentos de discussão. Sobre isso, Elaine Rosseti Behring (ex-militante da UFRJ) diz, em entrevista à Andréia C. A. Pequeno:

A gente puxou o ENESS para Julho para realizar com 5 dias... com atividades culturais, com mais tempo para as discussões, com cursos... [...] antes nada disso havia. Por trás dessa proposta havia uma crítica à forma como o ME vinha se organizando (PEQUENO apud Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994, p. 8).

O tema do encontro foi “Novas Propostas Políticas dos Estudantes de Serviço Social Frente a Atual Conjuntura”. Nesse encontro foram realizados três cursos sobre: correntes teóricas do Serviço Social, história das lutas camponesas e história do movimento operário brasileiro.

Cabe ressaltar também que nos grupos de trabalho do encontro foram discutidos temas como reforma agrária, mulher, movimento negro, menor, movimento sindical, direitos humanos, dos indígenas, entre outros. O que colocava esses debates em consonância com as discussões em torno da Constituinte. Cabe acrescentar

também a intensificação dos debates em torno da criação da SESSUNE – Sub-Secretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE (OLIVEIRA, 2004; Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994).

Em 1987 não ocorreu ENESS devido a uma série de dificuldades encontradas pelo CA da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, escola sede do encontro. Dessa forma, na Convenção da ABESS, em Setembro de 1987, foi escolhida novamente a UFRJ para sediar o próximo ENESS.

Em 1988 ocorreu então o X ENESS, na UFRJ, com o tema “Se Muito Vale o que Foi Feito, Mais Vale o que Será”, estabelecendo o marco de criação da SESSUNE, entidade nacional representativa dos estudantes de Serviço Social. Na plenária final desse encontro a SESSUNE teve sua primeira diretoria eleita, ficando a Coordenação Geral sediada na UFRJ. Essa gestão funcionou sem estatuto, pois durante o ENESS não houve tempo hábil para a discussão do mesmo (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994).

Os objetivos da SESSUNE eram a

Articulação com o Movimento Estudantil geral; Articulação com o movimento da Categoria; Articular os estudantes de Serviço Social quanto às lutas do Movimento Estudantil de Serviço Social; Discutir a Formação Profissional; Promover o debate sobre problemas específicos dos estudantes (...) Representar os estudantes de Serviço Social em todas as instâncias que se fizerem necessárias (SESSUNE apud OLIVEIRA, 2004, p.76).

Mesmo sem ter sido aprovado o Estatuto da entidade no ato de sua criação, sua estrutura ficou composta por uma Coordenação Nacional (Coordenação Geral, que é a escola sede da SESSUNE; Secretaria Geral; Tesouraria e Coordenação de Imprensa) e a divisão das sete regiões foi mantida (OLIVEIRA, 2004).

Cabe ressaltar que nesse encontro, destacou-se a discussão em torno da importância da pesquisa para a formação profissional (PEQUENO apud OLIVEIRA, 2004), chegando às seguintes deliberações:

[...] lutar por concessão de auxílio a pesquisa e qualquer tipo de produção acadêmica na área de Serviço Social, junto às unidades de ensino e órgãos

competentes (...) reforçar as propostas da ABESS com relação à ensino, pesquisa e extensão nas unidades de ensino (capacitação constante dos professores pesquisadores) [...] (ENESS apud OLIVEIRA, 2004, p.75).

No XI ENESS, realizado em 1989 na UFPA, se aprovou o estatuto da SESSUNE. O encontro teve como tema “*NIMUE NOASU*” (aquele que constrói seu próprio caminho). Na plenária final do encontro também foi eleita a segunda gestão da entidade que ficou sediada na região II, com a coordenação geral na UECE (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994). Vasconcelos (2003) e Oliveira (2004) apontam que o estatuto aprovado, ao que tudo indica, é fruto de uma proposta elaborada pela UFES e levada ao ENESS.

Em 1990, com a conjuntura política nacional pautada pela eleição de Fernando Collor de Melo para presidente da República e a implementação do projeto neoliberal no Brasil, ocorreu o XII ENESS, na UECE, sob o tema “Nada de Grandioso se Fará Sem Paixão”.

Nesse encontro, foi eleita a terceira gestão da SESSUNE, continuando a mesma sediada na região III. Nessa gestão, foi realizado em Recife, o I Seminário Nacional sobre Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS) (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994). Segundo Vasconcelos (2003), o seminário nacional veio reafirmar o que já era feito por algumas regiões da SESSUNE, em discussões em níveis locais. Oliveira (2004) coloca que nesse seminário aprovou-se o lançamento de uma campanha nacional sobre a Formação Profissional com o tema “A gente não quer só canudo”.

Oliveira (2004) acrescenta que nessa gestão foram elencados cinco eixos centrais de debate, sendo: Conjuntura, Universidade, Formação Profissional, Cultura e Movimento Estudantil.

O XIII ENESS aconteceu em 1991 na Universidade Federal do Mato Grosso, em Cuiabá com o tema “Serviço Social no Desafio do Novo”. Nesse encontro ocorreu uma alteração de pauta no decorrer do evento, quando os estudantes se organizaram em um ato público no centro da cidade, articulados com sindicatos e outras entidades estudantis contra a proposta educacional do governo de Fernando

Collor. Segundo Oliveira (2004), esse foi o primeiro ato público que se tem registro nos encontros do MESS.

A quarta gestão da SESSUNE, eleita nesse encontro ficou com a Universidade Federal do Pará e com a Universidade Federal do Piauí, sendo a primeira a escola sede da entidade. A gestão participou do I Seminário Nacional de ética e Serviço Social, realizado em São Paulo, cujo debate central foi sobre a reformulação do Código de Ética de 1986. A SESSUNE compôs ainda, a comissão organizadora do 7º Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu em São Paulo, em 1992. O II SNFPMESS ocorreu em Brasília juntamente com o CONESS. Foram debatidos nesse encontro questões como “a representação estudantil na ABESS; implicações dos currículos na Formação Profissional” e também o Projeto para a Campanha para Formação Profissional em Serviço Social (OLIVEIRA, 2004).

Do XIV ENESS, realizado na Universidade Católica do Salvador, o trabalho de Oliveira (2004) destaca algumas resoluções em torno da Formação Profissional

[...] criação da Coordenação Nacional de Representação Estudantil em ABESS; Articulação SESSUNE X ABESS para um maior aprofundamento para os projetos de formação profissional que culminem numa luta conjunta para sua visibilidade e concretização; Implementação, com discussão da Campanha Nacional pela reestruturação da Formação Profissional, articulada com as entidades da categoria; buscar conhecer o perfil dos estudantes; e rearticular a relação com a COLAETS¹⁵ [...] (ENESS apud OLIVEIRA, 2004, p. 86).

Nesse encontro, pela primeira vez, foram apresentadas teses¹⁶ pelos grupos políticos presentes. Ao todo, quatro teses foram apresentadas sendo que duas apresentaram chapa para a coordenação da SESSUNE: “Sem Tesão Não Há Solução” e “Pro Dia Nascer Feliz”, sendo a segunda, a vencedora. A apresentação das teses veio concretizar a correlação de forças já existente até então no MESS, caracterizada por Ramos (1996) através das tendências Viração (ligada ao PC do B), grupo dos Independentes (formados majoritariamente pelos estudantes da região

¹⁵ Confederação Latino-Americana de Estudantes de Trabalho Social.

¹⁶ As teses são um conjunto de concepções e propostas para o MESS apresentadas pelos grupos políticos no interior das entidades

VII), o grupo formado pelos militantes da Convergência Socialista¹⁷. Vasconcelos (2003) acrescenta às forças o Projeto Democrático e Popular – que passou a se apresentar com essa denominação a partir de 1994. Formado por segmentos do PT, foi hegemônico na entidade entre 1988 e 1998.

Cabe ressaltar que, apesar do processo de retração dos movimentos sociais, de despolitização da sociedade brasileira, o ano de 1992 foi marcado por um momento de efervescência política através da mobilização em torno do impedimento do então presidente Fernando Collor.

Esse processo expressou “as disputas políticas de projetos e concepções sobre os caminhos do movimento. Se de um lado demonstra a diversidade no interior do movimento, de outro coloca o acirramento e a preocupação com a entidade” (VASCONCELOS, 2003, p. 64).

De acordo com Oliveira (2004), uma das discussões mais destacadas dessa gestão, eleita no XIV ENESS, foi o Ante-Projeto de Formação Profissional, buscando o envolvimento dos estudantes no debate acerca da ação política e da reformulação da Formação Profissional.

Segundo Ramos (1996), a partir do ENESS de 1992, foi alterado o processo de escolha das coordenações regionais da SESSUNE. Anteriormente, as coordenações regionais eram eleitas juntamente com a diretoria executiva nacional, numa mesma chapa. A partir de então passam a ser eleitos um coordenador e um vice-coordenador, num processo de votação à parte, por região. A coordenação nacional continuava sendo eleita por todos os estudantes.

Têm início nesse período, os SRFPMESS - Seminários Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – movidos pela efervescência da discussão a respeito do Ante-Projeto de Reestruturação da Formação Profissional. Nesse sentido, é realizado o III SNFPMESS, na Universidade Federal

¹⁷ Corrente interna do Partido dos Trabalhadores que mais tarde seria expulsa do partido e formaria o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

do Pará, trazendo um debate que “baseou-se no tripé de discussão conjuntura-universidade-formação profissional” (MATOS apud OLIVEIRA, 2004, p. 92).

No XVI CONESS foi criada a Comissão Nacional para a sistematização do Anteprojeto e aprovada a realização da pesquisa nacional sobre o perfil dos estudantes de Serviço Social, realizada pela SESSUNE, em parceria com os CAs e DAs das escolas de todo Brasil (OLIVEIRA, 2004).

O XV ENESS foi realizado em julho de 1993, na UNISINOS, em São Leopoldo/RS. Nesse ENESS, percebeu-se maior maturidade política das forças presentes no MESS, uma vez que as posições foram colocadas de maneira mais clara e organizada. As propostas das teses foram discutidas em grupos de estudos, onde as forças políticas se colocavam em torno de sua defesa. Apesar do amplo debate, apenas uma chapa foi inscrita para concorrer à coordenação nacional. A chapa “Enquanto a Chama Arder” foi eleita (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994).

Uma deliberação importante marcou esse encontro: a mudança do nome da SESSUNE para ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. Tal mudança veio representar o momento de descrédito da UNE frente ao coletivo dos estudantes.

Essa mudança representa “um processo de maior autonomia política tanto em relação a UNE como enquanto representação dos estudantes de Serviço Social” (Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994). A estrutura da entidade foi mantida, tendo-se acrescentado aos cargos a Secretaria Nacional de Formação Profissional, composta por um CA da região sede da ENESSO e pelo coordenador nacional dos representantes estudantis na ABESS (que era eleito por seus pares na convenção dessa entidade) (OLIVEIRA, 2004; RAMOS, 1996).

Num contexto de bastante disputa política no interior do MESS, se realizou o IV SNFPMESS, na UFRJ. Esse encontro foi segundo Oliveira (2004), pautado pelo debate de revisão curricular.

Entre 1992 e 1993, “os estudantes de Serviço Social acompanham a luta pela regulamentação da LOAS – Lei Organiza da Assistência Social, juntamente com as entidades da categoria e da sociedade” (VASCONCELOS, 2003, p. 69).

O XVI ENESS foi realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói em 1994, com o tema “Tudo é Ousado a Quem Nada se Atreve”. Três teses foram apresentadas nesse encontro, sendo que novamente apenas uma se candidatou à coordenação nacional da ENESSO, a chapa “Nosso Próprio Tempo”. Cabe ressaltar que esse grupo, até então hegemônico no MESS, se intitula a partir desse ENESS como Projeto Democrático e Popular (OLIVEIRA, 2004; Documento Pro Dia Nascer Feliz, 1994).

Segundo Oliveira (2004), o V SNFPMESS, realizado nessa gestão apontava para uma análise mais conjuntural, pouco evidenciando elementos muito relevantes para a formação profissional. Para o autor, a principal contribuição dessa gestão foi a apresentação da pesquisa sobre o Perfil do Estudante de Serviço Social no IV Encontro Nacional dos Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 1994. Acrescenta ainda a participação da ENESSO na Oficina Nacional da ABESS, que discutiu o processo de revisão curricular e também no 8º CBAS, onde participou da mesa “O significado da profissão hoje e as novas exigências de organização política”, debatendo sobre a organização sindical da categoria.

Segundo Vasconcelos (2003), o XVII CONESS, realizado em 1995, teve explicitadas as divergências em torno da direção política da ENESSO. Dessa forma, o XVII ENESS, realizado na UFRN, contou com a apresentação de duas teses. A primeira, “Contribuição do Projeto Democrático e Popular”, e a Segunda “Não dá mais pra segurar...” que reuniu a oposição formada pelo grupo dos Independentes e pelo grupo Vinculado ao PSTU. Oliveira (2004) afirma que a oposição contava ainda com um grupo ligado ao PC do B.

Duas chapas se colocaram para disputar a direção da ENESSO, “Vamos nos Permitir”, do PDP e “Não dá mais pra segurar” do grupo de oposição, tendo vencido a primeira (VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

Uma deliberação desse encontro foi a desvinculação entre Secretaria Nacional de Formação Profissional e as representações estudantis na ABESS. Foi criada então, a Secretaria de Formação Profissional, como mais uma cadeira na Coordenação Nacional da ENESSO, eleita em conjunto com toda a coordenação no ENESS (RAMOS, 1996; VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

Essa gestão participou da XXIX Convenção da ABESS e foi convidada a participar também da I Reunião de Trabalho junto à Diretoria da ABESS/CEDEPSS. Tais discussões permeavam principalmente a revisão curricular.

Assim a discussão em torno da Formação Profissional deverá permear nosso cotidiano acadêmico/profissional, nas nossas salas de aula, nos nossos campos de estágio, na articulação contínua com as entidades representativas da categoria (...) no intuito de assegurarmos um debate democrático e plural (...) estaremos participando ativamente dos fóruns de discussão acerca da Formação Profissional, tais como as Oficinas Locais e Regionais de Revisão Curricular promovidas pela ABESS/CEDEPSS, os ERESS, Encontros Nacionais e demais espaços forjados no interior das Unidades de Ensino (ENESSO apud OLIVEIRA, 2004, p.107).

O XVIII ENESS foi realizado na FURB – Fundação Universitária de Blumenau, tendo o PDP mais uma vez vencido a eleição para a coordenação nacional da ENESSO. Uma polêmica nesse encontro se deu em relação à disputa da escola sede do próximo ENESS, uma vez que a região VII vinha a algum tempo se colocando para sediar o evento e mais uma vez foi vencida, dessa vez pela proposta da Pontifícia Universidade Católica (PUC) – Belo Horizonte (VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

Essa gestão criou o curso de Capacitação Política à Distância, que buscava “investir na capacitação político-profissional dos dirigentes das entidades estudantis, bem como dos estudantes de Serviço Social em geral. O curso tem como finalidade, contribuir no processo de organização estudantil [...]” (ENESSO, 1996). O curso era formado por uma cartilha de temas introdutórios e módulos posteriores sobre conjuntura, universidade, movimento estudantil, formação profissional, cultura e valores.

No CONESS de 1997, realizado na Universidade Federal de Alagoas, a PUC – BH colocou que não poderia realizar o ENESS, o que gerou muita revolta entre os estudantes da região VII (VASCONCELOS, 2003).

Sendo assim, o XIX ENESS foi sediado pela UFF – Campos, sendo caracterizado como um ENESS de bastante disputa e tensionamento político. “As tensões e disputas que vinham se acumulando desde 1992 contra a direção hegemônica da ENESSO, explodiu neste encontro com o surgimento de um novo grupo político: o movimento EU QUERO É MAIS...” (EQM) (OLIVEIRA, 2004, p.110).

No que tange às divergências entre o PDP e a EQM, algumas questões centrais norteavam o debate entre as teses, uma questão marcante diz respeito ao processo de votação adotado nos fóruns do MESS. O PDP sempre defendeu o voto por escola em todas as instâncias de deliberação. Já a EQM defendia o voto universal para os encontros nacionais e regionais e o voto por escola nos conselhos de entidades.

Não podemos ignorar também a correlação de influências políticas no embate entre as teses. O PDP abrigava muitos militantes ligados à Democracia Socialista (DS), corrente interna do PT, enquanto a EQM reunia militantes de outras tendências desse mesmo partido, como a Articulação de Esquerda (AE) e a Força Socialista, e também o PSTU.

Assim, é possível notar, nas falas que seguem, de militantes da EQM, suas impressões a respeito dessas divergências.

“[...] havia um projeto hegemônico que era o PDP, o Projeto Democrático Popular, eles eram hegemônicos [...], tudo tinha que passar por eles. Eles decidiam todas as coisas e a gente reclamava muito na base, que as informações não chegavam, que não havia participação, que a gente não ajudava a decidir as coisas, que as coisas eram muito de cima pra baixo [...]” (ENTREVISTADO 13).

“A EQM propunha inovação no que tangia à formação profissional (através das representações discentes nos colegiados de curso, na ABEPSS, no referendo às Diretrizes Curriculares, na participação das reformas curriculares que vinham acontecendo pelo país, etc) e também à organização do MESS (com adoção da rotatividade dos fóruns do MESS nas escolas por todo o país e das representações da ENESSO em 7 Regiões mais a Nacional - que era sediada por uma região para facilitar a interlocução entre seus membros, a troca de informações e as decisões, se

dividindo para rodar o país para organizar os estudantes)” (ENTREVISTADO 14).

“Esta concepção era bem diferente do PDP, que acreditava que as decisões tinham que partir de um centro político (Rio de Janeiro - UFRJ e UERJ, parte de Minas Gerais – PUC’s BH/Contagem e UFJF e da UECE) e que a formação dos militantes se dava através do que eles chamavam de “CAPACITA: manual de formação militante”, que propunha capacitação e cursinhos aos estudantes, que só eram elevados à condição de militante depois de receber certificados” (ENTREVISTADO 14).

“Essas diferenças de concepção faziam com que os principais eixos discutidos à época fossem o de movimento estudantil e o de formação profissional – diferenciando diametralmente o PDP e a EQM quanto ao método de fazer ME, de discutir categoria, formação profissional etc.” (ENTREVISTADO 14).

O grupo “Eu Quero é Mais...” apresentou uma contribuição escrita, no entanto, não colocou uma chapa para concorrer à coordenação da ENESSO. O PDP foi eleito mais uma vez através da chapa única “Um convite à rebeldia”. Destacamos um trecho do documento apresentado pela EQM.

Não estamos aqui nos propondo a grandes teorizações, queremos mais...

Queremos mostrar nossa cara e refletir se estamos construindo o Movimento Estudantil desejamos (sic): realmente, democrático, ético, propositivo, comprometido, gostoso, criativo, definitivamente orgasmático!!!

Queremos fugir do horror da fogueira das vaidades, da disputa medíocre de cargos, falta de compromisso cotidiano, da hipocrisia presente na luta “do poder pelo poder”.

Queremos combater a apatia que assombra nossos dias, o individualismo que permeia nossas ações, a falta de coragem de romper com o instituído, queremos propor...

Queremos ousar, resgatar uma construção histórica que sempre apostou no novo, que sempre esteve em busca de um Movimento Estudantil Democrático (CONTRIBUIÇÃO AO XIX ENESS, 1997).

No XX CONESS, realizado na Universidade de Caxias do Sul (UCS), o grupo “Eu Quero é Mais” apresentou uma pré-tese, que aglutinava estudantes da região V e também de outros estados: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Universidade Federal do Sergipe (UFS) e UCS.

[...] nesse CONESS, nós conseguimos articular várias faculdades em torno de uma nova proposta que pudesse ser tocada no ENESS, demos um prazo pra cada escola fazer suas propostas por fora da estrutura então cada escola teve sua proposta, marcamos uma reunião depois de aglutinar esse material...” (ENTREVISTADO 13).

O XX ENESS ocorreu na UFAL, e foi um encontro marcado pelas comemorações em torno dos 20 anos de reorganização do MESS e 10 anos da ENESSO. Foram produzidos vários materiais comemorativos como camisetas e adesivos, além disso, o encontro contou com uma mesa para essa discussão (VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

Nesse encontro a EQM além da tese, lançou uma chapa que concorreu e ganhou as eleições para a Coordenação da ENESSO, acabando com a hegemonia do PDP na entidade.

“[...] à medida que a tese foi tomando corpo e foi ganhando as votações e tal, e a gente se reunia na madrugada e a gente virou [...] falando alguma coisa assim, gente as nossas propostas estão sendo aprovadas, quem vai executar as nossas propostas, essa diretoria aí, ou alguém que venha a suceder essa diretoria aí, eles não vão executar nossas propostas, então nós temos que bancar um nome nós temos que ter uma chapa [...]” (ENTREVISTADO 14).

“Então quando a gente articulou a executiva essas pessoas que apoiaram a gente, do Nordeste, do Sul, do Norte, a gente apoiou o nome deles pras Coordenações Regionais, que também são eleitos, então na hora da eleição nós fizemos maioria dos coordenadores regionais, alguns não, mas a maioria...” (ENTREVISTADO 14).

Em relação às deliberações desse ENESS, Oliveira (2004) destaca

Campanha Nacional contra o Provão em articulação com a ABESS, o conjunto CFESS/CRESS e as diversas entidades estudantis, sensibilizando os estudantes e a sociedade civil, realizando a campanha com material explicativo e denunciatório da farsa que tem por trás do Provão, através de cartazes, adesivos, faixas, camisas, bonés e botons; Integração ao bloco da esquerda de oposição ao atual Diretório da União Nacional dos Estudantes, construindo, consolidando, elaborando e implementando a política do mesmo; Afirmação da atual direção social hegemônica do curso de Serviço Social – o marxismo – e maior discussão nas Oficinas de ABESS sobre as lacunas percebidas no cotidiano profissional; Criação e fortalecimento de fóruns de discussão nas unidades de ensino sobre a nova proposta de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, legitimada em 1996, apontando suas limitações e apresentando propostas (ENESS apud OLIVEIRA, 2004, p.114).

Vasconcelos (2003) destaca a realização, por essa gestão do I Fórum Nacional sobre o Provão em Serviço Social e a rearticulação do Fórum de Executivas.

“[...] nós fizemos um fórum sobre o provão, [...] lá em Niterói, durante um encontro, aquele Seminário Nacional de Formação. Então acabou o Seminário de Formação, nós ficamos ainda dois dias no Rio de Janeiro, em Niterói, pra esse fórum sobre o provão, nós fizemos articulação com outras executivas...” (ENTREVISTADO 14).

No VI ENPESS, realizado em Brasília, na Universidade de Brasília (UNB), a ENESSO propõe à ABESS que os estudantes também pudessem apresentar suas produções científicas no encontro, proposta que foi vetada pela ABESS (OLIVEIRA, 2004).

Em 1998 ocorreu a criação da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, numa fusão da ABESS com O CEPESS. Tal fusão ocorreu na Assembléia Extraordinária da ABESS/CEPESS, que também aprovou a criação do cargo de Representação Discente Nacional de Graduação, com participação na diretoria executiva desta entidade, constituindo-se num espaço para que os estudantes colocassem suas reivindicações e também preenchendo a lacuna deixada pela extinção da Secretaria Nacional de Formação Profissional vinculada à ABESS e extinta em 1995, quando foi transformada em mais um cargo na coordenação nacional da ENESSO (VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

[...] Desde a década de 60, já havia sinais de diálogo entre os estudantes e esta entidade, este processo só vai se afirmar e consolidar na década de 80, a partir de 1981 quando os estudantes conquistam o espaço e cadeiras na ABESS. Em 1993 as representações estudantis em ABESS são incorporadas na estrutura da ENESSO, com a criação da Secretaria de Formação Profissional, composta pela Coordenadora Nacional dos representantes estaduais em ABESS, e pelo C.A ou D.A da região sede da ENESSO (VACONCELLOS, 2002).

O motivo dessa desvinculação, segundo a tese do PDP, foram as dificuldades encontradas para manter um representante da ABESS na estrutura da ENESSO, pois a gestão da entidade tem a duração de dois anos e a ENESSO de um ano. Além disso, o representante na ABESS não fazia parte, necessariamente, da mesma região da então Coordenação nacional da ENESSO, visto que a indicação para

representação estudantil em ABESS acontecia na Convenção da entidade, através de votação entre os estudantes (VACONCELLOS, 2002).

Segundo Barros (sem ano), as representações estudantis em ABEPSS, apesar de estarem inseridas no MESS, não são considerados membros da ENESSO, no entanto ressalta que esses não deixam de ser direção política dentro do movimento.

A criação do cargo de representação estudantil em ABESS, posteriormente ABEPSS, foi algo construído historicamente na luta do MESS, isso representa uma das formas de inserção dos estudantes no processo de construção da formação profissional dos Assistentes Sociais brasileiros.

Essa é considerada uma das maiores conquistas para o MESS no âmbito da discussão da formação profissional, sendo este cargo parte da composição legítima da diretoria da entidade, tendo o mesmo peso que os professores e supervisores.

Isto significa que os alunos compõem a entidade que historicamente criou a legitimidade política perante a sociedade em definir os rumos da formação profissional dos assistentes sociais em nosso país. Além disto, inúmeros foram os documentos produzidos e intervenções nas Assembléias da ABESS (pelas entidades de base, SESSUNE/ ENESSO e estudantes de um modo geral) [...] (documento cedido sem identificação).

Para Sitkovsk (sem ano), os representantes estudantis têm o papel de defender os interesses dos estudantes, participar e contribuir nos debates para o fortalecimento da construção dos projetos que perpassam a formação profissional dos assistentes sociais.

O XXI ENESS ocorreu em 1999, na cidade de São Luiz/MA, onde a disputa política no MESS ficou cada vez mais acirrada. Pela segunda vez o grupo Eu Quero é Mais ganhou a coordenação nacional da ENESSO, concorrendo com o PDP. Nesse encontro, pela primeira vez os estudantes da região VII conseguiram levar o ENESS para São Paulo (VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

De acordo com Vasconcelos (2003) e Oliveira (2004), a agenda política central desse período foi o enfrentamento ao Provão, tal como retrata uma das deliberações daquele ENESS.

Construir no cotidiano das escolas uma campanha massificada de esclarecimento e mobilização dos estudantes para o enfrentamento ao Provão, tendo como indicativo a tática do 'NOTA 0', como forma de construir uma derrota à política de avaliação do MEC, com a participação dos três seguimentos [...] (ENESS apud OLIVEIRA, 2004, p.122).

Vasconcelos (2003) chama ainda atenção para o fato de nesse encontro, o regime de votação ter sido universal e não por escola¹⁸, como acontecia até então. Ao que indicam os documentos consultados pelo autor, o voto por escola se realizava nos ENESSs desde 1979.

Consideramos tal mudança um grande avanço para o MESS, uma vez que permite a participação de todos os estudantes de maneira mais democrática, onde todos os sujeitos podem manifestar sua posição de voto, de maneira livre e de acordo com a orientação política que o contemple, não correndo o risco de ter sua opinião suprimida pelo processo de "regra de três" do voto por escola. Cabe ressaltar ainda que o voto universal permite que se expressem as divergências políticas no interior das escolas, respeitando a pluralidade de idéias no interior do MESS.

Cabe também ressaltar a atuação da ENESSO na oposição à política implementada pela direção majoritária da UNE, compondo o Bloco de Esquerda de Oposição à Diretoria da UNE.

O fato de compormos o Bloco não significa que não reconhecemos mais a UNE como nossa entidade máxima de representação nacional. Pelo contrário: o Bloco apenas existe porque acredita que a UNE deva existir como tal; porém com uma outra política. O objetivo principal do Bloco de Oposição é disputar a entidade por dentro de seus fóruns [...] (ENESSO, 1999)

Em meio à luta contra a implementação do projeto educacional de FHC, realizou-se na UNILINS, em São Paulo, o XXII ENESS. Nesse encontro se deu continuidade aos

¹⁸ Sistema de votação também denominado de voto paritário, onde cada instituição de ensino presente tem direito a três votos. Dessa forma, é feita a discussão/votação com a bancada da escola e através da regra de três se chega ao voto final.

debates sobre o Provão e às estratégias de enfrentamento, avaliação institucional e o posicionamento político da ABEPSS frente às estratégias de enfrentamento (OLIVEIRA, 2004).

Nesse encontro, ocorreu também a revisão do estatuto da ENESSO e foram criadas duas novas coordenações na entidade: a coordenação de Movimentos Sociais e a coordenação de Relações Internacionais (VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

Das deliberações do encontro destacam-se o prosseguimento da campanha pelo “Nota 0” ao provão, pela construção de um projeto de avaliação institucional e também pela redução de mensalidades e transparência no controle de verbas de instituições privadas (OLIVEIRA, 2004).

Duas teses são apresentadas nesse ENESS, ‘Mudar é querer sempre mais’ do grupo EQM e ‘Indignação’ do PDP. Apesar da apresentação de duas teses, apenas a EQM apresentou chapa para a coordenação da ENESSO, ficando mais uma vez com a coordenação nacional da entidade (VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

Cabe ressaltar que o X SNFPMESS foi realizado em 2000 na UFES, com o tema “Avaliação Institucional: Construindo e Propondo Estratégias para o Serviço Social”. Foi um encontro que se empenhou em discutir as questões relativas ao provão, suas implicações na formação profissional dos assistentes sociais e as formas de enfrentamento.

No VII ENPESS, os estudantes conquistaram o direito de apresentar suas produções científicas no evento, finalizando de maneira vitoriosa uma luta travada desde 1998 (OLIVEIRA, 2004).

Algumas atividades dessa gestão são destacadas pelos autores: a participação no Fórum e no Encontro Nacional de Executivas e Federações de Curso – ENEX; a campanha pela Redução das Mensalidades; a criação de um grupo de discussão via internet, a lista de emails executivamess@yahoogrupos.com.br; criação da Cartilha

sobre formação de CAs e DAs, entre outras (VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

O XXIII ENESS aconteceu em 2001 na UNB e novamente foram apresentadas duas teses, dos grupos EQM e PDP, sendo que mais uma vez apenas o primeiro grupo apresentou uma chapa “Na luta pela transformação não há limites” que ficou com a coordenação da ENESSO (VASCONCELOS, 2003; OLIVEIRA, 2004).

As deliberações desse encontro atravessam temas como a Revogação da Lei de Mensalidades (9.870/99), revisão curricular, avaliação institucional e discussão sobre sindicalismo e Serviço Social (OLIVEIRA, 2004).

Oliveira (2004) destaca os trabalhos dessa gestão no âmbito da discussão de conjuntura, com um informativo sobre a CLT, crise da Argentina, as Guerras Imperialistas e a Campanha contra a ALCA - “Diga Não à ALCA”. Acrescenta ainda sobre a participação na greve das universidades em 2001, e a organização do Plebiscito do Provão em conjunto com outras executivas de curso. A gestão ainda se articulou, de maneira positiva, à representação estudantil em ABEPSS. Destaca-se ainda a realização do XI SNFPMESS, na UFSC, com um apurado debate sobre as diretrizes curriculares. Prosseguiu-se também na campanha pela redução das mensalidades, iniciada nas gestões anteriores.



Figura 1: Adesivo “Diga Não À ALCA”

Em meio ao debate das eleições presidenciais de 2002 que apresentava um embate entre as forças mais conservadoras e a possível eleição de Lula para presidente da República, ocorreu no Rio de Janeiro, o XXIV ENESS. Nesse encontro tanto o PDP quanto a EQM apresentaram tese e chapa, saindo vencedora a chapa da EQM “Na luta e na ação eu quero é mais transformação”.

Segundo Oliveira (2004), as deliberações desse encontro seguem a mesma linha dos encontros anteriores. A gestão iniciou em conjunto com outras executivas da área de saúde as discussões sobre o VER-SUS – Vivência-Estágio-Realidade no Sistema Único de Saúde, que só fora implementado em gestões posteriores.

Cabe ressaltar que neste ENESS já se observava dentro da EQM um processo de desgaste causado acima de tudo pelo tensionamento e divergência entre as correntes políticas que compunham o grupo, polarizados no embate entre os militantes do PSTU e do PT.

Em 2003 ocorreu o XXV ENESS, na UCSAL, em Salvador. Esse encontro foi travou discussões sobre as reformas implementadas pelo governo Lula. Nem o PDP, nem a EQM apresentam teses e chapas, surgindo então uma contribuição feita pelos estudantes da região VII e outra por um coletivo denominado “A Saída é Pela Esquerda” (SPE), grupo formado por estudantes de algumas escolas do Rio de Janeiro e pela UFSC E PUC-RS, além de militantes/simpatizantes do PSTU.

Apenas os estudantes da região VII colocaram chapa para a Coordenação Nacional, tendo sido eleita a chapa única “ENESSO na Luta pra fazer sua História”. Cabe ressaltar que a SPE apresentou chapa para disputar as regiões V e VI, saindo vitoriosa dos dois processos, sendo no primeiro num processo de votação bastante conturbado e questionado por muitos estudantes. Nesse encontro, como nenhuma escola se colocou para sediar o próximo ENESS, a UFES se propõe e é eleita a escola sede do próximo ENESS.

O XXVI ENESS aconteceu em Vitória com o tema “Participar é construir a história, Atuar é tornar sonho ação, Ousar é revolucionar o mundo”. As discussões pautavam-se na discussão da Reforma Universitária proposta pelo governo, do

enfrentamento ao projeto neoliberal pelos movimentos sociais e também das diretrizes curriculares. Nesse encontro tem-se o surgimento de uma nova tese no MESS, o grupo Viver na Luta (VNL), que era formado por militantes e/ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores e por estudantes independentes.

No XXVI Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESS em Vitória no Espírito Santo, um conjunto de estudantes se reuniram para debater os rumos do MESS (Movimento Estudantil de Serviço Social). Analisando a conjuntura política do movimento estudantil, a crise na esquerda brasileira com a sua evidente divisão resultado da frustração com as reformas do governo Lula e vivenciando a divisão do MESS nos encontros, nos centros acadêmicos e nas lutas do dia a dia, avaliamos a necessidade de formar um movimento que continuasse encampando as bandeiras históricas de luta defendidas pelos estudantes de Serviço Social. Sempre na defesa dos interesses coletivos dos estudantes e fortalecendo a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO como entidade autônoma, dirigente, *de luta* e comprometida enquanto instrumento de organização estudantil, para intervir nas questões relativas à formação profissional e a consolidação do projeto ético-político na luta pela transformação da sociedade brasileira, e pela socialização das riquezas sociais de forma justa, democrática e igualitária [...] construído por estudantes das mais diversas escolas de todo o país com um objetivo: um MESS pautado na luta pela defesa da Educação Pública, gratuita, laica e de qualidade e comprometida com a classe trabalhadora, buscando a construção de uma sociedade justa, igualitária, democrática e livre (Tese VIVER NA LUTA, 2005, p. 2).

Duas teses foram apresentadas no encontro, a do VNL e outra da SPE, sendo que apenas a primeira colocou uma chapa para a coordenação nacional, saindo vitoriosa do processo. Entre outras atividades, essa gestão construiu em conjunto com o coletivo de estudantes de todo o Brasil, um vitorioso boicote ao ENADE¹⁹, através da entrega das provas em branco, com o adesivo característico da campanha colado à prova. A gestão também encampou as lutas contra a Reforma Universitária, participando de diversos fóruns, culminando numa grande Marcha em Brasília, organizada no dia 25 de novembro de 2004, “Para Barrar Essa Reforma”.

¹⁹ Exame Nacional de Desempenho do Estudante, parte do novo sistema de avaliação imposto pelo MEC que veio substituir o antigo Provão.



Figura 2 : Adesivo “ENADE Serviço Social Não Faz”

O XXVII ENESS aconteceu em 2005, na UFPE, e a partir daí é uma história que deixamos para ser contada por aqueles que estiverem por vir, na construção dessa trajetória de lutas...

Feito o debate sobre o MESS em nível nacional, partiremos agora para o contexto de organização do ME na Universidade Federal do Espírito Santo, como forma de realizar uma ponte para a discussão do MESS especificamente na UFES.

CAPÍTULO III

3 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL NA UFES: RECONSTRUINDO UMA TRAJETÓRIA?

3.1 – O Movimento Estudantil na UFES

Falar da trajetória do movimento estudantil no Espírito Santo é uma tarefa bastante difícil, uma vez que as produções são escassas a respeito do tema, bem como, também é muito precária a documentação das entidades estudantis a respeito de sua trajetória. Tomaremos por base alguns artigos escritos por militantes que vivenciaram a ação do ME capixaba a partir do Golpe Militar de 64.

3.1.1 – Na Resistência à Ditadura Militar

No contexto da Ditadura, algumas entidades estudantis encontravam-se organizadas no Espírito Santo. Existiam o DCE da UFES e também uma UEE – União Estadual dos Estudantes. Em 1968, dado o processo de intensa repressão do regime militar, o Diretório Central dos Estudantes da UFES foi invadido pela polícia e dezenas de militantes foram presos e colocados sob vigilância e controle policial. O presidente do DCE é preso e o vice renuncia ao cargo, marcando então o fechamento da entidade (NETO, 1996).

Ainda sobre as entidades centrais, o DCE e a UEE, Neto (1996) coloca que as forças de esquerda, até 1967, não manifestavam muito interesse em disputar o DCE, focando sua atuação na União Estadual dos Estudantes. Para o autor, foi apenas com os desdobramentos da ditadura que a esquerda se volta para este espaço.

O clima de 1968 repercutiu no Espírito Santo, de modo que algumas manifestações ganharam destaque em meio à organização estudantil da época, como a luta por preços mais baixos no Restaurante Universitário (RU), culminando numa greve estudantil, que propiciou maior interação entre os pólos isolados do ME (NETO, 1996).

Merecem destaque também as manifestações nos dias 3 e 6 de abril de 1968, em resposta ao assassinato do estudante Edson Luis, no restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro (MARTINS FILHO,1987). Na ocasião também foi organizada pelos estudantes uma missa na Catedral Metropolitana de Vitória.

Neto (1996) destaca a organização dos estudantes de medicina, alguns organizados no PCdoB, que protagonizaram uma greve em 1971, por reivindicações em torno do Pronto Socorro do Hospital das Clínicas. Posteriormente, o Diretório Acadêmico do Centro Biomédico (CBM), foi invadido pela segurança da universidade e os principais líderes estudantis foram presos.

A década de 1970, sobretudo seu final, marca o processo de reorganização do ME, como já abordamos no primeiro capítulo desse trabalho. Chama a atenção nesse processo de reorganização, através dos encontros nacionais de cursos, uma delegação capixaba de estudantes de economia que organizou em 1977 um grupo para participar do IV ENECO – Encontro Nacional de Estudantes de Economia. A participação, no entanto, não se concretizou, pois os estudantes foram impedidos pela Polícia Federal de viajarem, conseguindo chegar ao destino, por vias próprias, apenas quatro estudantes (NETO, 1996).

Outro caso, que resultou em maior mobilização foi o impedimento da delegação capixaba de viajar para participar da V SESAC – Semana de Estudos Comunitários. A delegação de 72 alunos não viajou, pois os ônibus foram interceptados pela polícia quando os estudantes ainda se encontravam à sua espera. Os estudantes empenharam-se em negociações para viabilizar a viagem, junto ao reitor e até ao então governador Élcio Álvares. Apesar do impedimento, 37 estudantes conseguiram chegar ao evento por caminhos “não-convencionais”, sendo mantido um acampamento de vigília para garantir a chegada desses estudantes ao evento.

“A polícia federal interceptou os ônibus e pegou a lista de todos os estudantes e proibiu a viagem. Uns dois foram de carro e uns dois foram de avião. Os que não fomos, que eram os dos ônibus, fizemos um acampamento em frente à UFES, ali onde é hoje a PETROBRÁS, fizemos um acampamento, ficamos três dias ali. De dia e de noite, direto...” (ENTREVISTADO 2).

3.1.2 – A Reorganização do DCE

Um outro centro de organização estudantil que merece destaque na década de 70 na UFES foi o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Nesse centro a organização partiu principalmente do processo eleitoral para a direção do Diretório Acadêmico do CCJE. Estavam na disputa duas chapas que aglutinavam estudantes que hoje são nomes fortes no cenário político capixaba. “As chapas Gota D’água e O Grito representavam a etapa inicial de articulação de um dos principais grupos de reorganização do DCE” (NETO, 1996, p. 155).

Segundo Stein (1996), eram duas as principais bandeiras de luta na UFES a partir de 1975. Uma pela ampliação do Restaurante Universitário localizado no centro da cidade, o que dificultava o acesso dos estudantes, e outra pela ampliação da Biblioteca Central.

Stein (1996) ressalta que convocou-se uma assembléia geral para discutir democraticamente a formação de uma chapa para compor o Diretório Acadêmico dos Estudantes do CCJE (DA-CCJE), saindo como candidatos para presidente o Bragato e o próprio Stein como vice-presidente. Foram eleitos em setembro de 1977 para uma gestão que durou um ano. Essa gestão tinha o compromisso de permanecer na luta pela ampliação do RU e da Biblioteca, além de estabelecer compromissos políticos como: “*convocação da Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana e Anistia Ampla e Irrestrita*” (grifo do autor) (STEIN, 1996, p. 182).

Nesse íterim a grande agitação era vivida nas reuniões (às escondidas da Polícia), que realizávamos para preparar a reabertura do Diretório Central dos Estudantes – DCE/Ufes. (Veja só, falar de reabertura do DCE era assunto de segurança nacional!) Era necessário reorganizar essa entidade, para se dar uma direção central às reivindicações de interesse geral, acadêmico e político, fortalecendo o movimento estudantil pela melhoria das condições de ensino e pela redemocratização do país. (STEIN, 1996, p. 182).

Os estudantes se reuniam na casa de um companheiro para prepararem estratégias de mobilização entre estudantes de vários cursos, “até que se pudesse colocar o processo na rua, às claras, com representações em todos os centros e cursos” (STEIN, 1996, p. 182).

No ano seguinte, Stan Stein foi candidato novamente para o DA-CCJE, tendo como vice o José de Arimathéa, estudante de Direito. Prosseguiram com as reivindicações articulando bandeiras gerais e específicas. “Nesse momento surgiam as primeiras notícias das licitações para os projetos e obras do RU e da Biblioteca Central” (STEIN, 1996, p. 183).

Tendo em vista essa situação precária com relação à biblioteca e a distância que o RU estava dos campus, grande era a pressão dos estudantes para a efetivação dessas obras.

No caso da biblioteca, esta era situada num dos prédios do Cemuni localizado no centro de Artes, o que inviabilizava que um número grande de estudantes pudesse transitar, ou mesmo estudar nesse espaço, principalmente em fins de período.

[...] chegada a temporada de provas, o *bicho pegava*. Era gente para todo lado. Na falta de cadeiras para todos, sentava-se no chão, nas escadarias do jardim de inverno. Não havendo exemplares de um mesmo livro suficientes para todos, suspendia-se o empréstimo com retirada, para que só pudesse ser lido ali mesmo. Com isso, cada livro com cinco ou mais alunos, que não tinha como manter silêncio. Era o caos! Visto de um avião, o cenário era o mesmo de um formigueiro em volta de pedaços de doce (STEIN, 1996, p. 184).

Sob pressão dos estudantes, a Reitoria da universidade “transfere a Biblioteca para o prédio da antiga sede da Fundação Ceciliano Abel de Almeida (aquela com o mosaico de pastilha, perto da passarela)” (STEIN, 1996, p. 184), o que não resolveu a questão, pois os estudantes almejavam uma Biblioteca vasta, repleta de edições mais atualizadas, mais exemplares etc. Além disso, esse espaço cedido pela reitoria também não suportava o número de estudantes que a universidade tinha.

No Centro Tecnológico (CT), Neto (1996) aponta que, do trabalho de algumas lideranças consolidou-se uma entidade conhecida por sua organização, infraestrutura material e recursos financeiros, que ao lado do CCJE e CBM, formavam o tripé de sustentação política do movimento estudantil da época.

Com a articulação dos diretórios acadêmicos do CBM, CCJE, CT, CEG e Artes, o processo de reconstrução do DCE foi impulsionado através da formação de uma comissão pró-DCE, chamada de Conselhão (NETO, 1996).

Era um movimento fortemente estruturado nas bases, presente nas questões que afetavam o cotidiano dos alunos e cursos, com lideranças politicamente competentes e assumindo, desde o princípio, um forte caráter de movimento de massa (NETO, 1996, p.157).

Como resultado desse processo, realizou-se em outubro de 1978 a primeira eleição para a diretoria do DCE após o período de reconstrução. O processo de votação foi bastante representativo, contando com a participação de 70% dos quase oito mil estudantes da universidade. “Cinco chapas concorreram: Construção, Ação Popular Estudantil, Retornando, Liberdade e Anistia, e Frente de Libertação Estudantil” (NETO, 1996, p.157).

Foi eleita a chapa *Construção*, com 73% dos votos e tendo como presidente o atual governador, Paulo Hartung. “O programa da chapa *Construção* estava centrado politicamente na questão da luta pelas liberdades democráticas, fundada na unidade dos setores democráticos, além das questões estritamente estudantis” (NETO, 1996, p.158). Tal programa sintetizava as concepções defendidas pelo PCB, através de sua corrente estudantil “Unidade”.

Uma intervenção histórica do ME capixaba nesse período, foi a solidariedade às vítimas das enchentes de 1979.

“E um outro momento, em janeiro de 79, que eu acho que foi um período assim, muito especial do DCE. Que foi na enchente que teve no Rio Doce, uma enchente que começou em Minas. Que, assim, atingiu a população do Norte do Estado toda. Colatina ficou submersa, a ponte do Rio Doce caiu, a BR 101 norte ficou interditada, muita gente em cima dos telhados e o governador Elcio Álvares, absolutamente omissos, não fez nada! O DCE organizou uma campanha de coleta de remédios, de roupas, de alimentos, montamos um quartel general lá na Mitra... e o sem vergonha do governador... pegou um monte de sacolas, mandou escrever o nome do governo do estado nas sacolas e mandou as sacolas para diocese, para que fossem colocados os alimentos e as coletas distribuir com o nome do governo. Foi aí que Dom João Batista inventou a celebre frase “Só o povo salva o povo” que é muito repetida até hoje quando a gente ta debatendo as coisas” (ENTREVISTADO 2).

Tal episódio aconteceu em período de férias na universidade, segundo relato de Stein (1996).

Logo tudo cresceu, e precisamos organizar mais a participação de voluntários. Paulinho, na presidência do DCE, e nós outros, na presidência de diretórios acadêmicos da Ufes e da Emescam, convocamos pelas rádios os estudantes que estivessem por aqui para uma reunião de planejamento com a Arquidiocese de Vitória, esta, sob liderança do maravilhoso Dom João Batista da Mota e Alburqueque. Com a participação de mais de quatrocentos estudantes, formamos comitês em Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, interagindo com outras organizações não-governamentais e empresas de transporte, com caminhões-baú, para proteger os donativos da chuva (STEIN, 1996, p. 185)

Em 1979 aconteceu novamente eleições para o DCE, quando o grupo de Hartung foi derrotado pela chapa Alternativa, que era composta por uma frente de quatro correntes: Centelha, Refazendo, MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) e Independentes (estudantes geralmente ligados ao PT, mas sem vinculação com tendências internas) (NETO, 1996).

Em novembro de 1980, militantes do PCB se lançaram para as eleições do DCE com a chapa “Hora de Mudar”, cujo presidente era o estudante Stein e o vice era Ernesto Negras Neto do CBM, entre outros componentes do grupo político. Saindo vitoriosos do processo eleitoral, o mandato foi assumido em meio à greve dos professores. Nesse período, o novo RU já estava instalado no campus de Goiabeiras e a biblioteca em fase de finalização das obras no lugar onde está localizada hoje (STEIN, 1996). Estas foram conquistas do ME da UFES, fruto de forte articulação e mobilização desses estudantes.

Um fato interessante nesse período foi a chegada de um computador mais moderno (*mainframe* IBM/370) na UFES, era uma máquina que necessitava de um local espaçoso e com ar refrigerado. A expectativa dos estudantes era grande em relação a este computador, pois a máquina que existia na universidade demorava cerca de dois dias para responder aos programas criados pelos alunos (STEIN, 1996).

A intenção da Reitoria era colocar esta máquina no prédio que estava sendo construído para alocar a Biblioteca Central, pois não havia na UFES um espaço livre que coubesse o computador, além disso, neste espaço ficaria o “NPD, central de ar

condicionado, e centro de prestação de serviços, vinculado à Fundação Ceciliano Abel de Almeida” (STEIN, 1996, p. 191).

Descoberta a intenção da Reitoria, a diretoria do DCE se organizou no sentido de denunciar essa atitude arbitrária, que passou por cima da luta e da conquista dos estudantes. Os estudantes confeccionaram faixas e panfletos com a frase: “Reitoria ameaça novo prédio da Biblioteca Central” e foram aos espaços da universidade para divulgação desses fatos à comunidade acadêmica. Nos panfletos explicavam o que estava acontecendo e convocavam para uma assembléia geral.

A Biblioteca Central estava ameaçada. Reunida a diretoria do DCE, expusemos o problema. Não se viu nisso uma bandeira de fácil mobilização. Convocamos o Conselho de Entidades de Base para o fim de semana. A conclusão foi que era nosso dever, pelo menos, denunciar, já que se imaginava ser uma luta perdida (STEIN, 1996, p. 191).

Grande equívoco nosso, imaginar que o simples panfleto e os murais fossem mobilizar os estudantes para a assembléia. Menos de quatrocentos estudantes compareceram. Cabisbaixos, convocamos a reunião do Conselho de Entidades de Base e da Diretoria do DCE (STEIN, 1996, p. 191).

Não vendo outra possibilidade de sensibilizar os estudantes para a causa, alguns membros da diretoria do DCE invadiram o Escritório Técnico Administrativo da UFES para copiar documentos de licitação, plantas e contratos para melhor justificar o seu posicionamento aos estudantes. No dia seguinte passaram nas salas de aula para exporem os fatos. Já no próximo dia, estudantes e professores sensibilizados e indignados com a causa, compareceram e lotaram o ginásio da Educação Física em Assembléia Geral. Deliberou-se dessa assembléia ir à Reitoria, numa audiência junto ao DCE para discutir a questão e levar o encaminhamento dos estudantes, que eram contrários às novas instalações previstas pela Reitoria.

O decorrer da década de 80 foi marcado ainda pelo surgimento de um grupo chamado Turma do Ócio “que de forma irônica, demolia os pilares sobre os quais se assentava a discussão da esquerda” (NETO, 1996, p.167-168). Esse processo contribuiu para a fragilização do ME e das tendências políticas, agravado posteriormente pelo surgimento de um grupo de “contestação cultural e anti-autoritário (sic)” que ficou conhecido como Balão Mágico, nome que fazia alusão a

um grupo musical infantil da época (NETO, 1996). Dizia a letra de uma música do grupo: “Eu vivo sempre no mundo da lua...”.

Em meados da década de 1980, o DCE já se encontrava em intenso processo de fragilização. A derrota da ditadura criou um novo contexto para a ação política do ME, uma vez que a bandeira de redemocratização unificadora de movimentos sociais e forças de esquerda havia sido conquistada.

A redemocratização abriu novas frentes de luta e assegurou liberdades de expressão para movimentos e partidos de esquerda e o ME, importante base da resistência à ditadura, passou a ser mais um entre tantos outros movimentos sociais. O ME perde seu lugar de destaque e centralidade no cenário sócio político brasileiro. Ele deixa de ser um importante articulador de luta política.

“O DCE tinha uma chapa em frangalhos. Em 1986, a entidade estava quase abandonada. Um conselho de entidades de base realizado no início daquele ano decidiu convocar eleições e eu cheguei a fazer parte da comissão eleitoral. Mas a disputa maior era pela direção da UNE” (ENTREVISTADO 9).

3.1.3 – O contexto a partir dos anos 90

Na década de 1990, um novo processo de eleições para o DCE movimenta a organização estudantil na UFES, ainda que em proporções bem menores que os das eleições já citadas. Descontentes com a atuação das gestões anteriores do DCE forma-se, em 1995, uma chapa de oposição.

“[...] tinha um grupo que não conseguia deixar o DCE avançar muito, se vocês pegarem a história do DCE, vão ver que no início era muito aguerrido, muita luta, muita organização, muita massa e muito debate, muita coisa, até por conta da ditadura militar. Era um momento de efervescência, mas na época que eu entrei em 95, o DCE estava muito morto muito aquém dos nossos anseios. É lógico que para os estudantes poderia estar tudo bem, mas para os nossos anseios de querer uma mudança, de querer um rompimento com a reitoria, de querer melhorias, qualidade de tal, coisa que não tinha” (ENTREVISTADO 13).

A chapa de oposição, formada por estudantes ligados e/ou simpatizantes do PT, denominada “Momento Novo” alcançou a maioria das cadeiras na diretoria do DCE.

“[...] a gente depois a gente ganhou as eleições, a gente foi maioria do DCE, participavam também algumas pessoas do PCdoB, mas eles até desistiram, depois abandonaram a gestão [...] Uma coisa que foi legal que a gente conseguiu fazer nessa época da gestão foi que a gente começou a realizar o congresso da UFES, o congresso dos estudantes da UFES, o CONEUFES, o primeiro que teve, a gente fez em Alegre, na época e isso eu me lembro que eu estava na parte da organização do congresso e foi muito interessante porque a gente começou a debater o estatuto do DCE e começou a discutir várias questões e propiciar um espaço de debate além das eleições porque hoje você tem as eleições, debate, mas precisa ter outro espaço que debata. Então foi um espaço de debate muito legal e depois o segundo também foi ainda na nossa gestão, que a gente fez na UFES mesmo, foi uma coisa que marcou muito essa gestão e também foi na nossa gestão que a gente começou a discutir a questão das greves unificadas, greve de alunos, greve de professores e de servidores, e construir o debate porque não adiantava você ter só um setor em greve, acho que era interessante que o conjunto dos setores lutasse e se era pra entender também que o aumento do salário dos professores também precisa melhorar a qualidade do ensino” (ENTREVISTADO 12).

Vale destacar que esse grupo político de oposição, não era composto de maneira homogênea, uma vez que diferentes tendências internas do PT como Articulação de Esquerda, Força Socialista e Democracia Socialista se aglutinavam na chapa.

No final dos anos 90, o DCE entrou novamente em grande refluxo. A UJS permaneceu na direção majoritária da entidade durante alguns anos, até que um grupo de estudantes que já vinha fazendo oposição à direção majoritária, insatisfeitos com a situação do DCE, consegue realizar o III CONEUFES – Congresso de Estudantes da UFES.

O grupo de oposição à direção do DCE foi formado em 2001, quando as Chapas de oposição “Todos os Nós” e “Com Todos é Que se Faz” se retiraram do processo eleitoral em repúdio ao processo de votação que envolvia os estudantes do NEAD (Núcleo de Ensino à Distância). Mais duas chapas concorriam no processo, “Fazendo Acontecer” do grupo da UJS e também a chapa “Por Favor Não Matem o Reitor”. A comissão eleitoral do processo, hegemônica pela UJS, definiu, depois de ser pressionada pelos membros das chapas de oposição, que apenas quatro urnas seriam destinadas ao NEAD (São Mateus, Alegre, CBM e Goiabeiras). A participação dos estudantes do NEAD na votação transcorreu de maneira tumultuada, uma vez que tais estudantes foram levados em ônibus para a votação e condicionados a votar na chapa “Fazendo Acontecer”, eram orientados em suas

aulas para votarem na referida chapa, caracterizando um condenável processo de “voto de cabresto”. As chapas de oposição colocavam ainda, que a chapa “Fazendo Acontecer” recebia apoio da reitoria da universidade, inclusive para o acesso aos alunos do NEAD, reafirmando a política de troca de favores entre o grupo da UJS e a reitoria.

Ao se retirarem da disputa pelo DCE, o grupo (que agregava militantes do PT, do PSTU e independentes) intensificaram uma política de oposição à sua diretoria, conseguindo, através de abaixo assinado com aproximadamente 3000 assinaturas, realizar uma assembléia que não destituiu a diretoria do DCE, mas deliberou, entre outras coisas, a realização do III CONEUFES.

Com isso, foi realizado o III CONEUFES, nos dias 14, 15 e 16 março de 2003, no Campus de Goiabeiras. O Congresso contou com a participação de representantes de 35 dos 45 cursos então presentes na Universidade. Foi estabelecida uma pauta de lutas a ser encampada pelo DCE, foi discutido o Estatuto da entidade, barrando-se a participação do NEAD nos processos eleitorais do DCE. Foi encaminhada uma comissão provisória para gerir o DCE até a escolha de uma nova gestão. Deliberou-se também que a comissão provisória realizaria um CEB (Conselho de Entidades de Base) com o objetivo de formar uma comissão eleitoral e realizar novas eleições.

O grupo de oposição, neste momento já intitulado “Autonomia Estudantil”, organizou uma chapa para participar do processo eleitoral. A disputa nesse processo polarizava-se entre as chapas “Movimento Ação” ligada ao grupo Autonomia Estudantil e “Reforma Universitária Já!” ligada ao grupo da UJS. A Chapa “Movimento Ação” ganhou a eleição, fazendo a maioria das cadeiras na direção do DCE e nos conselhos.

Percebemos que o processo de disputa política e polarização entre grupos do PC do B, PT, PSTU, e outras tendências de esquerda reafirma, no contexto da UFES, uma realidade nacional observada principalmente no interior da UNE.

Nesse sentido, a busca da ruptura com o processo de imobilidade implementado pelo grupo político da UJS, provocou o interesse de muitos estudantes em discutir as

questões políticas inerentes à universidade, mudando o caráter da ação do ME naquele momento. Buscava-se, assim, maior transparência das relações do DCE com as instâncias da universidade, assumir uma postura clara de oposição ao sucateamento do ensino público, romper com relações clientelistas e tornar o DCE uma entidade mais próxima dos estudantes, que promovesse o debate político e proporcionasse um maior engajamento dos mesmos.

Observa-se, no entanto, que apesar de deixar uma grande contribuição ao ME na UFES, esse momento de efervescência não durou muito tempo, por fatores que vão do desgaste dos grupos políticos à, principalmente, dificuldade de aglutinar os estudantes em torno de um debate político, num contexto neoliberal de desvalorização dos projetos coletivos e exaltação do individualismo.

Nesse sentido, a organização dos estudantes foi marcada por ações pontuais e meramente reativas, ou seja, os estudantes se mobilizavam somente quando se viam diante de fatos que lhes afetam negativamente de forma imediata.

Um exemplo claro dessa situação foi a reação dos estudantes contra o reajuste da passagem do transporte coletivo do Sistema Transcol. Neste caso, o principal motivo da reação foi o fato do aumento da passagem infringir a legislação, que não permite mais de um reajuste no mesmo ano, agravando-se o fato por ser o reajuste absurdo (propunha o aumento de R\$ 1,80 para R\$ 2,30) e repentino. Além disso, tal reajuste não foi devidamente discutido no COTAR (Conselho Tarifário da Região Metropolitana da Grande Vitória), com reuniões marcadas às escuras, sendo os representantes estudantis nesse conselho, informados em última hora.

Insatisfeitos com a instituição do aumento, um grupo de estudantes (principalmente da UFES e do Projeto “Universidade Para Todos”) reagiram com uma manifestação em frente à Universidade no dia 19 de julho de 2005, logo após a divulgação da decisão do aumento. Os estudantes ocuparam e mantiveram fechada a Av. Fernando Ferrari, sentados no asfalto e fechando o trânsito num horário de intenso fluxo de veículos.

Tal manifestação foi, no entanto, duramente reprimida pela polícia. O Batalhão de Choque foi acionado para que os estudantes desbloqueassem o trânsito. Durante as negociações para a liberação da avenida, os estudantes foram surpreendidos com um violento ataque do Batalhão de Choque, que disparou contra os estudantes tiros de bala de borracha e bombas de efeito moral, ocasionando ferimentos graves em vários manifestantes. Com isso, instalou-se o desespero e os estudantes se retiraram para dentro da universidade. Como se não bastasse toda violência, os estudantes foram novamente surpreendidos com a entrada de uma viatura da Polícia Militar no campus (lembrando-se que este espaço é de ação restrita à Polícia Federal). A reação dos estudantes em impedir a entrada da viatura foi revidada com o disparo de três tiros de dentro da viatura, que por sorte não atingiram nenhum estudante.

Os acontecimentos logo repercutiram na imprensa local, com a ação da polícia sendo amplamente condenada pela população. Tal fato impulsionou ainda mais a organização estudantil para a revogação do reajuste. Novas manifestações foram organizadas nos dias seguintes, aglutinando-se ao movimento, estudantes do CEFETES-ES e de outras escolas e a própria população que apoiou o movimento.

As estratégias utilizadas pelo movimento foram a realização de passeatas que iam da UFES à Terceira Ponte, onde a praça do pedágio foi ocupada pelos estudantes e o pedágio liberado para todos os veículos que passavam; do CEFETES até o Palácio do Governo, com passagem e ocupação da sede da CETURB, ocupação do Palácio do Governo e interdição da Avenida Florentino Ávidos em frente ao Porto de Vitória. Os estudantes também se organizavam em grupos que embarcavam nos ônibus divulgando a manifestação e liberando a passagem dos passageiros.

Essas estratégias seguiram-se durante três dias após a repressão e o governo do Estado mantinha-se firme na manutenção do reajuste. No entanto, como o movimento crescia a cada dia e ganhava e contava com a simpatia da população, o Governo do Estado finalmente voltou atrás em sua decisão e revogou o reajuste. Com isso, o movimento alcançou com êxito seu objetivo e ficou conhecido como uma das maiores manifestações estudantis do Espírito Santo.

Apesar de grande e vitoriosa, a mobilização dos estudantes não conseguiu se estender às lutas dos estudantes no interior de suas escolas, não se dando continuidade aos encaminhamentos tirados durante a mobilização, tais como organização para a reivindicação do passe livre para os estudantes.

3.2 - A trajetória do MESS na UFES

A organização dos estudantes de Serviço Social no Espírito Santo precede até mesmo a existência formal de uma Faculdade de Serviço Social no estado.

Em 1952, foi organizado um curso de Serviço Social para atender às demandas locais, uma vez que o estado passava por um momento de agravamento da desigualdade social advinda da decadência do modelo econômico cafeicultor. Tal curso consistia num curso de nível universitário com duração de três anos, similar aos cursos de Serviço Social das Escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro, vinculado ao Instituto Social do Rio de Janeiro (VIZA, 1981).

Segundo Viza (1981), as alunas (só mulheres puderam se inscrever para o curso) organizaram um Diretório Acadêmico que integrava a UEE. As alunas tinham uma boa participação nas atividades da entidade, através de palestras, eleições, debates, cursos e congressos. No entanto, relata que não havia tanta aceitação pela UEE, devido ao pouco reconhecimento do curso de Serviço Social.

Na década de 60 foi criada a primeira Escola de Serviço Social do Espírito Santo. Apesar da repressão da Ditadura Militar, que reprimia os processos de mobilização, os estudantes desta escola organizavam-se em um Centro Acadêmico, que conseguia encaminhar suas atividades com a colaboração da instituição.

“[...] os professores, a diretora da escola de Serviço Social, muitas vezes ela foi chamada ao DPOS para responder, querendo informação sobre os alunos e principalmente sobre os alunos do CA, sempre a escola deu essa cobertura, isso foi uma coisa fundamental na época” (ENTREVISTADO 1).

O CA da Escola de Serviço Social tinha uma articulação com os debates do ME geral, articulando-se com movimentos de outros cursos na organização das entidades e encampando algumas lutas.

“[...] a gente participava também da organização do Diretório Central dos Estudantes, da União Estadual dos Estudantes, a UEE, do DCE, que se formava na época e a gente tirava alguns encaminhamentos comuns, em relação ao ME como um todo” (ENTREVISTADO 1).

“Uma luta foi de poder comer no restaurante universitário da UFES, que era lá na cidade, e eu não era da UFES, e a gente não podia comer no RU. Fizemos um movimento e conseguimos. Um outro movimento foi também a questão do transporte, do passe pro estudante universitário, isso em 65, por aí, 66 [...]” (ENTREVISTADO 1).

Com a UNE na ilegalidade e a perseguição aos principais dirigentes do ME de todo o Brasil, destacamos a passagem do então presidente da UNE, Travassos, pelo Espírito Santo, acolhido pelas integrantes do CA da Escola de Serviço Social

“O presidente da UNE, estava sendo cassado pelo Brasil inteiro e esteve aqui em Vitória, e nós do Serviço Social, até num campo de estágio nosso, eu e mais duas colegas fizemos estágio na arquidiocese, nós acabamos sem conhecimento do padre nem do Bispo, escondendo o Travassos e conseguimos fazer uma reunião da UEE, com os representantes do ME da época para tirar ponto de pauta” (ENTREVISTADO 1).

A criação do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS) da UFES é estimulada pelas deliberações de um encontro nacional (ENESS) que incentivava a criação dos Centros Acadêmicos Livres nas escolas.

“A criação de CAs livres foi uma decisão do ENESS implementada na UFES que fortaleceu e ampliou o debate sobre a mudança curricular no curso e até fora dele” (ENTREVISTADO 3).

Antes, a organização dos estudantes de Serviço Social ficava a cargo do DCE e do Diretório Acadêmico do CCJE, não excluindo a representação dos estudantes no Departamento que, até 1978, ainda compunha o Departamento de Direito. Um fato interessante em relação a essa representação aconteceu na eleição de 1978, quando uma estudante de Serviço Social se candidatou e sua candidatura não foi homologada.

“[...] a inscrição dela não foi homologada por que ela estava devendo uma matéria de educação física, da qual ela tinha sido dispensada porque aconteceu no período que ela estava grávida. Aí foi indeferida a inscrição dela e tinha mais duas colegas inscritas e aí nós fizemos uma rebelião. Nós organizamos os estudantes e todo mundo que queria votar (...) acrescentou mais uma candidata na cédula, votou (...) e ela ganhou a eleição com mais

de 70, 80 por cento e virou representante estudantil. Foi eleita sem ser candidata e depois ela foi reconhecida” (ENTREVISTADO 2).

Um dos problemas verificados para a continuidade do movimento estudantil foi a renovação dos militantes. Dada a transitoriedade do movimento, por alguns momentos o CALSS esteve fechado por um motivo basicamente, relacionado à ausência de estudantes que dessem continuidade à coordenação e pela falta de interesse dos próprios estudantes em manter o Centro Acadêmico.

Em 1990, um grupo de estudantes elaborou uma carta comunicando o fechamento do CA de uma maneira bastante irônica, marcando, inclusive, a data do velório da entidade. Não sabemos se tratava-se de fato do fechamento da entidade, ou se era apenas uma ameaça e um chamado à participação dos estudantes, uma vez que junto com a carta também existia um documento de recepção aos calouros produzido pelo CALSS, numa data muito próxima. Dizia o documento

Reconhecendo que tudo está maravilhoso no Brasil, na política educacional com a possível privatização das universidades e principalmente na UFES e no nosso curso, decidimos por fim ao CA. Afinal, todos nós estamos satisfeitos com as condições atuais do curso e da profissão, tornando desnecessário e infrutífero gastar nosso tempo precioso em cansativas reuniões. [...] Compareçam ao velório, no dia 04/04/90 – quarta feira às 9:00 horas (CALSS/UFES, 1990).

Posteriormente, em 1995, o CALSS passou por um período de portas fechadas, uma vez que os integrantes da coordenação haviam se formado e não houve continuidade da gestão. Em 1996, o CALSS foi reaberto, mantendo-se como uma entidade bastante ativa no ME local e também em nível nacional.

Em 1998-99 as coordenações nacional e regional da ENESSO foram compostas por integrantes do CALSS. Em 2000, outros integrantes do CALSS ocuparam a coordenação regional e a representação estudantil em ABEPSS (2000 a 2002). Em 2002 a UFES foi a escola sede da ENESSO, tendo no CALSS a secretaria da entidade e a coordenação de finanças, além da coordenação regional.

Entre os dias 13 e 15 de fevereiro de 2004 foi realizado o I Encontro Local de Estudantes de Serviço Social como o tema ‘O Espírito Santo em busca de uma atuação coletiva’, realizado pela então gestão do CALSS, que aglutinou estudantes

da UFES e das demais Faculdades de Serviço Social do estado (Salesiana, Emescam, Univila e Novo Milênio).

Entre os dias 25 e 30 de julho de 2004 ocorreu o XXVI ENESS organizado pelo CALSS e demais estudantes da UFES. Nesse encontro novamente o um integrante do CALSS passa a ocupar a coordenação da região V. Foi um encontro importante para trazer a discussão do MESS em nível nacional mais próximo do estudantes de Serviço Social do Espírito Santo. Infelizmente por problemas de estrutura física e de insuficiência de recursos financeiros, o encontro foi comprometido em seu potencial de organização e discussão política.

Um fato importante, no ano de 2005 foi a disputa pela coordenação do CALSS. Há muitos anos não se tinha no curso, um processo eleitoral envolvendo mais de uma chapa. Duas chapas se inscreveram para as eleições “Viver na Luta Pra Construir a história”, que aglutinava entre outros, alguns estudantes da gestão anterior e a chapa “Instinto Coletivo: Outras formas de Dialogar...” que aglutinava estudantes insatisfeitos com a gestão anterior do CALSS. Esse processo foi importante para despertar maior interesse dos estudantes nas questões referentes ao movimento estudantil, uma vez que apresentou uma disputa política pautada em maior debate e confronto de propostas que estimulava análise das diferentes propostas de gestão. Uma expressão disso foi a participação expressiva dos estudantes no processo eleitoral que elegeu a chapa “Instinto Coletivo: Outras formas de Dialogar...” com uma margem de diferença de aproximadamente trinta votos de diferença.

Cabe ressaltar aqui uma falha desse trabalho no sentido de recuperar a trajetória do Centro Acadêmico. Por estar direcionado, prioritariamente, para a contribuição da militância para a formação profissional dos militantes, o trabalho peca pela carência de dados sobre a trajetória da entidade. Ressaltamos, porém, a importância desse percurso e deixamos esta lacuna a ser preenchida por futuros trabalhos.

CAPÍTULO IV

4 - A CONTRIBUIÇÃO DA MILITÂNCIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL PARA A FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS FORMADOS NA UFES

Este capítulo apresenta os resultados obtidos no processo de coleta de dados, constituindo-se como o elemento central desse trabalho, pois nele faremos as reflexões sobre os aspectos que perpassam a militância no MESS e de que maneira a militância se relaciona com a formação e a prática profissional dos sujeitos.

Abordaremos também nesse capítulo, a correlação de forças políticas presentes no MESS. Verificamos que a militância no âmbito da esquerda coloca-se como vertente hegemônica tanto no interior do MESS, quanto nos demais espaços da categoria. Nesse sentido,

A militância é a expressão de projetos políticos emancipadores, uma perspectiva de classe social e também de múltiplas identidades, desejos, aspirações motivações e esperanças depositados na prática política (MANFROI, 2000, p.24).

A militância se expressa em sua manifestação cotidiana numa complexa articulação entre a estrutura socioeconômica e política, experiências num processo de confronto, debate e de negociação de sentidos num campo de forças onde vários projetos se articulam e se confrontam ao mesmo tempo, onde os sujeitos se efetivam na prática política (MANFROI, 2000, p.25)

Concordamos com a autora e nesse sentido buscamos articular os diversos fatores que perpassam o universo da militância política, analisando os determinantes anteriores ao engajamento político, de que maneira a disputa de projetos políticos se colocou no processo de militância de cada um e como essa disputa se relaciona com as discussões da categoria e principalmente o que essa experiência proporcionou para esses sujeitos, no âmbito profissional e pessoal.

4.1 - Antecedentes da militância no Movimento Estudantil em Serviço Social

A tentativa de reconstruir parte da trajetória histórica do MESS na UFES nos revelou diferentes determinantes históricos para a decisão pela militância. Estes determinantes são semelhantes, apesar de ocorrerem em momentos históricos diferentes. O envolvimento no MESS veio tanto estimulado por experiências anteriores dos militantes, quanto por aquelas despertadas durante a graduação.

Na década de 1960 encontramos registros da organização dos estudantes da Escola de Serviço Social do Espírito Santo. Nesse momento, o país se encontrava em regime ditatorial, o qual reprimia coletivos de cunho político, cultural, entre outros. Apesar de toda repressão e censura a que os brasileiros foram submetidos, o ME foi um dos principais movimentos sociais de resistência ao autoritarismo militar.

Nesse período, o Serviço Social no Espírito Santo desenvolvia ações em bairros periféricos de Vitória, as quais envolviam moradores, estudantes universitários e diferentes profissionais²⁰. Essas ações sociais nos bairros proporcionaram o contato com mobilizações e engajamentos em busca de melhoria da qualidade de vida da população. Podemos perceber que projetos como esse também influenciaram na opção de um ex-militante pelo curso de Serviço Social.

“[...] eu penso que a definição da minha opção profissional pelo Serviço Social foi muito pela prática, porque esse grupo de jovens era coordenado por uma estudante de Serviço Social, era campo de estágio dela, além disso, [...] trabalho na Ilha do Príncipe, na Associação de Moradores, minha irmã era estudante de pedagogia, meu cunhado era estudante de direito, e aquele tempo também tinha que acompanhar o namorado, e eu adolescente 16 anos 17 anos [...] minha irmã dava aula de alfabetização de adultos na comunidade, meu cunhado dava aulas de legislação trabalhista e eu acompanhava muito essas atividades, as reuniões das Associações de Moradores lá da Ilha do Príncipe. E era um trabalho coordenado pela Assistente Social F., esse trabalho do grupo de jovens lá do meu bairro era coordenado pela então estudante de Serviço Social R. [...] a opção por Serviço Social eu devo à F. e à R., porque foram dois modelos que marcaram na hora da minha definição no vestibular” (ENTREVISTADO 1).

²⁰ Durante os anos 60 e 70 houve uma expansão do mercado de trabalho do Assistente Social no Espírito Santo com a criação da Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social, para atender à crescente pobreza do estado em decorrência do declínio da cultura cafeeira e da imigração do campo para a cidade.

No decorrer da década de 1970, o Serviço Social ainda não havia consolidado um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. O debate dos profissionais quanto à reiteração ou não da prática conservadora era ainda inicial e, com isso, a opção de alguns dos ex-militantes pelo curso surge de uma perspectiva essencialmente assistencialista da ação profissional.

“[...] eu entrei no curso de Serviço Social, como uma aluna muito alienada, eu vinha de uma experiência de interior, meus pais sempre foram muito católicos, eu iria para o colégio de freiras, mas eles não tinham dinheiro pra comprar o meu enxoval [...] A escolha do curso de certa forma era porque eu queria que me permitisse fazer caridade. Foi a base religiosa que me levou ao Serviço Social “ (ENTREVISTADO 2).

Mesmo assim, ao ingressarem no ME, os militantes relatam que as possibilidades oferecidas pela universidade ampliaram seus horizontes, principalmente quanto à crítica à sociedade e à capacidade de reflexão sobre a realidade. O debate pela resistência e pela mudança os levou à militância.

Durante a ditadura, todo ensino era monitorado, inclusive o universitário. As amplas restrições com as quais a população convivia provocaram reações. Tal postura de indignação era percebida também em alguns dos estudantes de Serviço Social, encontrando no MESS um espaço para manifestar suas opiniões e exigir melhorias tanto para a sociedade quanto para o curso.

O contexto político da época; a crescente consciência da importância de se ter engajamento e participação política; a insatisfação com as condições em que se desenvolvia o ensino de Serviço Social frente ao contexto social e a vontade de transformar a realidade [sobre sua motivação ao ingressar no ME] (ENTREVISTADO 3).

Mesmo com a queda do poder dos militares, as condições gerais do país exigiam grandes mudanças. Assim, a população se organizou para exigir seus direitos. A década 1980 apresentou uma intensa manifestação dos diferentes movimentos sociais e populares do país. A luta coletiva colocava a necessidade da participação de todos e, assim, os estudantes passaram a ocupar os CAs e DAs para participarem e se envolverem com alguma luta social e neste caso, a luta estudantil.

“A motivação deveu-se às manifestações em defesa da democracia e da justiça social” (ENTREVISTADO 4).

Com melhores condições de organização, o MESS conseguiu organizar os ENESSs, sendo este um espaço essencial para o debate dos estudantes de Serviço Social em nível nacional. Os espaços de encontro representaram um meio de aproximação entre as bandeiras de luta, de articulação e de envolvimento com as questões que tangem a discussão da formação profissional. Sendo assim, podemos perceber que a participação nesses encontros motivou o engajamento de muitos estudantes.

“Quando eu entrei na escola, nós estávamos saindo da ditadura, eu não peguei aquela parte da ditadura pesada, quem pegou foram três, quatro turmas antes de mim. Então quando nós chegamos já estavam acontecendo alguns encontros de estudantes. Eu participei do ENESS em Salvador (II ENESS)... que eu fui sentir o que era o Serviço Social. Quando vi o Brasil todo... conversávamos muito. Voltei e comecei a participar das reuniões, só que nós não tínhamos CA. A organização da UFES era através DCE, tinham os diretórios regionais” (ENTREVISTADO 5).

“Minha inserção no movimento estudantil, inicialmente limitava-se à participação nos eventos realizados no curso, seguido da representação dos estudantes do Curso no Colegiado do Departamento. Depois assumindo a representação dos estudantes de Serviço Social latino-americano e compondo a Junta Diretiva da ALAETS (Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social), a diretoria do Centro Acadêmico e também a diretoria do DCE” (ENTREVISTADO 4).

Muitos brasileiros se mobilizaram em busca da democracia através de movimentos sociais, entidades de classe, associações e outras organizações. Esta mobilização resultou no Movimento “Diretas Já”, que propunha a democratização do Estado brasileiro, via o restabelecimento das eleições diretas para presidência da república. Militantes do MESS antes de chegarem ao curso de Serviço Social participaram dessas manifestações junto a outros movimentos sociais, como partidos políticos, movimentos religiosos, secundaristas, entre outros.

“[...] eu tive uma militância, uma militância no campo religioso eu comecei muito cedo, isso foi em 82, 83, um movimento importantíssimo, era um grupo de jovens que embora tivessem um nível de politização, ninguém tinha uma militância no campo da política... no campo da política partidária, muito menos, mas eram muito politizados então, os mais maduros, nessa época eu tinha 13, 14 anos, ainda imaturos, e os mais maduros levavam documentos interessantes, eu tive essa militância que foi um marco na minha vida importantíssimo no sentido da definição de uma postura de uma convicção ideológica, isso começou nesse momento quando eu optei pelo serviço social que foi uma opção consciente, embora ingênua, mas muito consciente, ingênua no sentido de que eu tinha o entendimento de que através do serviço social eu poderia interferir na realidade interferir na realidade aparente, que era a pobreza, era bem aquela idéia mesmo de

ajudar os mais pobres, era uma convicção importante para mim, quis fazer exatamente esse curso [...]” (ENTREVISTADO 10).

Impulsionado por esse contexto e por toda a mobilização geral vivida no país, o Serviço Social se encontrava num momento de afirmação do projeto de profissão comprometido com a classe trabalhadora, assumindo a defesa dos direitos sociais e a dimensão política da profissão. Uma expressão desse movimento foi a aprovação do Código de Ética de 1986, além da ênfase da participação junto aos movimentos sociais, e a aprovação do currículo de 1985.

Os estudantes da UFES participaram desses debates. E essas mudanças, tanto conjunturais quanto no Serviço Social, interferiram na realidade interna dos estudantes. Desse modo, mesmo com contatos esporádicos com o Movimento pelas Diretas, situações vivenciadas no âmbito da universidade, como o processo de mudança de currículo também levou os estudantes a participarem no MESS da UFES.

“[...] eu não tinha militância não. Participava assim... questão da campanha pelas diretas, manifestações que existia, a parte do movimento estudantil, quer dizer, além do ME. [...] Um dos fatores principais {para militar no MESS, foi o fato da minha turma ser a primeira turma de um currículo novo, currículo que tinha sido aprovado... a minha turma a gente chamava de cobaia, então a gente aprendeu a brigar muito cedo em função disso, tudo estava sendo testado com a minha turma a gente tinha que realmente que brigar, fazer valer pelos direitos, e o CA foi uma consequência em função de situação, dessa realidade” (ENTREVISTADO 6).

Logo, a militância foi uma alternativa para reivindicar pela qualidade na formação profissional dentro da nova proposta curricular. Era um momento em que existia um discurso no curso de Serviço Social de estímulo à militância. Para tanto, os estudantes veteranos na militância foram atores importantes em suas estratégias de renovação de quadros. Seja através de recepções a calouros, em assembleias de estudantes, em debates e até mesmo por um convite particular para participarem dos debates, das discussões e se integrassem ao CA. Assim, algumas lideranças observavam estudantes que atuavam como facilitadores, que incitavam a participação dos estudantes em diversos espaços. Assim, os entrevistados se referem a essas lideranças como “guias” ou “mentores”.

“As lideranças “guias”, geralmente de períodos mais adiantados do curso, convidavam para reuniões nas quais provocavam a problematização e a reflexão sobre a realidade – social e a do curso –, estimulando o engajamento político” (ENTREVISTADO 3).

“[...] assim que entrei nos tínhamos aqui no curso um mentor, eu diria, um caçador de militantes, um amigo, amigo até hoje [...] Ele já era mais velho na época, ele militava no partido, no PT, e ele saía à caça realmente das pessoas que seriam potencialmente importantes para o movimento, e ele nos convidava para gente para fazer parte das discussões, para integrar o CA, discutir fora da universidade, tinha grupos de discussão, grupos de estudos. E na verdade eu gostava muito da militância política, partidária em especial e o ME, eu coordenei o CA não foi bem por uma opção, porque eu queria a coordenação do CA, faltava quadros, como sempre e foi uma questão meio imposta, eu também não me lembro bem como isso se deu exatamente, não me lembro exatamente o período, mas foi nesse sentido que se deu a minha inserção” (ENTREVISTADO 10).

“Havia muitas reivindicações a serem feitas no curso de Serviço Social e o Movimento Estudantil era o único espaço que tínhamos. Houve por parte dos integrantes do CA da época uma sensibilização junto aos calouros. Minha inserção se deu a partir dessa sensibilização; comecei participando de reuniões do CA e depois acabei na diretoria” (ENTREVISTADO 7).

A década de 80, reconhecida pelo intenso movimento pela redemocratização, finaliza com a aprovação da Constituição Federal de 1988. Foi um momento de forte crença nas mudanças através das lutas sociais. E a constituição, ao incorporar os direitos sociais, se transformou em importante instrumento de luta pela cidadania, pela efetivação da cidadania recém-conquistada. Os estudantes contagiados em meio à conjuntura de lutas sociais passam também a se sentirem motivados a engajarem-se no MESS, debatendo junto aos profissionais as formas concretas de proporcionar tais mudanças através de tais leis em prol da população.

“A motivação já existia pela militância. E também pelo fato de que é necessário participação para haver qualquer mudança. Nós calouros fomos recepcionados pelo grupo que participava do CALSS e eles falaram sobre coisas que eu me interessei. Como se as palavras entrassem em nós e fizesse vontade e garra” (ENTREVISTADO 8).

Todavia, a década de 1990 se apresentou contraditória em relação à década anterior. A força dos movimentos sociais já não era a mesma e o ideário neoliberal se fortaleceu, contrapondo-se à proposta da Constituição de 1988. Mas, apesar da conjuntura desfavorável, o ME e outros movimentos sociais, mais uma vez, se apresentaram à sociedade brasileira para depor um governo claramente corrupto. A campanha “Fora Collor” levou a sociedade brasileira novamente a se manifestar.

Diversos grupos participaram desse momento e militantes do MESS - UFES se recordaram de sua participação ainda no Movimento Estudantil Secundarista. O exercício vivido no movimento secundarista levou ao envolvimento em mobilizações, lutas, as quais levaram a inserção no MESS.

“Eu sempre fui muito interessada pelo ME, na época que eu fazia 2º grau eu também fui do ME, mas uma coisa muito tranqüila, muito simples, eu acho que não teve um motivo específico pelo qual eu entrei, acho que foi mais por uma característica pessoal minha, de me envolver [...]” (ENTREVISTADO 11).

“[...] quando eu fui pro ensino médio, foi exatamente o período Fora Collor, em 92... participei do movimento Fora Collor também no movimento secundarista e depois na Universidade foi um processo meio automático. Então já tinha uma sensibilidade para a participação política pelo movimento estudantil [...]” (ENTREVISTADO 12).

Nesse momento as CEBs apresentaram uma consolidação do movimento construído em décadas anteriores. A Igreja conquistou uma ampla articulação popular, que se fortaleceu com os movimentos de bairro e de juventude. Experiências vividas nestes movimentos estimularam seus militantes a ingressar no curso de Serviço Social e, conseqüentemente, assumiram a militância no MESS.

“Comecei a participar da Pastoral da Juventude, com 13 anos de idade (1992), quando a igreja ainda era ligada as chamadas Comunidades Eclesiais de Base/Teologia da Libertação e ainda tinha forte influência dos movimentos sociais da década de 80” (ENTREVISTADO 14).

“Eu já tinha um histórico de militância política [...] Bem jovem, eu participava da pastoral da juventude, a gente tinha a PJMP em Carapina, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, então quando a gente entrou no Serviço Social e o nosso Centro Acadêmico estava fechado, as estudantes saíram, formaram, então estava fechado o Centro Acadêmico. Então quando a gente entrou a gente praticamente reativou o centro acadêmico” (ENTREVISTADO 12).

“Eu participei, desde os 16 anos da Igreja Católica, eu participava das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base e da PJ no meio popular [...] Eu fui representante por um bom tempo, depois eu fui representante da PJ na Arquidiocese de Vitória, a gente coordenava mais ou menos 50 paróquias [...] Eu participava de muitos movimentos, eu fui da Federação da Associação de Moradores [...] fui do Conselho Municipal de Turismo representando a Federação, fui diretor da Associação de Moradores do meu bairro, mesmo antes de entrar na UFES, por 2 ou 3 mandatos. Então a minha inserção foi por causa dessas vivências que eu tive” (ENTREVISTADO 13).

O MESS na UFES viveu a partir de meados da década de 1990, as mudanças que ocorriam tanto no ME nacional quanto na categoria dos assistentes sociais. A

aprovação do Código de Ética de 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão e das Diretrizes Curriculares de 1996 foram pautas de muitos debates naquele momento. Vale frisar que, nesse momento, é possível notar uma mudança no que diz respeito à substituição do militantismo pela afirmação do espaço profissional como espaço político. Nesse sentido, a categoria reconhece o espaço institucional também como espaço de intervenção, tangenciado pela dimensão política, que proporciona o cumprimento dos princípios ético-político profissionais.

Outro espaço de participação política que motivou a militância no MESS foi o partido político. Podemos perceber através das falas dos entrevistados que um dos fatores motivadores para a militância no ME foram a influência e a inserção nos partidos políticos ligados à esquerda.

“[...] minha primeira aproximação com um grupo político ligado à esquerda no município de Viana onde eu morava. Este grupo tinha gente ligada a sindicatos, grupos de trabalhadores rurais, movimento popular, gente comum que se organizava no bairro para obter água, luz, merenda na escola, melhorias no posto de saúde, trabalho... Daí, comecei a participar das discussões políticas de forma mais organizada, indo em reuniões que se davam dentro e fora do espaço da igreja. Participava de decisões, lia documentos. Quando percebi, minha “militância” acontecia organizada dentro de uma linha programática de partido – O PT, no caso, que tinha muito ligação com a Igreja e as lutas dos movimentos sociais. Com o tempo, fui amadurecendo algumas questões pessoais e ideológicas [...] tenho certeza que aquela participação, a forma como se deu, as coisas que eu vi, foram fundamentais para eu ter algumas convicções com relação à necessidade de organização política – o que acabou se refletindo na minha organização, bem mais tarde, também no ME” (ENTREVISTADO 14).

A participação tanto nos partidos políticos quanto nas Igrejas e demais organizações coletivas era clara entre os militantes do MESS. A construção do olhar coletivo, que valorizasse o engajamento político e na luta social, expressa uma influência significativa para a decisão pela militância no MESS. Quando esta vivência não acontecia anteriormente, o desafio do curso e da universidade em estimular o envolvimento e a participação em espaços como o MESS era muito maior, uma vez que o engajamento e o processo de formação dos sujeitos sem militância anterior precisou começar da estaca zero, ao contrário dos outros estudantes.

“[...] porque eu acho que quem entra na universidade e não tem uma vinculação, com algum movimento anterior ou partido político, a verdade não é suficiente pra despertar a questão da participação. Muita gente que a gente se relacionava que tava no próprio CA ou no DCE, eram pessoas que

já tinham uma sensibilidade pra isso, seja na participação social em qualquer aspecto, seja na Igreja, ou em alguma pastoral, enfim, a gente sempre percebeu isso, pessoas que já tinham uma prática de participação política, uma participação social em alguma coisa [...]” (ENTREVISTADO 12).

É notório que o engajamento político anterior ao ingresso na Universidade é um elemento que inspira a escolha pela profissão, por se enxergar no curso a possibilidade de intervir na realidade, de desenvolver uma ação transformadora da realidade social. A formação profissional do assistente social, ao estimular o engajamento e o compromisso político com os usuários dos Serviços Sociais e as lutas dos trabalhadores, se encontra com as concepções políticas anteriores, fortalecendo, assim, a importância da militância da participação política no processo de formação e na consolidação do projeto profissional hegemônico.

4.2 - As forças políticas e movimento estudantil

Enquanto movimento de caráter político é intrínseco ao ME, tanto em sua expressão geral quanto de área, a atuação de grupos políticos organizados, já caracterizados neste trabalho como grupos vinculados a partidos políticos, grupos chamados de teses e grupos ligados a movimentos religiosos.

Na trajetória do ME brasileiro, a atuação de diversas forças políticas é observada através da atuação de partidos políticos que organizavam sua intervenção no ME em torno do projeto societário²¹ que defendiam. Dentro do ME, especificamente, a expressão dos partidos políticos de esquerda pode ser considerada hegemônica, se levarmos em consideração a relação desse movimento com forças políticas oriundas do PC do B, PCB, PT, PSTU, entre outros partidos de esquerda.

A atuação em grupos políticos ligados aos grupos religiosos caracteriza-se, sobretudo, na influência dos movimentos da Igreja Católica, principalmente as Comunidades Eclesiais de Base.

“As forças se organizavam em torno de diversas posições políticas vinculadas à Igreja Católica, em seu lado progressista, identificada com as causas sociais e populares” (ENTREVISTADO 4).

²¹ Concepção, modelo de sociedade a que se destina a ação dos sujeitos.

As teses são grupos que se organizam em torno de um projeto comum, bandeiras de luta e propostas de intervenção para um determinado movimento.

A esse respeito, deve-se considerar que apesar de agregarem estudantes sem vinculação partidária ou sem vinculação a outro movimento social, as teses expressam, de maneira direta ou indireta, não só as propostas de um coletivo de indivíduos no ME, mas as propostas de um projeto político²² de maior alcance, englobando e ao mesmo tempo, ampliando as especificidades das lutas do ME.

No interior do MESS, essa relação não se dá de maneira diferenciada. A presença dos partidos políticos foi algo bastante evidente no processo de formação de grupos e permeou, direta ou indiretamente, a leitura conjuntural, os métodos de intervenção e a relação entre as entidades.

Cabe ressaltar que não se trata de excluir dessa análise aqueles sujeitos militantes que não possuíam alguma vinculação orgânico-partidária, mas de fazer uma análise de maior profundidade política e menos ingênua sobre essa relação que sempre foi evidente e forte.

No ME da Escola de Serviço Social, na década de 1960, apesar de toda repressão promovida pela ditadura militar, era marcante a presença do PCB, além de outras pequenas tendências, tal como descreve uma militante da época.

“[...] a hegemonia da esquerda era do Partido Comunista. Aí algumas tendências da Ação Popular, [...] tinha o Partido Comunista, o PC do B, que pegava mais à esquerda e depois no final dos anos 60, início dos anos 70, eu saindo da escola, começa a constituição da Ação Popular, AP. Mas era principalmente o Partido Comunista” (ENTREVISTADO 1).

No decorrer da década de 1970, sobretudo em seu final, com o enfraquecimento da ditadura, algumas forças políticas ganharam maior expressão. A década posterior foi marcada pela pluralidade de movimentos e tendências políticas.

A questão partidária estabeleceu uma outra clivagem que passava a referenciar as disputas no interior do movimento estudantil. O congresso de refundação da UNE em 1979 explicita o conjunto de tendências políticas

²² “Conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2002, p.165)

que atuavam no movimento, bem como a polarização que se processava entre essas forças. As disputas em nível nacional imediatamente se reproduzem no plano interno da Ufes. O Movimento Estudantil torna-se, então, o veículo através do qual, um sem número de tendências e microorganizações de esquerda chegam ao Espírito Santo. A partir daí, denominações como Centelha, Refazendo, etc, junto com a Unidade, passam a orientar os embates políticos na Universidade (NETO, 1996, p.163).

“[...] tinha na UFES, com muito peso, o MDB, que era o PCB clandestino, [...] e tinha algumas organizações pequenas, clandestinas que depois vieram a compor o PT, eu, por exemplo, aí por 77, a partir do momento que eu comecei a militar na Serra, nas comunidades eclesiais, eu convivia muito com os dois lados. Nas comunidades eclesiais de base, o grupo que eu mais convivia era o MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado, o grupo tinha formado em 1976, com outro nome, depois virou MEP, ficou clandestino, entrou no PT com esse nome, ainda clandestino, depois fundiu com a OCDP que é a antiga APNL, e a ala vermelha que era uma dissidência do PC do B, essas formaram o MCR, que depois virou força socialista, hoje é APS, Ação Popular Socialista [...] Então tinha o MEP, tinha o grupo que se organizava, e o nome da corrente estudantil era Caminhando, do MEP, tinha a Centelha, que era da corrente que hoje é a DS, tinha a APML, que eu não me lembro o nome da corrente estudantil, e tinha LIBELU, Liberdade e Luta [...]” (ENTREVISTADO 2).

O ME no curso de Serviço Social caracterizou-se no início da década de 1980 pelo embate entre as forças políticas do PT e PCB, sendo que o primeiro conseguiu, com o tempo, aglutinar a maioria dos quadros. A partir da metade da década, o PT torna-se hegemônico e mantém-se como uma importante influência até os dias atuais.

“No Serviço Social [...] acho que é importante registrar as grandes lideranças que formavam os dois campos, do lado do PCB era K., G., B., L.. Essas eram todas de uma turma, na minha cabeça, era a turma do 3º período, [...] Na outra ponta tinha Jaqueline que foi uma das grandes lideranças do ME, ligada ao PT, na época, a OCDP, que era ex-APNL, a C., que tinha uma certa influência [...] da DS, a A., a N.” (ENTREVISTADO 2).

“O PT era hegemônico no movimento estudantil da UFES e no serviço social. Mas havia militantes do PC do B e os chamados “independentes”, com um discurso francamente anti-partidário e de forte preocupação com as questões locais, internas à universidade (como se fosse possível separá-las do debate mais geral sobre a educação pública no Brasil). As disputas, em geral, se davam em torno das lutas a serem encaminhadas, mas acredito que o principal embate envolvia o modelo de organização e de processamento das discussões. As forças políticas ligadas ao PT, naquele momento, tinham uma atitude de maior enfrentamento, de privilegiar o combate direto, o enfrentamento direto com manifestações de rua, assembleias, ocupações, tinham a prática do debate coletivo, preferindo as negociações pouco transparentes e acordos entre lideranças sem consultar os estudantes. Era uma postura pouco conciliatória e que apostava na força das mobilizações de diversos movimentos sociais na construção de um outro projeto de país e, em especial, na construção de um outro projeto de educação” (ENTREVISTADO 9).

Na década de 1990, com um processo crescente de despolitização na sociedade, o ME passou por um processo de retração da militância, no entanto continuava evidente o embate entre os grupos políticos. No âmbito do ME geral, a disputa polarizava-se entre PC do B, as diversas tendências do PT e o PSTU. Cabe ressaltar que apesar de não manterem um processo linear de alianças, as diversas tendências do PT e o PSTU sempre se colocaram numa condição de oposição à política implementada pela UJS/PC do B, seja na UNE, no DCE ou no MESS. Vale destacar também que já no início dos anos 2000, o PSTU rompeu as alianças com o PT, passando a fazer oposição frontal ao partido.

“[...] o DCE era PC do B majoritário, depois a gente entrou aí a DS também cresceu um pouco, a AE cresceu, Força Socialista acho que não tinha nada ainda, depois começou a ter também, e o PSTU. O PSTU sempre teve muita força, só que a gente sempre tinha um acordo bom com o PSTU aqui no DCE” (ENTREVISTADO 13).

No ano 2000, a UFES indicou um representante do CALSS para compor a Representação Estudantil na ABEPSS, tal indicação teve como pano de fundo o embate entre forças políticas no interior do MESS nacional, tal como descreve uma militante.

“As questões políticas com o grupo do PC do B se acirraram na organização do Seminário e considerando o objetivo do mesmo, a Região V precisava de indicar um nome para representação estudantil em ABEPSS, que teria uma gestão de dois anos. O grupo do PC do B não era ligado a nenhuma das teses do MESS. O que existia por parte deste grupo era uma necessidade e uma orientação para ocupar os espaços que podia nos MEs de área para fazer crescer seu grupo político (UJS) e esta orientação incluía também o MESS. O referido grupo tinha respaldo até de políticos que usavam a máquina da Universidade, apoiado sempre pela reitoria. Lembro que na época as discussões não giravam em torno dos partidos, como hoje, no MESS” (ENTREVISTADO 14).

“Acreditávamos que organização partidária poderia fazer parte da escolha de qualquer pessoa, contudo o que queríamos discutir era um projeto de formação profissional, de formação acadêmica que defendesse o Projeto Ético-Político da profissão, primordialmente. A disputa entre nós e o grupo do PC do B era nessa direção: se eles ocupassem a vaga da ABEPSS, poderia ser um espaço para fazer crescer o grupo da UJS e não as discussões do MESS. Deste modo a UFES e o CALSS colocou-se à disposição do MESS para indicar um nome até o ENPESS/Brasília (2000), para ser representante discente na ABEPSS” (ENTREVISTADO 14).

Os partidos políticos de esquerda tanto na categoria quanto no ME têm essa força por se colocarem como portadores de projetos políticos societários de transformação, que disputam a hegemonia no interior da sociedade, o que também

explica a presença hegemônica das forças de esquerda nas disputas dessa categoria, uma vez que a mesma construiu seu projeto profissional hegemônico pautado na construção de uma outra ordem societária.

Verificamos a importância dessa discussão por considerar que a presença de diversas forças políticas não se traduz apenas na disputa pela hegemonia dentro do movimento estudantil, mas também como disputa de um projeto de sociedade e um projeto de profissão.

Também é importantíssimo ressaltar que categoria profissional dos Assistentes Sociais, desde os anos 60, coloca-se como uma categoria estratégica a ser disputada por essas forças, uma vez que aglutina profissionais que lidam diretamente com parcelas da população vitimadas pelas mazelas da sociedade capitalista.

4. 3 - O debate de formação profissional do MESS na UFES

A relação entre o debate de formação profissional e a ação do MESS constitui-se, em nível nacional, numa relação de construção coletiva da formação profissional da categoria dos assistentes sociais, através das discussões e encaminhamentos dos encontros nacionais de estudantes e na participação estudantil em entidades da categoria, como a ABEPSS.

Em nível local, essa relação também foi estabelecida no sentido da participação do ME como sujeito ativo na construção da formação profissional, aparecendo nas discussões sobre reforma curricular, estágio e sobre o projeto ético-político profissional.

Cabe ressaltar também a atuação sempre presente junto aos movimentos comunitários, considerada como uma marca importante da formação profissional até a década de 1980.

Na década de 1960, na Escola de Serviço Social de Vitória, a atuação do ME se deu através da luta pela conquista de espaço para representação estudantil nas

entidades da categoria, do trabalho com associações de moradores, na reivindicação em torno do aumento da carga horária da disciplina “Comunidade”, implementação da disciplina “Planejamento” e a adoção de uma bibliografia mais crítica, próxima à literatura latino-americana.

“[...] uma grande luta foi de botar os estudantes de Serviço Social nas entidades da categoria que por que o estudante de Serviço Social ele não participava do encontro de ensino de Serviço Social. Inicialmente a assembléia da ABESS era só formada pelos diretores das escolas.

“[...] uma outra questão que os estudantes também apoiavam, era também por que nós éramos do CRESS de BH, não era CRESS aqui. Então foi toda uma luta pra criar uma delegacia e depois então separar e criar um Conselho Regional e os estudantes então participavam disso, desse apoio mesmo indiretamente.

“[...] da inclusão da disciplina de planejamento, aumento da carga horária da disciplina de comunidade, era pra ampliar a adoção de bibliografia latino-americana, bibliografia mais crítica, nesse modelo” (ENTREVISTADO 1).

O final da década de 1970 e a década de 1980 marcam a preocupação dos estudantes com uma ruptura com o Serviço Social tradicional, na perspectiva de construir um projeto de profissão comprometido com a classe trabalhadora e com a transformação social. Essa concepção fica bastante explícita na fala dos entrevistados.

“Então é um pouco isso que era a discussão profissional. Como não ser pelega, como não ajudar o governo, como não ficar do lado da ditadura, como não ajudar o capitalismo” (ENTREVISTADO 2).

“Estávamos interessadas na mudança do “status quo” e queríamos também a mudança e a emancipação política e acadêmica. As idéias e propostas difundidas pelo movimento de reconceituação do Serviço Social serviram de inspiração e nos deram os argumentos de que precisávamos. [...] Sob a influência de Paulo Freire defendíamos métodos e técnicas para o agir profissional comprometido com a emancipação da classe trabalhadora – a partir do conhecimento popular, da realidade vivida da experiência concreta para problematizar os elementos desse conhecimento, dessa realidade e dessa experiência que impediam uma visão mais crítica da realidade. Queríamos e sonhávamos com a ruptura da visão fatalista, mágica, com o comodismo, a baixa crença na organização e na capacidade política das massas populares. Achávamos que o curso de Serviço Social podia e deveria nos preparar para por em prática o nosso querer, o nosso sonho” (ENTREVISTADO 3).

“O debate sobre a formação profissional nos final dos anos 1970 é permeado pelas discussões que se contrapunham ao Serviço Social tradicional, expressos pelo movimento de reconceituação cujo fundamento baseava-se no comprometimento da referida formação com as transformações sociais. [...] A da formação profissional engajada, cuja perspectiva era a de atuar para transformar” (ENTREVISTADO 4).

“O Serviço Social de caso não era considerado, grupo muito pouco e o show era comunidade, a maioria dos estágios era comunidade o enfoque é político, no sentido coletivo” (ENTREVISTADO 5).

Cabe ressaltar também o engajamento dessa geração nas discussões a respeito da reformulação do currículo

“[...] nós realizamos um seminário pra reorganização do currículo do curso de Serviço Social, e eu acho que essa foi a primeira reforma curricular do nosso curso que só veio a ser oficializada, se não me falhe a memória, em 82 [...]” (ENTREVISTADO 2).

“Nesse cenário, a luta do ME-SS (sic) era para que a formação não fosse descolada da realidade concreta, das condições de existência social e econômica do usuário dos serviços sociais e de que o enfoque da intervenção profissional não ficasse centrado à abordagem do indivíduo, ignorando-se as condições do meio – sociais, políticas e econômicas – e a insuficiência da vertente assistencialista. Repudiávamos o conservadorismo, a influência norte-americana e européia e queríamos um Serviço social contemporâneo do seu tempo, antenado com a realidade dos povos latino-americanos, comprometido com as reivindicações da classe trabalhadora, engajado com a transformação social, etc.” (ENTREVISTADO 3).

Destaca-se nesse período, a influência do pensamento de Paulo Freire na formação profissional, apesar do mesmo ser considerado uma leitura subversiva pela Ditadura Militar e, conseqüentemente, visto com maus olhos pela Universidade.

“[...] uma das literaturas mais utilizadas nesse período, mais estimuladas, mais avançadas, eram os livros de Paulo Freire, que a gente tinha que ler, que carregar debaixo do braço com capas escuras pra que ninguém visse o que a gente tava lendo porque existia um serviço de informação e repressão coordenado por um senhor que eu nunca conheci nem quero conhecer chamado A. M., e para onde iam os nomes de todos que eram suspeitos de subversão e se nos vissem lendo Paulo Freire, nós iríamos pra lista dos subversivos da universidade” (ENTREVISTADO 2).

Em meados dos anos 80, com o currículo novo em vigor, foi bastante evidente as discussões e reivindicações estudantis em torno da política de estágio. Os estudantes alegavam que os campos e o modelo de supervisão ainda não contemplavam a proposta crítica do novo currículo. Era necessário que o estágio cumprisse o seu papel de articulador de teoria e prática, que a formação oferecesse subsídios para a atuação nos campos e que estes se consolidassem como espaços mais qualificados para a reflexão da realidade.

“[...] a preocupação que me parecia central era com uma política de estágio que pudesse efetivamente garantir uma experiência profissional adequada ao novo projeto profissional, ou seja, campos em que a experiência de compromisso com os usuários, de garantia de direitos e participação pudesse ser vivida” (ENTREVISTADO 9).

Nos anos 90 o MESS organizou, em nível nacional, um espaço de discussão que privilegiasse o debate da formação profissional. Esses espaços se colocaram também em nível local como grandes aglutinadores de demandas, discussões e encaminhamentos relacionados à formação e à profissão como um todo. Os estudantes engajaram-se também nas discussões sobre as diretrizes curriculares e sobre uma nova reformulação de currículo que, na UFES, aconteceu apenas em 2002.

“A gente tinha essa preocupação, que o currículo realmente desse subsídios pra gente atuar, a gente questionava algumas questões do currículo já pensando na questão da formação profissional, isso era uma coisa que era presente” (ENTREVISTADO 11).

“Nós promovemos no CA vários debates via CA, sobre essa questão do currículo, quando os alunos reclamavam de determinadas disciplinas, a gente encampava o debate e levava pro departamento...” (ENTREVISTADO 13).

“Acho que era pela afirmação das diretrizes, como elas tinham sido aprovadas muito recentemente [...] então a gente discutia muito essa necessidade de que os currículos tivessem de acordo com as diretrizes que foi a conquista de todas as instituições da categoria e conseguiu consolidar nas diretrizes, mas a gente percebia que não era uma questão que conseguiu ser levada a cabo por todas as escolas, faculdades, acho que aquilo que foi uma questão central” (ENTREVISTADO 12).

Destacamos que a formação profissional, sobretudo a diretriz curricular proposta, pode também ser considerada como um agente impulsionador da militância, uma vez que os debates em torno da formação profissional colocam, a todo o momento, elementos de uma análise crítica da realidade, da importância dos movimentos populares, da participação política e organização da categoria. Logo, o ME era visto por alguns estudantes como o espaço para concretização desse anseio de luta e participação.

Percebe-se, dessa forma, que a ação do MESS sempre esteve vinculada ao pensar da formação profissional da categoria. Desempenhou um importante papel na ruptura com o projeto de profissão conservador, através de sua organização,

inserção nos espaços de discussão e articulação com as entidades da categoria. Impulsionou junto aos estudantes a discussão a respeito da revisão curricular, elaborando propostas que aglutinavam os anseios do coletivo dos estudantes para a formação profissional.

A ação do MESS coloca-se ainda como importante na consolidação do Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social, em sua articulação com as entidades da categoria, na participação das discussões de elaboração do Código de Ética de 86 e, posteriormente, na sua reformulação e na discussão das novas diretrizes curriculares.

Cabe ressaltar também o papel desempenhado pelo MESS na recusa dos processos de avaliação de curso impostos pelo MEC, especialmente nas discussões sobre o Provão, em que o MESS na UFES se colocou como um dos articuladores do Plebiscito do Provão na universidade e, no ano de 2004, foi o grande articulador do Boicote ao ENADE entre os cursos de Serviço Social do Espírito Santo.

4. 4 - O Movimento Estudantil e o Projeto Profissional do Serviço Social

A discussão da relação entre formação profissional e movimento estudantil sempre esteve permeada pela discussão acerca do projeto de profissão da categoria. Considerando que o projeto profissional do Serviço Social expressa a direção sócio-política da categoria, e que este é influenciado pela conjuntura de um determinado período histórico, a discussão acerca do projeto de profissão está também vinculada à ação do ME e à direção da formação profissional.

Na escola de Serviço Social, na década de 1960, faz-se referência à um movimento estudantil engajado na luta pela consolidação da institucionalização da profissão, pelo reconhecimento acadêmico e a construção de um referencial mais crítico, pautado na realidade brasileira.

“Na época era o projeto de profissionalização do Serviço Social, de cientifização, era aquela coisa de criar um Serviço Social teórico, era o início, a gênese disso [...]” (ENTREVISTADO 1).

Dessa forma, diferentes projetos de profissão estiveram em disputa na trajetória do Serviço Social. Esse confronto de projetos é facilmente identificado através das falas dos militantes das décadas de 1970 e 1980, quando a ação do movimento estudantil esteve vinculada, prioritariamente, ao rompimento com o projeto profissional conservador e com a construção de um projeto profissional pautado na transformação societária e atrelado aos interesses da classe trabalhadora. Cabe ressaltar que é presente também nesse momento a idéia de um militantismo profissional, característico de um período de lutas pela redemocratização do país e de efervescência dos movimentos sociais.

“Eu acho que era a idéia, num primeiro momento da idéia de um Assistente Social do lado do oprimido. Esse foi o debate central, uma ação profissional comprometida com a classe explorada, com os trabalhadores, na suas diversas instituições, tinha uma idéia de que era preciso conscientizar. Era pra fazer conscientização através da prática profissional...” (ENTREVISTADO 2).

“No E.S, na UFES, ao projeto de emancipação alinhado à perspectiva teórica que enfatiza a complexidade da realidade e de que numa sociedade como a nossa (capitalista, desigual e excludente) o Assistente Social deve ser um partícipe – ativo e militante – do processo de mudança e de transformação social, que age e se move a partir e na direção do fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora/popular” (ENTREVISTADO 3).

Fica claro também, na fala dos militantes de tal período, a contradição existente entre a defesa do profissional engajado, militante e a prática cotidiana, pois não se enxergava nas instituições o espaço para implementação da ação transformadora que tanto pretendiam.

“O movimento estudantil vinculava-se ao projeto de profissão comprometido com as questões sociais e populares. O ME da época acompanhava os movimentos sociais, participava de manifestações em defesa das organizações populares e contra o autoritarismo ainda presente nas administrações municipais que reprimia as estratégias de sobrevivência utilizada pela população pobre e residente na periferia”. (ENTREVISTADO 4).

“[...] na turma anterior tinha uma turma que achava que não tinha trabalho do Serviço Social na instituição, aquele assunto da negação do trabalho institucional, tipo você quer ser militante, você tinha que fazer um trabalho fora. Na instituição não tinha condição de fazer, principalmente o grupo da IESBEM, antiga FEBEM que trabalhava com meninos infratores, hoje IASES. Tinha um grupo mais radical que achava que o Serviço Social ia fazer revolução num outro momento. E tinha um grupo que achava que tínhamos que começar com a tal das brechas dentro da instituição, muitos estudantes se engajavam no movimento popular [...]” (ENTREVISTADO 5).

“Havia uma confusão de Serviço Social com militância política, partidária que Serviço Social dentro da instituição, ele teria, estaria, estaria sempre a serviço do capital, então nesse momento, a gente, encontra vias possíveis do Serviço Social se colocar a favor dos trabalhadores, mas que se assumisse como uma profissão que também estava a serviço do capital, remunerado pelo empregador. Então resolver essa ambigüidade, eu acho que esse momento era essa a questão central, de assumir esse papel de intelectual orgânico, de profissional a serviço da classe trabalhadora, tanto a emancipação, sempre assumindo que esse profissional está inserido no mercado de trabalho, dentro de um contexto capitalista” (ENTREVISTADO 10).

As afirmações desses militantes expõem o quanto o projeto de formação profissional expresso no currículo de 1985, bem como no Código de Ética de 1986, ressaltava o compromisso com as lutas da classe trabalhadora como parte da atividade profissional. Nesta proposta, para ser assistente social, o engajamento em movimentos sociais se colocava como um imperativo para o exercício de todo o potencial transformador da prática profissional.

O fato inegável é que após um processo de luta coletiva pela conquista de direitos, consolidados na Constituição Federal de 1988, o ME e também o Serviço Social passam a debater a conjuntura e suas influências, tanto no cotidiano profissional quanto na formação acadêmica. Dessa forma, em 1993 a categoria aprovou o novo Código de Ética Profissional, o qual não desconsiderou os avanços do Código de 1986, mas apresentou maior maturidade quanto à perspectiva organizativa, política e ética do Serviço Social. Além desses documentos, a profissão ainda contou com a Lei Nº 8662/93 que regulamenta a profissão.

A partir da década de 1990, já se percebia que a ação do ME se vinculava à consolidação do projeto profissional construído nas décadas anteriores, o que pode ser notado nas falas dos militantes.

“Embora entre o PDP e a EQM houvessem as divergências que citei, ambas as teses defendiam o Projeto Ético-Político hegemônico (Marxista) no MESS” (ENTREVISTADO 14).

“Eu acho que é essa discussão do projeto ético político mesmo, eu acho que não tinha distância não, a gente queria assim o melhor para o país, o melhor para profissão, mas o objetivo final não era só o melhor para profissão” (ENTREVISTADO 13).

“[...] o projeto profissional era um projeto de transformação social, e eu acho que o serviço social nesse momento, ele assumia esse projeto para si

embora não fosse a única via, mas eu acho que era hegemônica no sentido de toda questão teórica, de todo material que se lia, estudava, e certamente era esse o projeto de profissão que todas, que o movimento, aquelas pessoas que estavam no movimento estavam claramente inseridas. Nós Nesse momento ainda estávamos tentando encontrar aquelas saídas que permitissem um Serviço Social factível, realizável, que superasse os erros, os erros do serviço social do passado, que achavam que Serviço Social dentro instituição era inviável” (ENTREVISTADO 10).

A ação do ME, sempre esteve orientada ao direcionamento político da categoria, exercendo um papel fundamental no que diz respeito ao questionamento das práticas tradicionais e à luta pela adoção de uma perspectiva crítica.

A inserção do MESS nas discussões de elaboração dos marcos normativos da profissão, bem como a articulação da ENESSO com as outras entidades da categoria (Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS), estabelecem-se no sentido de fortalecer o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social.

A defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade e do tripé ensino, pesquisa e extensão nas universidades, além de se consolidarem como princípios do MESS, colocam-se ainda como importante elemento na afirmação da dimensão investigativa da profissão. Isso reafirma a importância da produção de conhecimento no âmbito acadêmico, proporcionando também um suporte para a intervenção profissional e leitura da realidade.

4.5 - A contribuição da militância no MESS para a formação e prática profissional dos Assistentes Sociais

No que diz respeito à avaliação e a contribuição da militância para a formação e para a prática profissional cotidiana dos Assistentes Sociais pudemos identificar uma série de questões comuns, que aconteceram em situações e períodos diferentes na trajetória do MESS nesta universidade. Trata-se de falas e expressões pessoais, onde a subjetividade desses entrevistados é evidente, com expressões conscientes, enfáticas, críticas, emocionadas e muitas vezes saudosas.

Entendemos que este é o momento de abordarmos o que a militância no ME, em especial, contribuiu, ampliou, acrescentou para o profissional de Serviço Social, como militante e também como sujeito.

Sendo assim, é indispensável analisar através dos depoimentos dos militantes, de que forma esta experiência proporcionou uma definição da postura política e profissional como assistentes sociais. Postura essa, aliada ao comprometimento orientado pelo debate teórico da profissão, como podemos perceber curiosamente nas falas dos catorze militantes entrevistados.

“Eu acho que essa experiência enquanto estudante de Serviço Social, ter participado de CA foi fundamental para todo o meu perfil profissional [...]” (ENTREVISTADO 1).

“[...] eu acho que a gente acaba, por causa da militância, da formação, levando para a prática, porque meu trabalho no INCRA é dentro de assentamento, e a gente acaba levando essa inquietude de querer mudar as coisas, organizar mais, fazer produzir, mediar as diferenças entre os assentados que dividem práticas mais coletivas, ter ouvidos para cuidar dessas coisas mais internas dos assentamentos [...] a gente quer fazer uma prática profissional séria, a gente não se contenta com feijão com arroz, (não audível) quer mudar, quer revolucionar, trocar alguma coisa velha por alguma coisa nova, eu acho que isso é uma mensagem que a gente passa para quem está se formando, a gente não fica velha em 25, 26 anos, eu to com quantos? 28 anos de formada, né! Não fica, a mente da gente não envelhece, pelo contrário, a gente vai reciclando e reaprendendo e ainda vamos aprender muito” (ENTREVISTADO 2).

“A participação no movimento estudantil possibilitou a vivência e o aprofundamento sobre a dimensão coletiva que se vê refletida no agir profissional” (ENTREVISTADO 4).

“A militância no movimento estudantil, principalmente da minha militância política ela foi definitiva, totalmente definitiva na minha formação profissional, na definição da minha linha de intervenção, na minha postura técnica mesmo [...]” (ENTREVISTADO 10).

Para alguns militantes, essa vivência no ME foi muito importante na orientação e definição do posicionamento político, sendo isso importante para a prática e para o amadurecimento da discussão sobre a formação profissional.

“Se eu preservo, o que eu me permito chamar assim de um desejo de continuar sendo de esquerda, de continuar militando na esquerda, de continuar militando do lado dos trabalhadores, de não ceder à práticas políticas que não condizem com a ética, com o compromisso popular, eu devo isso àquela raiz, tudo começou ali” (ENTREVISTADO 2).

“Foi um período importante, marcante e de aprendizado político. Eu fui despertada para a importância da participação, do engajamento, da

solidariedade política com outros segmentos sociais e aprendi que é fundamental compreender a realidade e se posicionar politicamente diante dela. Não existe neutralidade política, nem científica” (ENTREVISTADO 3).

“Contribuiu com minha formação política que é intrínseca a formação profissional” (ENTREVISTADO 8).

Atentam ainda sobre a contribuição dessa militância no âmbito da formação para a atuação desses profissionais em outros espaços de militância política, seja através da orientação curricular, seja pela riqueza do debate sobre essa formação profissional no interior do MESS.

[...] E diria mais assim, independente das nossas diferenças com os professores, mas o currículo, formação profissional do Assistente Social, ela nos dá base para militar em todas as frentes das políticas públicas. Inclusive para fazer mandato parlamentar voltado para as grandes demandas sociais. Criança e adolescente, negro, mulher, idoso, portador de deficiência, sistema prisional, segurança pública, saúde, educação. Nunca vou negar na minha ficha a minha condição de Assistente Social. Por isso que estou assim, há 12 anos exercendo mandato, sem exercer a profissão e pago o CRESS religiosamente desde que me formei. Porque acho que é um reconhecimento da importância que a formação profissional de Assistente Social e a experiência de militância na UFES têm para toda minha história” (ENTREVISTADO 2).

Em meio a esse contexto, ainda podemos perceber que as práticas do ME puderam proporcionar para esses militantes um comprometimento maior com a profissão, com os usuários, entendendo-os como sujeitos de direitos. Talvez porque no interior do MESS, em especial, o debate político até o início dos anos 2000, não se descola do debate de formação e prática profissional que também a discussão a respeito do comprometimento da categoria com os usuários e com a sociedade.

Dessa forma, a militância se apresenta como um fator decisivo ou muito relevante para que hoje esses profissionais trabalhem na perspectiva desse comprometimento ético-político da profissão.

“A minha atuação foi pequena, acho que não compreendia muito bem o meu papel, mas entendia que era necessário participar para melhorar, mudar, avançar, etc” (ENTREVISTADO 8).

“Com certeza, acho que hoje quando eu atendo a população na Unidade de Saúde, por exemplo, eu primo por essa questão da ética, pela informação, deixar essa população informada sobre seus direitos, o que eles podem acessar, o que eles não tem como acessar, os lugares onde ele pode acessar as coisas, por exemplo [...]” (ENTREVISTADO 13).

Outro elemento interessante é o reconhecimento de que a militância no MESS proporcionou um entendimento prático das discussões pautadas pelo Serviço Social e, neste caso, o debate do Projeto ético-político profissional e o que perpassa a sua orientação para uma atuação profissional engajada, comprometida e ética.

“Se eu fosse fazer apenas uma consideração sobre “de que maneira o MESS contribuiu para minha prática”, a afirmação é que o MESS consolidou minhas convicções a respeito do que eu tinha que defender fora da academia, ou seja, um Projeto Ético-Político também coaduna com minha convicção do que é o ideal de um projeto de sociedade [...]” (grifos do autor) (ENTREVISTADO 14).

“Mas como não faria só uma consideração (rs) afirmo que o MESS também ampliou meus horizontes políticos, fortificou minha atuação no mercado de trabalho, consolidou algumas posições que eu já tinha comigo, desde os 13 anos de idade, quando comecei a participar das CEB’s e por ai segue” (ENTREVISTADO 14).

Quanto às habilidades práticas necessárias à profissão, instrumentos para o exercício profissional cotidiano no interior das instituições, no acompanhamento dos movimentos sociais ligados aos campos de trabalho, conseguimos destacar falas que confirmam que a prática no ME foi essencial para que hoje, como assistentes sociais, possam trabalhar tais instrumentos de forma mais qualificada e com mais confiança.

“No movimento estudantil coordenei reuniões, organizei atividades, participei de encontros nacionais, de grupos de estudo, de reuniões políticas etc. e interagi com a diferença (política, social, etc.) Isto tudo e muito mais foi uma fonte de aprendizagem e de exercício de algumas questões caras ao projeto ético-político profissional” (ENTREVISTADO 3).

“[...] Eu hoje acompanho o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORAHAN) é o movimento dos hansenianos, e assim direto eu vivencio aquilo que eu vivenciava na época do movimento estudantil, que são os conflitos internos, as diferentes lideranças, personalidades, opiniões, então, assim, tudo que a gente viu, de elaborar uma ata, de convocar para uma reunião, de motivar as pessoas a participarem, de coordenar a reunião em si, de dar o fechamento, um encaminhamento pra discussão, tudo isso, essa habilidade eu adquiri no Movimento estudantil [...] O Movimento Estudantil me deu essa habilidade e hoje eu faço com tranquilidade [...]” (ENTREVISTADO 6).

“[...] então acho que a gente aprende nesse sentido da instrumentalização, que é de você se relacionar com essas instituições e mesmo que você represente os estudantes, mas você tem que ter uma postura profissional, em muitos momentos. Acho que aprende a conviver com a diferença, na nossa vida profissional a gente sempre vive com a diferença, com profissionais de Serviço Social inclusive que não pensam como a gente, e acho que a gente aprende a lidar com essas diferenças, com diferença política que a gente convive [...]” (ENTREVISTADO 12).

Alguns militantes ressaltam que a principal contribuição ao ME é o que eles deixaram, produziram e organizaram para os estudantes e junto aos mesmos. Destacam também a contribuição na articulação com as entidades estudantis, como por exemplo, o próprio CALSS-UFES, a ENESSO e a ABEPSS (enquanto representação discente).

“Hoje, olhando para trás, acho que minha atuação foi importante, por contribuir para atuação do Centro Acadêmico na defesa dos interesses dos estudantes aliado a defesa da democracia. Mas, mais do que contribuir, creio que fui beneficiada pelo aprendizado político” (ENTREVISTADO 4).

“[...] não sei, na época alguma contribuição a gente deixa [...] Eu me lembro que na... Teve uma manifestação que a gente fez, na época eu era coordenadora do CA e a gente encabeçou todo o movimento para contratação de professor, porque as vagas que vinham, a nível de (sic) CCJE (o centro que a gente era vinculado) ia sempre para os cursos de Direito, Economia, os cursos que tinham maior peso na estrutura do centro. Naquele momento a gente se articulou, brigou, fizemos uma passeata, fomos até a reitoria, fomos até a passarela, fizemos uma manifestação grande e a gente conseguiu a contratação de professores para o nosso curso, foi uma contribuição legal que a gente deixou porque naquele momento se não contratasse iria comprometer toda a grade, a gente não ia conseguir formar, ia ser complicado e a contratação foi uma vitória pra gente naquele momento” (ENTREVISTADO 6).

Dentro de um período que consideramos um marco histórico na trajetória do MESS em sua organização nacional, quando a EQM surge com o intuito de quebrar a hegemonia do PDP, pudemos identificar através, das entrevistas, que dois dos militantes da UFES foram grandes lideranças da EQM e estiveram no momento de sua formulação e embate com o PDP.

Nesse sentido, os militantes destacam que uma grande contribuição dessa militância foi essa ampla articulação com estudantes de todo o país para a mudança na direção que o MESS vinha tomando.

“Eu acho que a nossa época não foi mérito meu, tinha um grupo de pessoas que eram muito boas, e na UFES e no CA de Serviço Social, a gente pode reconstruir o CA, a ENESSO viveu um momento de disputa muito rico, uma contribuição importante. Um de reconstruir o CA e outro de fazer uma disputa na ENESSO, de construir e implantar uma coisa nova. Acho que foi uma participação que ajudou, do ponto de vista da formação profissional, por mais que a gente tenha perdido o conteúdo, da leitura de textos, mas eu acho que também isso te dá um, acrescenta por um outro lado. O que a gente deixa de discutir na sala de aula, a gente está discutindo na rua, e se você não está discutindo a política social dentro da sala de aula, você está discutindo a política social fora da sala de aula. Então acho que o que acontece é uma troca de conteúdos, você deixa de ver o que está

enquadrado no currículo, mas você atende de outra forma [...]" (ENTREVISTADO 12).

"[...] foi a partir desse CONESS que a minha participação aumentou, aí eu fui para o ENESS, no ENESS eu já fui eleito para Regional (V), aí na regional eu rodei aí tal a região toda, organizamos o outro ENESS que aconteceu em 99 que em São Luís/MA, lá eu coordenei uma mesa sobre "A organização da categoria na América Latina", eu até fiz tradução simultânea em espanhol, lá na hora, que era o palestrante foi o Marcos Chinchila da Costa Rica [...] e eu acho que a minha contribuição foi muito boa, poderia ser melhor, mas eu acho que, como eu estou falando, dentro dos limites de cada um [...] acho que cada um contribui dentro da sua realidade, da sua história e eu como eu falei, eu era estudante, então eu fiz todos os meus trabalhos, nenhum professor pode reclamar disso, todas as atividades que tinha que fazer eu fiz, a monografia eu entreguei no prazo, acho que fui estudante, não fui só ME" (ENTREVISTADO 13).

A ocupação da representação estudantil em ABEPSS por parte do entrevistado 14 coloca-se como uma grande contribuição para os estudantes, no sentido de trazer não só para o curso de Serviço Social da UFES, mas também para os estudantes das outras escolas do estado, uma discussão qualificada que vinha da categoria, dos intelectuais, dos professores e Assistentes Sociais por um estudante e para os estudantes, apesar das dificuldades que os militantes de ME enfrentam, principalmente, de cunho financeiro.

"Minha atuação no MESS como representante foi limitadíssima! Visto que acabei não atuando integrada à Representação Docente da Leste (Prof. S.), nem à minha Suplente na Representação Discente (W., [...]) pelas questões que já citei. Além disso, embora eu tivesse tempo de atuar (porque assumi quando estava no quarto período) para mim o acúmulo tinha que ser rápido e através de muito estudo porque eu queria dar respostas, atender às expectativas... Só que para mim também era tudo novo! Lembro que quando eu chegava nos encontros e via um monte de gente me olhando fazer uma mesa (ex. mesa do ERESS 2001, que deu 500 pessoas), eu tremia e pensava "não tenho condições de representar essas pessoas porque eu também estou aprendendo" (grifo do autor) (ENTREVISTADO 14).

Outra questão relevante a ser pontuada está na contribuição e avaliação que muitos dos militantes traçam de que a militância no ME contribuiu muito para a ampliação do seu arcabouço teórico. No ME puderam realizar a relação teoria-prática, ampliar a leitura crítica sobre a sociedade e suas relações, intensificar o aprendizado, qualificar o estudante, estudar muito mais para subsidiar os debates, para dar respostas aos estudantes. E o mais interessante é perceber que essa ampliação do conhecimento se reflete de forma positiva na formação e na atuação desses indivíduos enquanto profissionais de Serviço Social.

“Olha, para mim foi muito importante, me deu uma fundamentação teórica e prática para lidar com as diferenças, lidar com diferentes opiniões, idéias [...]” (ENTREVISTADO 6).

“Eu recomendo a militância, ela foi definitiva no sentido de me qualificar como estudante, eu fui uma estudante melhor, inclusive teoricamente em razão do que a militância me ofereceu dos debates, da visão crítica da realidade [...]” (ENTREVISTADO 10).

“[...] eu particularmente qualifiquei, enriqueci a minha formação profissional, todo o conteúdo que me era... Eu consegui aprender consegui fazer ligações críticas com a leitura extracurricular e, eu acredito que isso me qualificou, ao invés do que muitos poderiam pensar, eu achava que uma coisa não era em detrimento de outra realmente qualifica a formação profissional, precisa ter conteúdo técnico teórico, balizar sua. Eu queria ser Assistente Social, ser o melhor possível, mas acho que o movimento político e estudantil, só enriqueceu, só acrescentou me deu elementos que me permitiram dar um salto, fazer um salto de qualidade no sentido da formação” (ENTREVISTADO 10).

Para os militantes que ocuparam cargos dentro das entidades que representam os estudantes, pudemos perceber que esse exercício intelectual de estudar, de se instrumentalizar para reforçar o discurso, sustentar e embasar o debate foram claramente ressaltados.

“[...] e acho que do ponto de vista teórico também que para você estar numa ENESSO, você não pode estar sem saber o que é o projeto ético-político profissional, então acho que você acaba também tendo que se preparar muito nisso, eu me lembro que a gente sempre estudava pra caramba [...]” (ENTREVISTADO 12).

“[...] Eu lembro que a gente tinha debate de políticas públicas e Serviço Social, política social e Serviço Social, então você tinha que estudar, tinha que ler, eu lembro que o caderninho da ABESS de diretrizes curriculares até hoje eu tenho lá em casa todo riscado, cheio de observação porque tinha que estudar, então eu acho que ajuda muito a militância agora [...] eu acho que o movimento estudantil tem que complementar a sua atuação dentro da universidade, ele não pode se tornar o mais importante na sua vida na universidade, [...] porque está condicionado ao seu estudo [...] e não ser o mais importante e acho que ele complementou bem o tempo que eu estive na UFES, nunca foi o mais importante, acho que ele sempre foi uma complementaridade [...]” (ENTREVISTADO 12).

“Para sanar as inseguranças e as dificuldades com a falta de respaldo da Representação Docente, eu procurava estabelecer uma rotina de estudos quanto às temáticas que eram pauta da ABEPSS e do MESS, trabalhando articulada com a Representação Nacional Discente [...] que tinha experiência, já tinha sido ENESSO Nacional e que me respaldava muito política e teoricamente. Eu costumava ser gozada pelos amigos da ENESSO porque dizia: “eu tenho que me instrumentalizar!”” (ENTREVISTADO 14).

Entendemos que toda essa construção dentro do ME geral e do ME em Serviço Social em nível local e nacional está diretamente ligada ao esforço, ao comprometimento e à contribuição que esses indivíduos articulados coletivamente tiveram durante seu período como estudante. Dessa forma, acreditamos ser importante ressaltar que a contribuição da militância teve um sentido não só para a formação profissional e política, mas também para a vida, para essa vivência além da sala de aula desses ex-militantes do ME.

“A militância possibilitou uma vivência para além da sala de aula. E foi essa vivência que nos faz ver/estabelecer/sentir a relação da formação com a inserção na realidade” (ENTREVISTADO 4).

“[...] você se envolve, você vice. Vivi muito bem tenho experiências que muito jovem não vai ter, eu ia em reunião em salvador, pegava um ônibus, viajava vinte horas ia para reunião e voltava, mas numa felicidade [...] Fundamental, meio a meio a militância me contribuiu foi fundamental para meu desenvolvimento profissional, é história, faz parte da minha história” (ENTREVISTADO 5).

“[...] eu acho que as pessoas que participam do movimento estudantil, elas, amadurecem e elas têm uma riqueza teórica muito maior, elas têm um nível de consciência e de criticidade muito maior, inclusive para analisar e apreender o conhecimento específico. Eu acho que o militante, ele se coloca, ele fica muito mais apto, muito mais qualificado, mesma na sua teoria específica como profissional [...]” (ENTREVISTADO 10).

“Fora aquelas coisas típicas de movimento estudantil que você leva para vida toda: aprender a dividir o colchonete, a comida, a roupa, o dinheiro que tem no bolso, as angústias quando acha que mais nada tem solução e o que você vem fazendo é pura perda de tempo, a cerveja, os discursos inflamados e convictos com os compas, o cansaço das reuniões de madrugada, a alegria de uma proposta aprovada e a capitalização de muitos, muitos amigos” (ENTREVISTADO 14).

“Costumo dizer que participei do MESS, mas quem mais ganhou fui eu! Em vida, atitude, convicção, militância, crescimento pessoal, crescimento político...” (ENTREVISTADO 14).

Através dessa análise podemos perceber que o fato dessas pessoas terem se engajado no ME, em especial no MESS, representou uma grande conquista para a vida profissional, política e pessoal desses assistentes sociais. Verificamos que a militância contribuiu para ampliar a capacidade de reflexão sobre a realidade, para a definição política e do perfil profissional, refinar a capacidade técnica, além de ter sido uma vivência que acarretou num amadurecimento, proporcionando momentos de felicidade no âmbito pessoal.

Dessa forma, seria importante pontuar a continuação desse processo, ou seja, se a discussão da formação profissional comprometida e engajada permaneceu, ou se perdeu após o período de participação no MESS. Em que espaço estão esses profissionais hoje?

4.6 – Onde estão esses militantes? Permaneceram na militância?

Percebemos, então, a necessidade de identificar neste trabalho onde estão esses ex-militantes do Movimento Estudantil de Serviço Social. Em que espaços da sociedade estas pessoas militam atualmente, é um dado a ser trabalhado, tendo em vista que a orientação da profissão está totalmente ligada à dimensão política das relações sociais.

Muitos apontam que militância no ME foi indispensável para que hoje tenham a consciência de que a militância é realmente importante, tanto para a atuação profissional quanto para a função social que o Serviço Social tende a desempenhar, de acordo com o Projeto ético-político profissional.

A militância organizada não é a única forma de engajamento político. O modo de vida militante é uma forma de viver socialmente mais engajada, mais crítica, numa luta constante pelos direitos e uma observância dos destinos do bairro, da cidade e do País. O exercício constante da solidariedade, da cidadania, da democracia, o respeito à diversidade e a luta para vencer o individualismo, sem esquecer a individualidade são os desafios hoje colocados aos militantes (MANFROI, 2000, p.214).

O espaço de engajamento político citado nas entrevistas são os espaços de militância dentro da categoria dos assistentes sociais, o que demonstra que muitas das lideranças que atuaram no MESS da UFES ocuparam ou ocupam nos espaços de atuação política da categoria.

“[...] depois em 1979, eu entrei na diretoria da ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – atual ABEPSS, eu entrei também na tesouraria, depois, na gestão 81 eu fui vice-presidente na região leste – RJ, ES e MG – depois na gestão de 85 a 87 eu fui presidente da ABESS aí foi criado o CEDEPSS (que hoje fundiu ABESS com CEDEPSS e criaram a ABEPSS), a estrutura do CEDEPSS era uma secretaria executiva, eu fui por duas vezes secretária executiva do CEDEPSS, até 91. Essa foi a minha inserção, primeiro enquanto aluna, e depois enquanto professora de Serviço

Social, e mais recentemente, 99 e 2001, eu participei da diretoria do CFESS, da comissão de ética. Como representação profissional” (ENTREVISTADO 1).

“Em alguns períodos, não diretamente em entidades, mas no âmbito da gestão pública. Em outros, em entidades relacionadas à categoria profissional, assim como as Unidades de Ensino, tais como o CFAS (1989/1991), a ABEPSS (1998/2000), o CFESS (2005/2008)” (ENTREVISTADO 4).

“Quem aprende no Movimento Estudantil não para de militar, com 24 anos, sou do CRESS, estou no Conselho de Assistência Municipal, fui do Conselho Estadual, estou sempre em algum movimento, é muito do aprendizado do movimento estudantil” (ENTREVISTADO 5).

“Hoje eu estou no CRESS, sou do Conselho, não sou da diretoria, mas sou do Conselho Fiscal, estou entre os nove efetivos, são nove efetivos e nove suplentes [...] Depois que eu me formei, eu fui da ABEPSS, como eu falei, na época da pós-graduação, eu fui representante discente [...] dei muitas palestras para movimentos [...] eu sempre estou dando palestras [...]” (ENTREVISTADO 13).

Além da militância dentro da categoria, podemos destacar através dos depoimentos que alguns desses assistentes sociais que permanecem na atividade militante, porém em outros espaços, como movimentos sociais e populares.

“[...] No termo da militância enquanto docente eu já fui por duas vezes presidente da ADUFES e já integrei também por dois mandatos a vice-presidência regional do ANDES. Nosso sindicato nacional, além de ter participado, durante uns dez anos, integrando o conselho de secretários da ADUFES, já fui representante do CCJE” (ENTREVISTADO 1).

“[...] a partir do ano de 90 eu passei a militar no movimento de AIDS, de luta contra a AIDS, inclusive ainda sou voluntária do grupo pela vida, e a partir do ano 2000, eu começo a militar no movimento de direitos humanos, e eu ainda sou militante, faço ainda esse perfil de representação institucional, mas também com uma grande inserção na militância” (ENTREVISTADO 1).

“Depois de formada mantive a minha militância junto a estes e a outros movimentos sociais [...] associações de moradores, livres e autônomas, no município da Serra [...] Federação das Associações de Moradores desse Município e da articulação de movimentos populares da Grande Vitória [...] e por ai me encontrei com o Movimento de Defesa dos direitos Humanos, do qual participo até hoje” (ENTREVISTADO 3).

A participação em movimentos sociais em partidos políticos pode se justificar dado o envolvimento com o MESS junto a construção de uma perspectiva mais crítica da formação profissional que tange a importância do engajamento político para o exercício profissional.

“Eu trabalhei muito tempo no Movimento Sem Terra e acabava sendo um pouco de uma militância política e uma questão profissional também. Então continuei participando nessa dimensão e atualmente eu tenho discutindo a minha filiação no PSOL, então eu saí do PT, desde quando eu entrei no MST eu saí do PT. Foi uma opção política, e hoje estou discutindo com o PSOL, estou envolvida no processo de construção do partido, não estou filiada, mas estou discutindo. Então eu continuo minha militância mais dessa forma, pelo movimento social e agora mais pelo partido” (ENTREVISTADO 12).

“[...] no Partido dos Trabalhadores e na Articulação de Esquerda. Tive um afastamento geral das discussões do Serviço Social por conta da especificidade de um trabalho que desenvolvi... Mas a idéia e retomar as discussões da Categoria. Quiçá, brevemente!” (ENTREVISTADO 14).

Interessante pontuar ainda nesse aspecto, como esses militantes se colocaram quando questionamos a respeito da permanência na militância. Alguns, a princípio disseram que não continuam militando, mas relatam o envolvimento com algum grupo, algum movimento. Mesmo assim, consideramos que estes profissionais permaneceram em atividade de militância, mesmo que não seja em partidos políticos ou nos espaços da categoria.

“Não, assim que eu me formei essa diretoria praticamente passou para o CRESS, e aí eu acho que nós ficamos duas gestões, e depois eu não militei mais, em nada assim ligado a profissão. Não milito mais no PT, não participo mais de convenções, nada disso. Já não tenho mais militância política não. Tenho através do MORAHAN, através do movimento dos hansenianos, tenho participado a nível nacional de toda discussão do movimento, questões pertinentes ao movimento em si. É só essa a minha militância” (ENTREVISTADO 6).

“Não posso dizer que militando, mas sempre estou em algum conselho ou alguma associação ou quem sabe uma OSCIP, será que virou vício?!” (ENTREVISTADO 7).

“É eu continuei a militância política [...] voltei, saí de novo do país, isso fez com que tivesse uma quebra, voltei e continuei militando no partido. Embora a minha militância tenha... Não milito mais há muitos anos. Eu militei, nunca assumi cargo no CRESS, participei das comissões, mas nunca mais tive uma militância mais atuante” (ENTREVISTADO 10).

“[...] Logo depois que eu formei, eu me casei, tive filhos, me afastei, mas sempre fui assim. O CRESS, por exemplo, sempre me interessei, mas por conta dessas coisas pessoais de família, de profissão, que eu trabalhava pra caramba em dois lugares, eu não participei não, eu to resgatando isso agora com os meus filhos maiores, estou me aproximando do CRESS, participo de comissão, porque agora eu to me libertando mais dessa outra incumbência minha de ser mãe, estou podendo voltar para essa militância que eu gosto de fazer” (ENTREVISTADO 11).

Dessa forma percebemos que, se não todos, a maioria desses assistentes sociais permaneceu por algum tempo depois de graduado, em atividade militante nos mais diversos espaços de participação política.

Sendo assim todos reconhecem que a participação no ME geral e especialmente no MESS foi decisiva para uma definição de seu perfil profissional, seja na ampliação da reflexão teórico-crítica das relações sociais, no aprimoramento da capacidade técnico-operativa, no exercício profissional cotidiano, no estímulo a permanecerem nos mais diversos espaços de participação política e até mesmo a contribuição na formação pessoal desses sujeitos, reforçando princípios e valores particulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou contribuir para algumas questões pertinentes à militância no Movimento Estudantil, especialmente no Movimento Estudantil em Serviço Social percorrido na Universidade Federal do Espírito Santo e sua relação com o debate da formação profissional. Essa relação esteve pautada em um processo de construção coletiva da formação profissional e de um projeto profissional hegemônico para a categoria, tendo o ME atuado como um sujeito ativo nas discussões, articulação entre entidades e na ação política da categoria profissional como um todo.

Sabemos que muitos elementos foram ausentes neste trabalho, principalmente em relação à trajetória do CALSS, mas acreditamos e sugerimos que trabalhos futuros possam preencher essa lacuna e realizar um registro mais apurado da entidade.

Podemos considerar que o MESS na UFES possui um papel de destaque no sentido da sua contribuição para a formação política dos estudantes, para a organização do CALSS, para o fortalecimento das relações dos estudantes com o Departamento de Serviço Social, para a articulação com as bandeiras de luta da ENESSO a qual contou, por várias vezes, com militantes da UFES em coordenações nacionais e regionais da executiva.

Historicamente, podemos perceber que o MESS tem participado, direta ou indiretamente, de muitos processos importantes para as discussões da formação profissional dos assistentes sociais. Tendo conquistado espaço de voz e voto dentro da categoria, como é o caso da Representação Estudantil em ABEPSS, podemos entender que este movimento possui grande respaldo no interior da categoria profissional.

No âmbito da UFES, o MESS também teve um histórico de participação em importantes momentos para as definições de cunho político local e nacional, além de ter contribuído em debates sobre os rumos da orientação da formação profissional na academia, inclusive tendo participado em processos de reformulação curricular.

Identificamos uma gama de contribuições da militância para esses profissionais, antigas lideranças no movimento, seja na formação política, no aprimoramento de uma visão crítica da realidade e no aguçamento do aparato técnico e ético-político profissional. Tais contribuições se expressaram na prática do debate, da articulação e da mobilização junto aos estudantes, e em muitos dos espaços que ocuparam depois da conclusão do curso.

Notamos que alguns militantes do MESS trazem um acúmulo de discussão exercitado em outros espaços de militância política, religiosa, cultural, popular, que estimulou a inserção no debate dos estudantes. Entretanto, este caminho não foi o único para chegar ao MESS, pois questões concernentes ao cotidiano da formação profissional, ou até mesmo da conjuntura levaram os estudantes a reconhecerem as entidades estudantis como espaço de reivindicação e luta por direitos.

O espaço de luta do MESS, sempre foi permeado por influências de forças de esquerda existentes em cada momento histórico. Entre estas podemos citar os partidos políticos e o movimento religioso apoiado na Teologia da Libertação. Mas identificamos o PT como uma das forças políticas de presença marcante na trajetória histórica do MESS, tanto em nível nacional como regional.

Uma das bandeiras, que foi encontrada como transversal na trajetória histórica da organização dos estudantes da UFES, foi a luta pela qualidade na formação profissional. Os estudantes se tornaram atores legítimos de crítica e de proposição, adquirindo ao longo dos anos representação nos espaços de debate da categoria, quanto às reformas curriculares, aos campos de estágio, a contratação de professores, a afirmação das diretrizes curriculares e do projeto ético-político do Serviço Social.

Nos anos 70 o debate da categoria foi marcado pelo esforço de separação do conservadorismo. Nos anos 80 se consolida a hegemonia do marxismo no debate teórico e a busca de expressão concreta para os compromissos com as lutas da classe trabalhadora. O código de ética de 1986 é representativo desse momento. A década de 1990 consolida o projeto hegemônico, mas é marcada pela busca de superação do militantismo que marcou a década anterior.

Em todos os depoimentos fica claro que a atividade militante no MESS contribuiu para a qualificação da formação profissional e da prática cotidiana dos assistentes sociais. Isso ocorreu no âmbito da ampliação da dimensão teórico-reflexiva e da instrumentalidade para o exercício profissional, além disso, a militância proporcionou um ganho pessoal para estes sujeitos, no sentido do amadurecimento, da formação política, entre outras contribuições.

O processo da militância não se encerra com o fim da graduação, pois os anseios de participação construídos ao longo das vivências os motivou a continuarem na militância enquanto categoria, por acreditarem na importância da participação para a transformação da realidade social.

Ressaltamos o papel de destaque que os ex-militantes possuem nos espaços de exercício profissional, ocupando em sua maioria importantes cargos, estratégicos na gestão de políticas públicas, na docência, na área jurídica, na organização de movimentos sociais, inclusive exercendo mandatos parlamentares.

Dessa forma, o trabalho contemplou nossas expectativas no que tange à reflexão sobre a relação entre o movimento estudantil e a formação profissional, reafirmando nossas idéias de que a militância é uma vivência importante não só para a formação profissional da categoria, mas para a vida em sociedade, como forma de reforçar a democracia e os anseios de construção de uma nova realidade social.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **O que é a ABEPSS**. Disponível em: <<http://www.abepss.ufsc.br/index1.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do Projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**. Serviço Social: formação e projeto político. Ano 24, nº 79, setembro. São Paulo: Cortez, 2004, p. 72 – 79.

BRITES, Maria Cristina; SALES, Mione Apolinário. **Ética e práxis profissional (2)**: Curso de capacitação: ética para agentes multiplicadores. Brasília: CFESS, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Movimento Estudantil faz escola na formação do profissional crítico**. Revista Inscrita, Ano II, nº IV, Rio de Janeiro: Cortez, 1999.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta de análise qualitativa. In **Pesquisa Social Empírica: Métodos e técnicas**. Cadernos de Sociologia/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 9, Porto Alegre, 1998.

DAGNINO, Evelina. Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil. In: PERISSINOTO, Renato; FUKS, Mário, (Orgs.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumaré; Curitiba/PR: Fundação Araucária, 2002, p. 141-166.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Serviço Social e Sociedade**. Ano 24, nº 84, novembro. São Paulo: Cortez, 2005, p.21-36.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HERKENHOFF, João Batista. CEBs como movimento social transformador. In: Vitória, Prefeitura Municipal. **Escritos de Vitória: 16 – movimentos sociais**. Vitória, Turismo. Vitória: Secretaria de Cultura, 1996. p. 107-114.

HOLLANDA, Heloísa B. de; GOLÇALVES, Marcos A.. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. ed. 7. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. ed. 18. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Carlos Estevam. Vinte anos de democracia? **Revista Lua Nova**, nº 64, São Paulo: 2005, p. 13-38.

MARTINS FILHO, José Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar 1964 – 1968**. Campinas: Papyrus, 1987.

MANFROI, Vânia Maria. **Retratos da Militância: Modo (s) de Vida Militante no pós-68**. Tese de Doutorado, Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

MINAYO, Maria Cecília Souza. Entre vãos de águia e passos de elefante: caminho de investigação na atualidade. In: MINAYO, M C S; DESLANDES, S F (Orgs.). **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 17-27.

MORETTI, Serenito A. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.], 1984.

NETO, Roberto A. Beling. Movimento estuantil: os anos 70-80. In: Vitória, Prefeitura Municipal. **Escritos de Vitória**: 16 – movimentos sociais. Vitória, Turismo, Secretaria de Cultura, 1996, p.141-172.

NETTO, José Paulo. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. Serviço Social e Sociedade**. Ano 24, nº 79, setembro. São Paulo: Cortez, 2004, p.5-26.

_____. **O movimento de reconceituação: 40 anos depois. Serviço Social e Sociedade**. ano 24 , nº 84, novembro. São Paulo: Cortez, 2005. p.21-36.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Joel Américo Barros de. **Uma análise do movimento estudantil em serviço social (MESS) e sua relação com o debate de formação profissional no período de 1978-2003**. Trabalho de conclusão de curso, Graduação em Serviço Social. UNIVALE, Governador Valadares, 2003.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 1995.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara Moraes. Movimento estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do (a) Assistente Social brasileiro. **Cadernos ABESS**. Formação profissional: trajetórias e desafios. Nº 7, São Paulo: Cortez, 1997, Edição Especial, p. 141-165.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos**. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. In CRESS 7ª Região/RJ. **Assistente Social: ética e direitos coletânea de leis e resoluções**. Rio de Janeiro: Lidador LTDA, 2003, p. 401-415.

RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In **Rebeldes e Contestadores: 1968 Brasil, França, Alemanha**. GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 54-60.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e Política: Estudo de um movimento (RN-1960-1969)**. São Paulo: Cortez, 1989.

STEIN, Stan. Os estudantes e a biblioteca central. In: Vitória, Prefeitura Municipal. **Escritos de Vitória: 16 – movimentos sociais**. Vitória, Turismo, Secretaria de Cultura, 1996. p. 181-198.

TEIXEIRA, Faustino L. C. et al. **CEB's, cidadania e modernidade: uma análise crítica**. São Paulo: Paulinas, 1993.

União Nacional dos Estudantes. Cronologia. Disponível em: <<http://www.memoriaestudantil.org.br/main.asp>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência. Movimento Estudantil e ditadura Militar no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

VASCONCELOS, Ailton Marques de. **A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social**. E a sua relação com o projeto de Formação Profissional. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

VIZA, Floresta de Maria Soeiro. **Reflexões sobre a evolução do Serviço Social no Espírito Santo na década de 50.** Dissertação de Mestrado. Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1981.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W.. **O que é universidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

YASBEK, Maria Carmelita et al. Editorial. **Serviço Social e Sociedade.** Ano 24, nº 84, novembro. São Paulo: Cortez, 2005. p.3.

DOCUMENTOS

ABESS/CEDEPSS. A trajetória das discussões sobre a formação profissional no período 1982-1995. In **XXIX Convenção:** proposta básica para o projeto de formação profissional. Editora Universitária UFPE, Recife, 1995.

CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE SERVIÇO SOCIAL. (Carta de fechamento do CALSS). 1990.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O Projeto da Formação Profissional do Assistente Social na Conjuntura Brasileira:** Subsídios de discussão para um repensar da estrutura de ABESS no contexto da Formação Profissional do Assistente Social. In: 24ª CONVENÇÃO DA ABESS, Rio de Janeiro, 1985.

Contribuição ao XIX ENESS. 1997

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto de Currículo Pleno do Curso de Serviço Social.** Vitória – ES, 1985.

Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. Documento: **Pro dia nascer feliz**: contribuição para movimento estudantil de serviço social, Salvador, 1994.

_____. Curso de capacitação política à distância. 1996.

SITCOVSKY, Marelo. **Representação Estudantil da ABEPSS**. UFPE.

TESE **Rompendo Amarras Pra Virar a UNE do Avesso** – Oposição. 47º CONUNE. Goiânia, 2001.

TESE **Viver na Luta**. XXVII ENESS. Pernambuco, 2005.

7 – APÊNDICE

ROTEIRO 1

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome:
- 2) Período em que esteve na UFES:
- 3) Curso de graduação:
- 4) Integrou alguma entidade? Em que período?
- 5) Área/local onde atua:

PARTE II – RECONHECIMENTO HISTÓRICO

- 1) O que o motivou a ingressar no ME? De que maneira se deu essa inserção?
- 2) Tinha militância anterior ao ME? Qual?
- 3) Em que contexto histórico (conjuntura política) se deu sua participação no ME?
- 4) Como estavam organizadas as entidades do ME (CA, DCE, UNE)?
- 5) Quais as principais bandeiras levantadas pelo movimento estudantil à época de sua atuação (local e geral)?
- 6) Quais forças políticas estavam presentes no ME neste período? Como se caracterizava o embate entre tais forças?
- 7) Militou em algum grupo político específico?

PARTE III – MOVIMENTO ESTUDANTIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 1) Que avaliação faz da sua atuação no movimento estudantil?
- 2) Depois de graduado, permaneceu militando em algum segmento da sociedade? Se sim, qual?

ROTEIRO 2

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome:
- 2) Período em que esteve na UFES:
- 3) Integrou coordenação do CALSS, ENESSO (SESSUNE, Coordenação Executiva nacional) ou ABEPSS discente, representação estudantil no Departamento de SS? Em que período?
- 4) Área/local onde atua:
- 5) Tempo de trabalho:

PARTE II – RECONHECIMENTO HISTÓRICO

- 1) O que o motivou a ingressar no ME? De que maneira se deu essa inserção?
- 2) Tinha militância anterior ao ME? Qual?
- 3) Em que contexto histórico (conjuntura política) se deu sua participação no ME?
- 4) Como estavam organizadas as entidades do ME (CA, DCE, UNE, ENESSO) no período de sua atuação?
- 5) Quais as principais bandeiras levantadas pelo movimento estudantil de serviço social à época de sua atuação? Essas bandeiras se relacionavam com a pauta do movimento geral?
- 7) Quais eram as principais forças políticas existentes na época, como se caracterizava o embate entre as forças políticas?
- 8) Militou em algum grupo político específico? Qual?

PARTE III – MOVIMENTO ESTUDANTIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 1) Como se deu o debate de formação profissional à época de sua atuação no MESS?

- 2) De que maneira as mudanças na formação profissional foram debatidas pelo ME de Serviço Social da UFES (CASS)?
- 3) A que projeto de profissão estava vinculada a ação do movimento estudantil?
- 4) Quais as principais bandeiras de luta/propostas em torno da formação profissional identificadas?
- 5) Se articulou com a ENESSO? Como a ENESSO trabalhou o eixo formação profissional?
- 6) Como a base do movimento reconhecia o debate de formação profissional e movimento estudantil?
- 7) Que avaliação faz da sua atuação no movimento estudantil?
- 8) De que maneira a militância no ME contribuiu para a sua formação e prática profissional cotidiana?
- 9) Depois de graduado (a), permaneceu militando em algum segmento da sociedade? Se sim, qual?